



EBOOK PODCAST 5ª TEMPORADA

E POR FALAR
EM EDUCAÇÃO

20
25



ABMES
EDITORA



Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF
CEP: 70701-060 - Telefone: (61) 3961-9832
www.abmes.org.br | editora@abmes.org.br

Presidência

Diretor-presidente

Celso Niskier

Vice-Presidentes

Débora Brettas Andrade Guerra

Daniel Faccini Castanho

José Janguê Bezerra Diniz

Colegiado da Presidência

Carlos Joel Pereira

Claudia Meucci Andreatini

Eduardo Parente Menezes

Eduardo Storopoli

José Vicente

Marcelo Antonio Fuster Soler

Paulo Muniz Lopes

Renato Padovese

Saumíneo da Silva Nascimento

Tales de Sá Cavalcante

Wilson de Matos Silva

Suplentes

Carmen Regina Murara

Edson Machado de Sousa Filho

Flavio Cunha de Carvalho

João Rodrigues Sampaio Neto

Leopoldina de Souza Marques

Conselho Fiscal

Getúlio Moreira Lopes

Géza Németh

Maria Antonieta Alves Chiappetta

Maria Eliza de Aguiar e Silva

Tereza Cristina Rodrigues da Cunha

Suplentes

Eduardo Augusto de Andrade Ramos

Bruno Eizerik

Diretoria Executiva

Diretor-Geral

José Wilson dos Santos

Vice-Diretor-Geral

Thiago Rodrigues Pêgas

Diretor Administrativo

Paulo Antônio de Azevedo Lima

Diretor Técnico

José Lima de Carvalho Rocha

Diretor Executivo

Andrei Candiota

Conselho de Administração

Presidente

José Janguê Bezerra Diniz

Membros Natos

Édson Pinheiro de Souza Franco

Membros Titulares

Antonio Carbonari Netto

Antonio Colaço Martins

Eduardo Soares de Oliveira

Hiran Costa Rabelo

Jânio Janguê Bezerra Diniz

Paulo Cesar Chanan Silva

Suplentes

Arthur Sperandéo de Macedo

Átila Melo Lira

Rosa Maria D'Amato De Déa

Therezinha Cunha

Gilberto Gonçalves Garcia

Iara de Moraes Xavier

Organização

Camila Griguc

Decupagem

Luana Márcia da Silva

Projeto Gráfico e Diagramação

Felipe Pierre

Apoio

Júlia Castro

G857

E por falar em educação: e-book 5ª temporada / Vários autores ; organizado por Camila Griguc. – Brasília : ABMES Editora, 2025.

v. 5, 175 p. ; 1822 kb ; PDF.

Início: 2021

ISBN 978-85-89597-20-3

1. Ensino superior. 2. Podcast. - I. ABMES. II. Título : E por falar em educação. III. Griguc, Camila. IV. ABMES Editora.

CDU 378.81(045)

Apresentação

Com o avanço rápido da tecnologia e as constantes transformações no cenário educacional, é com entusiasmo que apresentamos o novo volume da série que reúne as discussões do podcast “E por falar em educação”. Após mais de quatro anos de produção e reflexão, a ABMES segue comprometida em proporcionar uma plataforma de diálogo entre especialistas, gestores e educadores, com o objetivo de fortalecer a educação superior no Brasil e garantir a sua democratização.

Neste quinto volume, você encontrará a transcrição de 17 episódios gravados durante 2024, com temas que são essenciais para o futuro das Instituições de Ensino Superior (IES). A série continua a se debruçar sobre desafios urgentes, como a formação inicial docente, a implementação de políticas públicas eficazes, o papel crescente da Inteligência Artificial na educação e a evolução da Educação a Distância (EAD). Ao mesmo tempo, abordamos questões de relevância profunda para a educação brasileira, como a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho e o combate ao assédio nas IES.

Ao longo desta edição, os episódios proporcionam um espaço para reflexões sobre inovações educacionais, novas lideranças, a importância da educação empreendedora e as perspectivas do Inep para os próximos anos. Temas como o impacto do ChatGPT e a necessidade de uma gestão inovadora nas instituições também estão presentes, assim como a reflexão sobre como transformar o FIES em um programa mais eficiente.

Com um tom acessível e de fácil leitura, cada episódio traz informações, sugestões práticas e caminhos para os desafios enfrentados por gestores, docentes e estudantes no atual cenário educacional. É um conteúdo essencial para aqueles que buscam compreender as mudanças e se atualizar sobre as melhores práticas que estão moldando o futuro da educação superior no Brasil.

Através desta transcrição, continuamos a democratizar o conhecimento gerado no podcast, permitindo que mais pessoas tenham acesso aos debates e insights que estão sendo discutidos em todo o setor educacional.

Então, prepare-se para se aprofundar nesses temas e não deixe de acompanhar as reflexões e sugestões que irão ajudá-lo a navegar pelo futuro da educação superior. O podcast “E por falar em educação” está mais vivo do que nunca, sempre com o intuito de promover um Brasil mais justo, inovador e educado.

Aproveite a leitura e continue conosco nessa jornada de transformação!

Celso Niskier

Diretor-Presidente da ABMES

Sumário

Episódio 1 - Formação inicial docente: desafios e oportunidades para as IES	6
Episódio 2 - Os desdobramentos da Conae 2024.....	17
Episódio 3 - Internacionalização da educação superior: como as IES podem se preparar?.....	28
Episódio 4 - Conexão entre a educação básica e a educação superior.....	35
Episódio 5 - Universidade Especializada.....	56
Episódio 6 - Empreendedorismo nas IES: as lições da MetaRed X.....	65
Episódio 7 - Sinaes 20 anos: balanço e perspectivas para o futuro	74
Episódio 8 - ESPECIAL CBESP A importância de participar da elaboração de políticas públicas para a educação	83
Episódio 9 - ESPECIAL CBESP A Educação Básica que queremos	91
Episódio 10 - ESPECIAL CBESP EaD como instrumento de democratização do conhecimento	101
Episódio 11 - ESPECIAL CBESP Educação Profissional e Tecnológica como aliada do desenvolvimento.....	110

Episódio 12 - ESPECIAL CBESP Internacionalização das IES Privadas - Por onde começar?	117
Episódio 13 - ESPECIAL CBESP Educação empreendedora e seu papel no desenvolvimento de jovens do CadÚnico	125
Episódio 14 - Criatividade se ensina?	134
Episódio 15 - Inteligência Artificial X LGPD	141

Episódio 01

Formação inicial docente: desafios e oportunidades para as IES

06/02/2024



CELSO NISKIER

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



AMÁBIL PACIOS

Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) e vice-presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP)



BRUNO COIMBRA

Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



JAIR DOS SANTOS JUNIOR

Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)

Em 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou deficiências na formação de professores no Brasil. Entre os desafios mencionados pelo órgão, estão a falta de uma matriz nacional de formação, a desarticulação entre os níveis de ensino e a necessidade de uma avaliação mais efetiva dos cursos de licenciatura.

Neste primeiro episódio abordamos sobre qual foi o papel das instituições de educação superior (IES) particulares para melhorar essa formação inicial dos docentes no Brasil.

Quais serão as oportunidades, então, para as IES que oferecem os cursos de licenciatura?

Celso, em sua opinião, quais são os desafios para a formação docente? Como as instituições de educação superior podem colaborar para superar esses desafios?

Celso Niskier: São incontáveis os desafios, mas, de início, eu posso dizer que, depois da pandemia, um grande desafio é a questão das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura, que ainda não estão adequadamente adaptadas para esse novo perfil de professor. Esse profissional domina as competências digitais e sabe lidar, por exemplo, com questões de saúde mental, que vêm impactando muito os nossos estudantes. Um professor precisa lidar também com o déficit de atenção que aflige os jovens na sala de aula em decorrência da nossa “sociedade do celular”. Enfim, os vários desafios trazidos pela evolução tecnológica e social fazem com que seja necessária a atualização da formação docente, sendo que 70% por cento dos novos professores no Brasil são formados pelo setor privado, o que pode trazer um impacto positivo para as futuras gerações, pensando também na integração com o currículo do ensino médio, que certamente afetará bastante essa formação.

Celso, em sua opinião, quais são os desafios para a formação docente? Como as instituições de educação superior podem colaborar para superar esses desafios?

Celso Niskier: São incontáveis os desafios, mas, de início, eu posso dizer que, depois da pandemia, um grande desafio é a questão das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura, que ainda não estão adequadamente adaptadas para esse novo perfil de professor. Esse profissional domina as competências digitais e sabe

lidar, por exemplo, com questões de saúde mental, que vêm impactando muito os nossos estudantes. Um professor precisa lidar também com o déficit de atenção que aflige os jovens na sala de aula em decorrência da nossa “sociedade do celular”. Enfim, os vários desafios trazidos pela evolução tecnológica e social fazem com que seja necessária a atualização da formação docente, sendo que 70% por cento dos novos professores no Brasil são formados pelo setor privado, o que pode trazer um impacto positivo para as futuras gerações, pensando também na integração com o currículo do ensino médio, que certamente afetará bastante essa formação. Recentemente, desenvolvemos um trabalho com a participação do Instituto Península, da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e do movimento Profissão Docente, que foi o e-book [“O professor que queremos”](#). Esse e-book defende que precisamos de um professor sintonizado com os novos tempos e, para alcançar esse ideal, o desafio é grande tanto por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE), que em consulta pública vai ouvir as entidades, quanto do Ministério da Educação (MEC), da sociedade e das secretarias de educação. Dessa forma, poderemos transformar as novas gerações a partir dos novos docentes.

Além das mudanças que você mencionou, professor Celso, há também a questão da fake news, porque hoje em dia, com o acesso à informação, esse também é um problema para a formação de conhecimento e produção de conteúdo.

Celso Niskier: Concordo. O professor se torna cada vez mais um “curador do conhecimento” e um estimulador da capacidade crítica do estudante, até porque a “decoreba” fica para trás em tempos de inteligência artificial. O jovem tem acesso a fontes de informação que nem sempre são confiáveis. Por isso, antes de tudo, o professor precisa ser um validador do que é importante de ser transmitido aos estudantes, sem ideologia e sem se prender a dogmas e conceitos ultrapassados.

O professor realmente será um grande mentor dos estudantes nesses novos tempos de inteligência artificial, fake news e competências cada vez mais digitais.

Amábile, nós sabemos que o MEC e o CNE abriram recentemente uma consulta pública sobre uma nova proposta de resolução que trata das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica. O que se espera dessa consulta? Como as IES podem contribuir para definir quais serão essas diretrizes?

Amábile Pacios: A consulta pública refere-se a um novo parecer elaborado pela comissão de formação de professores, a qual eu presido. Os relatores são a conselheira Márcia Teixeira Sebastiani e o nosso presidente atual, Luiz Roberto Liza Curi. Existe hoje o que as pessoas costumam chamar de Lei 2/2015, que foi revogada, pois estava muito defasada e sem a possibilidade de retorno daquela diretriz. A Lei 2/2019, por sua vez, foi bastante polêmica, tanto nos cursos de licenciatura oferecidos pelas IES, como é o nosso caso, quanto no setor público. A realidade é que precisamos fazer uma releitura da 2/2019, pois ela não conseguiu ser efetivamente implantada, e não podemos assumir a 2/2015, porque ela foi revogada e, portanto, existe um “vácuo” que não conseguimos preencher.

Diante disso, elaboramos nosso parecer, que estará em consulta pública até o dia 3 de março. Esperamos que todos aqueles que não foram ouvidos nas audiências realizadas pela nossa comissão, possam se manifestar nesse momento. O país é muito grande e conta com 2.300 IES particulares, então nem todos tiveram acesso à nossa comissão para deixar suas contribuições.

Não abordarei aqui todos os pontos difíceis na formação de professores, mas um deles é a responsabilidade do setor particular na formação de professores, uma vez que 78% das matrículas do ensino superior no nosso país estão nesse setor. Reforço que esperamos ouvir todos que não conseguiram se manifestar durante a elaboração do parecer. Esse parecer, aprovado tanto no âmbito da comissão quanto no plenário do CNE, está absolutamente alinhado com o gabinete do ministro. Esperamos que as pessoas participem e deem as suas contribuições de forma positiva para agregarmos com o que pensamos.

Quem pode responder a essa consulta pública?

Amábile Pacios: Toda a sociedade pode responder. Seria muito bom se os pais fossem incentivados a participar, os professores com certeza precisam ser ouvidos, e as IES também, pois não conseguimos escutar todas, inclusive as do setor público. Com base nessa consulta pública, após o término dela no dia 3 de março, o que acontece depois?

Amábile Pacios: Nós retomaremos o texto e faremos uma curadoria das contribuições recebidas. Veremos o que foi deixado de fora e o que precisa ser incluído no parecer, e vamos realinhar o texto novamente com o MEC, para que o ministro possa homologá-lo. Assim, teremos, de fato, uma diretriz que representa aqueles que querem ser professores, os que são professores e os que formam professores, que é o caso das IES.

Dentro da consulta pública, Amábile, há algo referente à educação a distância nessa formação?

Amábile Pacios: A realidade é que esse texto trata pouco sobre o tema, mas acredito que precisamos dissertar mais sobre o assunto, porque é um ponto muito importante.

Celso Niskier: Sobre a questão da educação a distância no texto, tudo o que se incluir nas diretrizes e que ultrapasse um determinado percentual de obrigatoriedade presencial será usado para proibir a modalidade. Por isso, é preciso atenção ao que se estabelecer como percentual mínimo ou máximo de atividades não presenciais, pois isso pode ensejar uma proibição.

Jair dos Santos Junior: Hoje, nós que atuamos com a modalidade a distância, preocupados com a qualidade da oferta, defendemos a utilização dos recursos e da metodologia da educação a distância feita com qualidade e seriedade. Nós não representamos um setor econômico, mas sim uma entidade científica que promove debates sérios sobre qualidade em educação, metodologia, e avanços científicos dessa forma de educar.

É evidente que, ao olharmos para o texto da resolução, temos menos receio do que a resolução trará como parâmetros em si e mais do que poderá eventualmente ser feito com ela. Pode ser que ela dê indicativos de cargas horárias, por exemplo, e

ainda que coloque um artigo ou parágrafo que explique que isso se trata de uma recomendação e que projetos pedagógicos poderão justificar o uso diferenciado dessa carga horária, tal fato já seria algo interessante a se inserir.

Por outro lado, pode haver uma medida regulatória que determina que se uma diretriz possui uma métrica de determinado percentual, os cursos envolvidos nela não podem ter ato autorizativo na modalidade a distância. O que está em discussão, do ponto de vista regulatório, é uma discussão sobre o ato regulatório de cursos presenciais e de cursos a distância, pois dizer que um curso não terá modalidade a distância hoje é uma bobagem.

Toda formação profissional de nível superior vai incluir a metodologia da educação a distância e recursos tecnológicos, caso contrário, será um curso do século 20. Eu, por exemplo, não quero ser atendido pelo médico formado em um curso de Medicina que não inclua ferramentas de teleconsulta e diagnóstico por imagem com altíssima utilização de tecnologia. O uso da inovação tecnológica na educação é condição indispensável, portanto, quando vemos determinados posicionamentos em falas públicas que dizem respeito à regulação, só nos preocupamos com a questão de ato autorizativo, porque a incorporação da modalidade é condição imprescindível.

Quando as métricas forem estabelecidas, alertamos aos conselheiros, que são conhecedores, especialistas e muito respeitados pela sociedade que atua com a educação, sobre a possibilidade de utilização política do resultado da Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Portanto, é necessário cuidado com o uso, às vezes, até de frases que podem ser mal utilizadas. Alguns dos alertas que fazemos, como os citados pelo professor Celso, são muito menos sobre a DCN em si, e mais sobre o que acontecerá depois dela. Quanto à DCN, sinto falta de tratar não só do papel do professor, mas do profissional de educação, porque temos uma gama de profissionais que atuam com a educação básica, com games, instruções via interação, principalmente nos sistemas didáticos, técnicas muito usadas pelos colégios particulares de elite. Crianças que estudam em colégios de elite possuem acesso a um uso elevado de ferramentas tecnológicas, então a DCN pode dar um primeiro olhar para essa questão e incorporar essa possibilidade, seja no estágio e nas atividades práticas, de forma que o licenciado encontre essa carreira para além da sua formação e de ir para a sala de aula, mas para atuar como profissional de educação com um olhar muito mais amplo.

Bruno, no final de 2023, o MEC sinalizou a possibilidade de restringir cursos de licenciatura 100% a distância, apesar de passarmos recentemente por uma pandemia, que demonstrou a importância de um sistema híbrido de ensino. Tal fato prejudicará o esforço para melhorar a formação de professores no Brasil?

Bruno Coimbra: Restringir a oferta com toda a certeza, pois sabemos que em alguns lugares o acesso é exclusivo pela educação a distância, mas isso não significa que a educação a distância serve para qualquer questão ou que ela é inserível. Na linha da sua pergunta, quero destacar que apenas por duas vezes o CNE fez sinalizações restritivas em relação à modalidade. O professor Jair comentou sobre a metodologia, e observamos que evoluímos muito nessa questão, especialmente de 2017 para cá e durante a pandemia. Eu, como advogado, nunca me coloco em uma posição confortável nessas discussões, mas se levarmos “a ferro e fogo” o artigo 1º do Decreto nº 9057/2017, concluímos que EaD é quando o professor e o estudante não estão no mesmo tempo e no mesmo lugar, ou seja, uma aula gravada, uma dinâmica antiga. Nós nem sabemos exatamente o que é EAD; o híbrido, por exemplo, também não existe regulação.

O que me parece equivocado no Brasil hoje é dizer que vamos diminuir o acesso à educação e o quantitativo de professores formados. Estou falando quantitativo propositalmente, porque um grande desafio é estabelecer qualidade. O objetivo é formar mais professores, até porque se não formar mais, o ministro Camilo não vai entregar os projetos de educação básica que estão colocados no MEC.

O professor Celso disse que 70% dessa legião de professores que servirão à educação básica serão formados na nossa instituição, o que é uma responsabilidade imensa. Precisamos ter cuidado ao pegar um referencial do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), talvez isolado, e dizer que as particulares não estão conseguindo formar professores, pois tal fato pode ser resultado de uma modalidade que não serve. Isso é muito raso para discutir uma diretriz curricular nacional. Somente duas diretrizes até hoje fizeram essa distinção de modalidade, mas como o professor Jair comentou, quase todas as diretrizes mais atuais, quando trazem competências e habilidades desejáveis no nosso egresso, entram em consenso sobre a marca do contato com as tecnologias, a maturidade e a capacidade

dessa entrega.

Jair dos Santos Junior: O CNE pode ser um grande orientador de política de Estado e não apenas de política de governo. Uma restrição nas licenciaturas com a oferta autorizativa da modalidade a distância é perigosa, pois pode provocar um “apagão” na formação de professores para as pequenas cidades, periferias e localidades distantes, portanto, é preciso tomar cuidado e visualizar uma linha do tempo longa para que o CNE tenha a oportunidade de ser um farol que indique uma política de Estado a ser seguida no futuro.

Celso Niskier: Sobre tecnologia e inovação acredito que quando falamos em formação docente, existe uma ordem de discussão: em primeiro lugar, precisamos definir quem é o professor que queremos formar. Será um professor ideologizado, reproduzidor de livros e textos, que usa métodos antiquados em sala de aula em detrimento do interesse e do engajamento dos alunos, que desejam cada vez mais interatividade? Quando definimos isso, as diretrizes curriculares determinam o que nós vamos transmitir.

Em síntese, primeiramente definimos quem queremos formar e, depois, o que queremos transmitir no curso licenciatura. Certamente, competências digitais e tecnologia precisam estar presentes como instrumento de trabalho e de aprendizagem para os estudantes. Por fim, abordamos o “como”, que se refere à metodologia ou modalidade. O que se observa é que estamos começando pelo “como” sem discutir quem é o professor e o que vamos incluir na matriz curricular mínima. Essa inversão metodológica e do EaD estão sendo usadas, como bem colocou o Bruno, como pretexto para inviabilizar a democratização, que, nos últimos tempos ocorreu também pelo crescimento da educação a distância no Brasil. A EAD precisa ter qualidade, sem dúvida, assim como a educação presencial, mas não podemos inverter a ordem. Espero que esse debate importantíssimo que a Amábilis tem liderado no Conselho Nacional de Educação comece pelas primeiras perguntas de ‘quem é esse professor?’, porque é o grande debate que o país enfrenta hoje. É necessário que o professor seja alguém que saiba diferenciar as fake news, gere pensamento crítico no estudante a despeito da inteligência artificial, use a inteligência artificial como ferramenta e não como adversário e retenha a atenção do estudante em sala de aula.

Ao pensar nesse professor, podemos então discutir como entregar essa formação, se será em sala de aula, por meio de residência pedagógica, em conjunto com as

secretarias de educação ou, em parte, a distância. A educação a distância não é o problema, mas sim aquilo que separa um mau professor da turma presencial à sua frente. A educação a distância de baixa qualidade que existe é aquela que não gera engajamento ou aprendizagem e apenas reproduz ideologias e conhecimentos. É resultado da preguiça intelectual de muitos professores que não pensam de forma crítica além da cartilha antiquada que receberam na formação. A tecnologia e a inovação são instrumentos de toda a sociedade, e a sala de aula não pode ficar no século passado; ela deve se adaptar. Para mim, a tecnologia é uma condição indispensável para uma escola realmente inserida na sociedade atual.

Bruno Coimbra: É mais do que professor, é o profissional de educação. Hoje, existe outro profissional de educação muito importante, que é o tutor. Ele pode trabalhar também na educação básica, auxiliando os estudantes após saírem da escola, mesmo com o ensino integral e em outros momentos, portanto, a figura do tutor também precisa ser abordada. O tutor não é um professor de segunda linha, mas um profissional de educação com competências próprias e que pode e deve atuar na educação básica, que pode ser utilizado em larga escala, com uma formação séria. Existe um grande leque de profissionais de educação.

Eu fiquei imaginando, como o professor Jair falou, uma pessoa que gostaria de fazer uma formação de magistério em uma cidade pequena e que precisaria viajar duas horas para fazer o curso em outro local, o que representa um tempo considerável de deslocamento.

Atualmente, com o acesso à tecnologia mesmo na sala de aula, caso o estudante tenha alguma dúvida e o professor não saiba responder, o acesso tecnológico está ali; ele pode imediatamente consultar e resolver.

Professora Amábile, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) mostrou que nosso país ainda está muito atrás nesse ranking da educação, especialmente na educação básica, se comparado a outros países.

Nesse sentido, o que não pode faltar no plano de formação dos docentes, especialmente os da educação básica?

Amábil Pacios: De início, quero deixar todos tranquilos, pois a primeira pergunta que respondemos, Celso, foi justamente ‘que tipo de professor queremos formar?’ e isso, de fato, não foi o nosso problema. Nossa questão é ‘quem chega para se formar?’, então fazemos pesquisas e analisamos o perfil das pessoas que querem hoje fazer um curso de Pedagogia, por exemplo. Geralmente, são pessoas oriundas de escolas públicas, sem muito acesso à informação em suas famílias, como livros e revistas. Esse perfil, quando aprofundado, preocupa, porque passamos a ter um outro papel, que não é só o de formar professores, mas também de formar pessoas que, durante sua formação básica, tiveram várias janelas que não puderam ser fechadas corretamente.

Diante disso, fazemos um pouco o papel do Estado na formação básica da pessoa e depois formamos o professor. Essa é uma responsabilidade que o setor privado não pode fugir. Portanto, conhecendo e sabendo dessa realidade do nosso país, nossa preocupação é entregar um profissional que esteja apto e tenha conseguido superar suas dificuldades, como a interpretação de texto e algumas resoluções lógicas, que consiga escrever um texto e ser compreendido, ler e entender. Ou seja, a responsabilidade é ainda maior, pois não se trata apenas de formar aqueles que trabalharão nas escolas públicas e particulares, mas também de suprir toda uma formação que foi deficitária enquanto era um aluno de educação básica. Digo isso porque tenho uma escola e sei exatamente como é o perfil das pessoas, pois aquilo que vejo na minha escola retrata exatamente as pesquisas trazidas pela ABMES, pelo Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP) e pelo próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Precisamos pensar não somente em formar professores, mas em superar a formação que ele teve na educação básica. Sabemos o perfil que queremos e a dificuldade que temos no percurso. Para sanar essa dificuldade é que fazemos algumas interferências nas metodologias, por exemplo, uma pessoa que fez um curso de Pedagogia ou licenciatura, realizou o seu estágio, mas nunca pisou em uma sala de aula, está ou não preparada para encarar uma turma de alfabetização? Sabemos que há uma dificuldade muito grande e a sala de aula assusta, sobretudo aqueles que estão começando essa carreira.

Jair, com relação à questão do tutor, ninguém na escola particular vai contratar tutor para dar aulas em sala de aula. O tutor vai entrar como auxiliar de sala, então considero interessante pensarmos na formação e habilidades que esperamos desse profissional, para que ele seja inserido como um verdadeiro profissional da educação. Quando submeto minha escola a um credenciamento, apesar de ela já possuir 24 anos, é necessário apresentar todos os diplomas de licenciatura de todos os professores. Há uma dificuldade enorme em relação ao professor de espanhol, porque em Brasília não temos uma formação específica em licenciatura em espanhol, portanto o professor de espanhol não possui licenciatura. Nós precisamos abordar duas vertentes: primeiro, distinguir quem é essa figura do tutor e depois trabalhar na legislação, de forma a dar legitimidade ao seu trabalho em sala de aula. Algumas secretarias são muito difíceis, inclusive para os licenciados, porque se o professor possui uma licenciatura em uma área, ele não pode dar aula em outra, por isso o nosso parecer também está tentando avançar nessa questão.

x

Acredito que toda a tecnologia é bem-vinda. Eu, por exemplo, sou estudante de EaD, faço o curso de Ciência da Felicidade na Unicesumar. Vejo alguns professores apenas uma vez a cada dois meses em aula presencial on-line. Também tenho uma tutora e ela é, de fato, a nossa base, mas eu já carrego uma maturidade grande, pois já estudei, me formei, possuo mestrado, enfim, há algumas diversidades para superar no ensino a distância e na formação de profissionais da educação, porque as pessoas que chegam para ser professores estão absolutamente despreparados, inclusive do ponto de vista psicológico, apresentando uma espécie de síndrome de pânico.

Celso Niskier: Sua experiência com a faculdade também se assemelha à minha com a Licenciatura em Pedagogia: as pessoas chegam com muitas dificuldades trazidas da educação básica e cada vez mais com questões que são de atendimento psicopedagógico e até psicológico. Realmente é um grande desafio e vocês estão de parabéns por lidar com isso no texto. Certamente, as contribuições que discutimos e as da ABMES, juntamente com o fórum, vão adicionar a esse bom trabalho que vocês fizeram e que agora está em consulta pública. Fico feliz em conversar com você, Amábile, e sei que estamos em boas mãos na Câmara de Educação Básica, com certeza.

Pedimos aos nossos convidados indicações de livros, artigos, documentários, filmes ou até mesmo podcasts. Enfim, algo que possa instigar a curiosidade dos

leitores ao aprofundamento do tema que trazemos nesse episódio.

Indicações:

Filme: Inteligência Artificial (2001)

Filme: A felicidade das pequenas coisas (2019)

Livro: Sete hábitos das pessoas altamente eficazes - Stephen R.

Livro: Mindset - A nova psicologia do sucesso - Carol S. Dweck

E-book: O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Ciléia Pontes

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 02

Os desdobramentos da Conae 2024

22/02/2024



CELSO NISKIER

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



PAULO MUNIZ LOPES

1º Secretário da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC) e Membro do Colegiado da presidência da ABMES



BRUNO COIMBRA

Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



LUIZ FERNANDES DOURADO

Membro da Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização do Fórum Nacional de Educação (FNE)

Entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2024, foi realizada, em Brasília, a etapa nacional da Conferência Nacional da Educação, a Conae, que reuniu mais de 2,5 mil delegados de todo o país. Eles debateram e aprovaram emendas ao documento de referência, que poderá se transformar no novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Dividido em sete eixos, o documento detalhou as diretrizes que deverão constar no novo plano e que será enviado pelo Ministério da Educação (MEC) para apreciação e votação do Congresso Nacional.

O que pode ser destacado dos debates realizados na Conferência?

Entre as emendas aprovadas no documento de referência, o que é oportunidade e desafio para as instituições de ensino superior particular?

E afinal, o que esperar do novo PNE?

Paulo Muniz, qual avaliação você fez dessas discussões realizadas nesta edição da Conferência Nacional de Educação (Conae)?

Paulo Muniz Lopes: Eu entendo que a primeira observação a ser feita é de que o que ocorreu entre os dias 28, 29 e 30 de janeiro não foi a Conae, mas a etapa nacional da Conae. A Conferência Nacional de Educação iniciou bem antes, quando o Fórum Nacional de Educação (FNE), do qual eu e o professor Luiz Dourado temos o prazer e a responsabilidade de fazer parte, foi construído. Eu também tenho o privilégio de estar ao lado do professor Dourado na Comissão Especial de Sistematização e Monitoramento do FNE, que foi a construção inicial do documento de referência. Esse documento de referência foi posteriormente submetido à Conae em sua etapa municipal, por isso ele foi discutido em âmbito municipal e, posteriormente, evoluiu para ser debatido exaustivamente nas etapas estaduais e distrital da Conae, recebendo mais subsídios e contribuições. Finalmente, em janeiro de 2024, ocorreu a etapa nacional da Conae, que é o nosso corolário e produziu o que se chama de documento final. Este não é o próprio Plano Nacional de Educação, mas sim a contribuição que todo o segmento nacional da educação oferece e apresenta ao Ministério da Educação (MEC), que, por sua vez, tirará deste documento final subsídios e contribuições que essa sociedade, mobilizada em torno da educação, realizou,

para depois encaminhar uma mensagem ao Congresso Nacional, para então se construir o que será o Plano Nacional de Educação.

Diante disso, o grande e primeiro destaque que eu faria da avaliação da Conae é esse aspecto amplamente democrático de discussão. Logicamente, no embate democrático, todos são ouvidos: algumas linhas se sobressaem, algumas convergências existem, divergências são apontadas. Durante a etapa nacional, ainda são apresentadas moções, ou seja, novas contribuições são apresentadas e oferecidas, portanto, estamos falando de um processo amplamente discutido e democrático, que recebeu contribuições de todos os lados, e isso é motivo de felicidade. As críticas existem, não necessariamente sobre o formato, mas sobre o resultado final, que nem sempre reflete todas as opiniões.

Penso que a grande contribuição que a Conae em suas diversas etapas traz é a possibilidade de ter apresentado aos poderes Executivo e Legislativo, a quem caberá as últimas palavras quanto à elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), as contribuições e as direções que a comunidade educacional gostaria de ver para a educação em nosso país no próximo decênio. Estamos com um PNE que está em seu último ano de vigência, e como sabemos, a maior parte das metas ainda não foi atingida, então foi uma oportunidade de revisitar essas metas e estratégias, avaliar onde chegamos, onde queremos chegar e com que ferramentas isso pode ser alcançado.

É importante sabermos desse panorama geral, o que a Conae discute, e mostrar a participação desde o pequeno município e essa diversidade que é a nossa educação, desde a básica até o ensino superior.

Bruno, você foi delegado da ABMES de algumas audiências durante a Conae. Dentro do que você acompanhou, o que podemos extrair de positivo para as IES particulares? Na sua visão, o que pode ser considerado um desafio?

Bruno Coimbra: Eu diria que foi uma experiência de amplo diálogo democrático em torno da educação, seja ela básica ou superior, com muitos pontos abordados

sobre educação especial, formas de inclusão, a equalização dessas falas, o resgate de populações periféricas por meio da educação, entre outros. Isso mostrou a linha de entendimento do próprio governo. A ABMES é suplente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) e também integra o FNE, portanto, é uma responsabilidade redobrada integrar esse grupo e participar das fases de elaboração e discussão do documento.

Minha percepção da Conae é que muita da energia do ciclo decenal estava presente ali. Como o professor Paulo Muniz mencionou, a Conae começa nas fases municipais e, até pelo próprio ensinamento dele, faço aqui uma provocação: talvez a Conae do dia 28 venha de uma Conae lá de 2013, no mínimo. Esse ciclo decenal, com seus percalços e acontecimentos, inclusive sucessões presidenciais, impactou de alguma forma a condução e os trabalhos da Conae. Há uma grande tarefa pela frente, pois estamos entregando à sociedade brasileira hoje o não cumprimento daquilo que pensamos em 2013. Questionamos se as metas não foram cumpridas pelo fato de pensarmos além do que conseguiríamos, mas o fato é que elas existiam e precisamos estabelecer novas metas do que queremos e pretendemos para a expansão da educação superior.

A Conae é muito ampla e traz discussões sobre educação a distância, formação de professores, educação especial, críticas em relação às instituições particulares, reflexões sobre a forma de financiamento, com uma participação muito ativa, por exemplo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). É um ambiente extremamente diverso, eu também fiquei muito impressionado com a qualidade dos colóquios, pude perceber uma discussão muito verticalizada e aprofundada naqueles em que participei, o que reflete o que pode ter ocorrido nas etapas municipais e estaduais. Quando fui para a discussão do eixo e tive a sapiência de escolher aquele que era conduzido pelo professor Paulo Muniz, um dos eixos que parecia ter maior conexão com a atuação da própria ABMES, meu sentimento era de que atravessaríamos o ano ali dentro daquela sala da UnB discutindo, pois conseguir consensos é muito difícil, mas “mar calmo não faz bons marinheiros”.

Temos o Paulo, o Dourado, o Celso, e eu ali, no mínimo, “escovando o convés” para levar essa embarcação bem à frente e entregar uma educação superior de qualidade, com responsabilidade e repensando tudo o que foi pensado em 2013. Será uma tarefa imensa no Congresso Nacional.

Professor Celso, quais seriam as contribuições que a educação superior pode oferecer para o projeto do novo PNE?

Celso Niskier: Em primeiro lugar, quero parabenizar a coordenação do FNE pelo sucesso de todos os processos da Conae. Faço um registro público de congratulações ao professor Heleno Araújo, na coordenação do Fórum, pela maneira democrática e aberta com que ele vem conduzindo os trabalhos, o que explica bastante o sucesso que foi a Conferência. Representando a ABMES, nós participamos de um setor que também é muito diverso, o setor de ensino superior privado, que inclui faculdades pequenas, médias, grandes, filantrópicas, grupos empresariais, comunitários, confessionais, entre outros. Toda essa diversidade estava lá representada através das entidades do setor, incluindo a participação importantíssima da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC), que representa o segmento fundamental das universidades privadas comunitárias. Esse setor diverso esteve representado e apresentou alguns temas importantes, e a primeira pauta foi como crescer com qualidade. Acredito que a questão da qualidade foi a grande preocupação nos debates, especialmente na modalidade de educação a distância, como o Bruno já colocou, e também na formação de professores, que é algo que preocupa a todos nós, porque se pensamos no futuro da educação, precisamos começar pensando na qualidade e na formação inicial adequada dos professores.

Quando começamos esse debate sobre o PNE, não podemos esquecer a importância e o tamanho do setor privado, que hoje representa mais de 80% das matrículas de educação superior. Precisamos imaginar como construir o crescimento para atingir metas que, inclusive, ainda não foram atingidas no PNE atual, garantindo que ele ocorra com qualidade e mantenha a diversidade das organizações de educação superior, incluindo as públicas.

Para crescer e atingir as metas que serão definidas é necessário oferecer um ensino de qualidade, especialmente na modalidade de educação a distância. Recentemente, dos cursos de educação a distância avaliados, 1/3 possui conceito insatisfatório e 2/3 possuem conceitos satisfatórios, ou seja, existem pessoas que sabem fazer educação a distância, de acordo com as próprias avaliações do MEC, mas esse 1/3 precisa e deve melhorar. Nós, da ABMES, queremos continuar contribuindo com o FNE e na redação do PNE, de forma a garantir que esse crescimento se dê com a participação ativa do setor privado, mantendo a nossa diversidade e sem perder

qualidade, mas, pelo contrário, melhorando ainda mais a qualidade, especialmente na formação de professores e no EaD. Acredito que esse é um grande desafio, não só da ABMES, mas de todos que trabalham, sonham com a educação e querem um país melhor.

Professor Dourado, se considerarmos o PNE que está em vigor e a Conae executada de 2013 até aqui, conseguimos visualizar os avanços em relação às propostas e as possibilidades de implementação dessas propostas? Em que aspectos podemos dizer que houve avanço? Em sua visão, qual é o grande desafio?

Luiz Fernandes Dourado: As falas que me antecederam já trouxeram um conjunto de questões muito importantes, mas começo dizendo que essa construção remonta a 2008, quando fizemos a Conferência Nacional de Educação Básica. Depois fizemos a Conae em 2010, 2014, em 2017 houve a intervenção do MEC no FNE, e então criamos o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e fizemos as Conferências Nacionais Populares de 2018 a 2022. Essa Conae de 2024 vem exatamente em um momento político de retomada democrática e das políticas públicas do Estado. Ela traduz um momento de ampla participação, com quase 9 mil emendas ao documento base. Primeiro, temos o documento de referência, depois vêm as contribuições das municipais, que são consolidadas nas conferências estaduais e distrital que, por sua vez, enviam contribuições ao FNE para consolidar o documento base.

O PNE que está em vigência (Lei nº 13.005 de 2014) começou a tramitar no Congresso Nacional no final de 2010 e só foi aprovado em 2014, portanto, precisamos de uma perspectiva para pensar o plano, mas há um saldo positivo quanto ao monitoramento, avaliação e uma compreensão de que houve uma secundarização do PNE. É preciso retomar o PNE como epicentro das políticas educacionais. Esse é o primeiro grande esforço da Conferência: trazer elementos do monitoramento e avaliação do atual plano e identificar que houve uma precária materialização deste plano devido à condução política no Brasil.

Apesar disso, o plano já trazia proposições, metas e estratégias essenciais, como a universalização da educação básica obrigatória. Desde 2009, com a Emenda

Constitucional 59, a universalização da educação básica obrigatória deveria ocorrer até 2016. Estamos em 2024 e essa ainda é uma lacuna imensa na pré-escola e, sobretudo, no ensino médio em relação à universalização. O documento da Conae de 2014 enfatiza a importância do Estado avançar para a construção de políticas de Estado, o que não impede que haja políticas governamentais, mas sinaliza para políticas mais amplas, que escapam, inclusive, do contorno governamental, que seriam formas de operar essas políticas de Estado.

Outro aspecto fundamental é a compreensão de educação sistêmica. O Brasil possui uma dívida histórica nas políticas sociais, e nas educacionais não é diferente. Quando pensamos em educação sistêmica, nós precisamos melhorar toda a educação no Brasil, da básica à superior. Essa é mais uma das perspectivas desse documento, que está centrado na discussão que vai da creche até o pós-doutorado. O professor Celso trouxe uma questão que considero fundamental, que é a discussão da qualidade de maneira contextualizada. O sistema de educação superior, particularmente, é marcado pela diversificação e diferenciação institucional, então a pergunta é: “Como induzir esse sistema para garantir qualidade?”.

Nesse debate há uma outra discussão, que é a financeirização, a qual acarreta problemas sérios, como a concentração de instituições nas mãos de poucos proprietários. Isso causa um desequilíbrio, pois atualmente 45 escolas privadas respondem por quase 30% das matrículas, o que impacta a capilaridade do sistema educacional, que precisa abarcar todas as instituições, de pequeno, médio e grande porte. Para discutir essas questões, o documento abordará sobre esses pontos e a importância da regulação como uma dinâmica construtiva para o sistema educacional, estabelecendo regras para garantir qualidade, pensando a regulação na sua articulação com a avaliação, no acompanhamento e concepção de avaliação sistêmica e formativa.

Outros pontos incluem a formação de professores e a educação a distância. O documento constata que houve um processo de desregulamentação da educação a distância, o que impactou a qualidade. Creio que precisamos retomar o debate da educação a distância, articulá-la com qualidade e pensar no conjunto das áreas de formação, especialmente na formação dos profissionais da educação. Há um tensionamento no campo referente às resoluções. Eu fui relator de um parecer que resultou na Resolução 2/2015; depois dela foram lançadas a 2/2019 e a 1/2020. A verdade é que no campo da formação de professores existe uma indefinição com qual

resolução seguir e o documento problematiza essas questões, avançando bastante. São sete eixos tratados; o primeiro, por exemplo, fala da importância do Sistema Nacional de Educação (SNE), que envolve o setor público, privado, comunitário e articula a educação básica e superior.

Acredito também que o documento trará uma configuração de sujeitos sociais, como os territórios educacionais indígenas, quilombolas e outros povos. Enfim, as conferências e o esforço de pensar um plano nacional que considere a diversidade do nosso país e a qualidade na diversidade são esforços históricos importantes. Ver esses diferentes sujeitos construindo essa conferência é gratificante, e espero que o PNE, como afirmou o ministro na abertura e no encerramento do evento, seja o elemento-chave para a construção de um projeto de lei do Executivo.

Celso Niskier: Em pouco tempo, o professor Dourado conseguiu sintetizar as grandes questões e a importância do debate.

Bruno Coimbra: O ano de 2024 será o ano da discussão da educação, da reconstrução e das ações, com a eventual agência reguladora, o resgate do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a formação de professores. Precisamos fazer muitas entregas em 2024.

Paulo Muniz, diante de tudo o que falamos até agora, será que ainda ficou algo pendente? Você sentiu falta de algum tema que deveria estar no novo PNE?

Paulo Muniz Lopes: Creio que é improvável isso ter ocorrido, porque como já foi salientado pelo próprio professor Luiz Dourado, recebemos 9 mil emendas no FNE para um documento que, inicialmente, serviu de referência. Esse documento foi debatido exaustivamente e recebeu emendas e contribuições que foram apreciadas na etapa nacional de forma ampla e democrática. Como bem salientou o professor Dourado, a Conae, ao ser dividida em sete diferentes eixos, buscou exatamente atingir as diversas temáticas necessárias para a construção de um bom PNE. Isso incluiu a constituição de um SNE, que é uma questão discutida há vários anos e ainda não se materializou na forma efetiva de um sistema, por isso que ele foi o primeiro eixo a ser debatido, pois, como já foi salientado, o processo educacional, sobretudo as políticas educacionais que vão atender a essas demandas, precisam

ser vistas de maneira sistêmica, e não é possível que façamos ações ou políticas isoladas, especialmente, reconhecendo que as políticas educacionais ocorrem para além do próprio MEC, ela está presente em diversos outros âmbitos do Estado.

Posso citar também o segundo eixo, que visou discutir as garantias do direito a todas as pessoas, a universalização, qualidade, direitos humanos, equidade e inclusão, como havia salientado o Bruno em sua primeira fala. Além disso, há o quarto eixo, que foi o que eu mais me dediquei, porque ao lado da professora Lueli, estivemos na sua condução, coordenação e discussão e é exatamente o eixo em que foi discutida a educação de qualidade. Foi ali que discutimos regulamentação, monitoramento, avaliação, os órgãos, enfim, todos esses mecanismos de controle e de participação social. Considerando a abrangência da Conferência, acredito que é improvável que algum tema relevante não tenha sido abordado.

Passamos pela questão da valorização dos profissionais da educação, a democratização dos financiamentos públicos, a garantia das condições de qualidade social na educação e, por fim, esse compromisso que a educação precisa ter com a justiça social, a proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. A CNE buscou, através desses sete eixos, levar ao poder público os subsídios necessários para serem abordados em um novo PNE.

Como expressão democrática e em respeito às minorias, a CNE registrou todas as contribuições que recebeu; os anais da CNE contemplarão e exibirão todas elas. Quando olhamos o documento base que foi levado à discussão, ali estão, inclusive, as emendas que foram rejeitadas, ou seja, não se esconde nada. A contribuição da sociedade ocorreu de forma efetiva, e o compromisso do ministro, como salientou o Dourado, é acatar essas sugestões e diretrizes no projeto de lei que será encaminhado, pelo poder Executivo, ao Congresso Nacional, que possui a última palavra para a aprovação do plano. Esperamos que este novo PNE seja o mais realista possível e possa ser concretizado dentro do tempo previsto.

Como eu havia dito, estamos no último ano de vigência do atual PNE. Não sabemos quanto tempo levará o debate do novo PNE no Congresso, mas a nossa expectativa é que tudo seja contemplado, porque é fruto da contribuição da sociedade civil, organizada primeiramente no FNE e ampliada, de forma muito capilarizada, nas diversas etapas da Conae.

Todas as temáticas já foram discutidas na Conae, agora o PNE está com o MEC, que o levará ao Congresso Nacional. Bruno, você que acompanhou o processo, como você acredita que será a recepção do MEC em relação a esse documento?

Bruno Coimbra: O documento ainda não foi oficialmente enviado ao MEC; ele está em fase de revisão final e a expectativa é de que ele seja entregue nos próximos dias. Após essa revisão, o documento seguirá para o ministro.

Paulo Muniz Lopes: Nós, membros do FNE, fomos convocados para uma reunião no início de março para discutir o encaminhamento do documento ao MEC e ao presidente Lula. Posteriormente, será iniciado o trâmite da elaboração do projeto de lei, que será encaminhado ao Congresso.

Professor Dourado, sabemos que cada etapa é um novo desafio, porque leva tempo... Na sua visão, existe um horizonte para a aprovação do novo PNE?

Luiz Fernandes Dourado: O Paulo foi muito feliz ao retomar os conjuntos dos eixos da Conae, pois nos dá uma dimensão dos desafios para a educação nacional, tanto básica quanto superior, nos espaços urbanos e rurais, e nos diferentes contextos sociais. A discussão da qualidade nos remete também a uma necessária expansão e interiorização da educação superior, são temas abordados no documento, além

de um horizonte de avaliação. O documento sinaliza não apenas para a regulação, mas para uma concepção de consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), bem como a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB), conforme previsto na Lei nº 3005/2020. Há um conjunto de questões importantes. O documento já foi aprovado e não precisará de nova aprovação, pois tivemos as plenárias de eixo na etapa nacional da Conae. Ocorreram as plenárias de eixo e, posteriormente, a plenária final, onde todos os eixos foram aprovados, assim como o documento em sua totalidade. O que está sendo feito agora são ajustes redacionais, como, por exemplo, a substituição do termo "comunidade indígena" por "povos indígenas". Essas são questões de redação que estão sendo cuidadosamente ajustadas, juntamente com uma atualização histórica na apresentação e introdução do documento.

Foram três documentos elaborados na construção da Conae: o primeiro foi o documento de referência, proposto pela Comissão de Relatoria, aprovado na Comissão de Sistematização e, depois, no pleno do FNE. Esse documento de referência passou por etapas municipais, estaduais e distrital, recebendo quase 9 mil emendas, que foram consolidadas pelo grupo de relatoria, resultando em um documento base, que passou novamente e foi aprovado pela Comissão de Sistematização, sendo posteriormente também aprovado no pleno do FNE. Por fim, o documento final foi aprovado e agora está na fase de diagramação. Esperamos que seja uma referência em diferentes espaços, inclusive para a formação dos nossos quadros. Uma vez consolidado este documento, a próxima fase é encaminhá-lo formalmente ao MEC. A partir daí caberá ao Executivo, com o compromisso do presidente Lula, encaminhar o projeto de lei ao Congresso Nacional.

Esperamos que nossas 651 entidades, incluindo as 13 suplentes, possam atuar vigilantes no Congresso para defender essas conquistas e garantir que a tramitação seja célere e eficaz.

Temos dois desafios principais: garantir que a tramitação aconteça rapidamente e que as políticas sinalizadas sejam aprovadas, defendendo o planejamento do PNE como o epicentro das políticas de Estado, visando garantir o direito social a todas as pessoas e envolvendo o conjunto das instituições. Em nenhum momento o documento se coíbe de criticar a educação de baixa qualidade, que é uma preocupação tanto do setor privado quanto do setor público.

O eixo central é a garantia do direito, mas é a garantia do direito à educação com qualidade; esse é um ponto crucial.

Existirão muitos desafios, e considero importante que todos assumam o compromisso de fazer a gestão junto aos parlamentares, tanto na Câmara quanto no Senado, para reforçar o fato de que esse projeto é resultado de um debate democrático que envolveu milhares de pessoas.

As Conferências, em suas etapas municipais, aconteceram com a cobertura em mais de 4.000 municípios, com deliberações nas 27 unidades federativas, o que é fantástico se considerarmos a capilaridade do nosso país. Isso é muito significativo e acredito que é uma construção histórica sem precedentes, sobretudo considerando nossa geopolítica atual e os desafios postos. Esse horizonte de uma educação de qualidade, democrática e inclusiva para todas as pessoas está muito forte na ambiência dos documentos. Nós entendemos que o plano de 2014 a 2024 não foi muito ambicioso; ele foi realista, considerando as necessidades da sociedade brasileira, mas foi secundarizado, por isso precisamos enfatizar que é fundamental ampliar o investimento na educação nacional e em virtude disso que também está lá no documento a defesa dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação nacional, como já estava assinalado no PNE 2014-2024.

Esperamos que, no próximo decênio, 2024-2034, tenhamos essa aprovação e possamos avançar com políticas mais orgânicas, garantindo o direito social à educação e estabelecendo cada vez mais claro o papel do MEC na coordenação das políticas, mas em um nível de articulação com estados e municípios, pensando nos desdobramentos das políticas educacionais.

Eu saio desse processo de participação, tendo estado em todas essas Conferências e na dinâmica da redação com muita alegria, porque creio que sempre aprendemos muito, e esses documentos se tornam uma carta-programa que devemos usar amplamente. Precisamos pensar juntos e estarmos de mãos dadas para defender uma educação de qualidade, seja ela básica ou superior.

Pedimos aos nossos convidados indicações de livros, artigos, documentários, filmes ou até mesmo podcasts. Enfim, algo que possa instigar a curiosidade dos leitores ao aprofundamento do tema que trazemos nesse episódio.

Indicações:

Documento final da Conae 2024

Site do Fórum Nacional da Educação

Ebook Investimento Federal e Ensino Superior Privado – Escrito por Ricardo Martins, Editora ABMES

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU 4 – Educação de Qualidade

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Ciléia Pontes

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 03

Internacionalização da educação superior: como as IES podem se preparar?

07/03/2024



ANDREI CANDIOTA

Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



MIGUEL COPETTO

Diretor-Executivo da Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (Apeesp)



LUCIANE STALLIVIERI

Cofundadora do Internationalization Hub (iHub), uma consultoria especializada na internacionalização de instituições de ensino e em educação internacional

A internacionalização da educação superior é o processo pelo qual as instituições de ensino superior (IES) buscam aumentar a presença global e promover a colaboração com instituições estrangeiras. Isso possibilita a criação de oportunidades para estudantes, professores e pesquisadores interagirem com indivíduos de diferentes culturas e nacionalidades.

Além disso, ao estabelecer parcerias internacionais, as instituições podem gerar novas ideias, discutir problemas e identificar soluções comuns, além de estabelecer pontes com organizações semelhantes.

Sobre esse assunto, queremos saber:

- Qual o cenário da internacionalização pós-pandemia?
- Por que é importante as IES invistam em um programa de internacionalização?
- Quais caminhos podem ser percorridos hoje pelas IES que querem fazer intercâmbios com instituições estrangeiras?

Eu começo perguntando a cada um dos nossos convidados o seguinte: por que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem investir hoje nessa colaboração com instituições estrangeiras? Realmente há muitas vantagens nesse sentido?

Andrei Candiota: Realmente, a internacionalização da educação superior hoje é um assunto muito falado e presente na realidade do Brasil, especialmente nas últimas duas décadas. A ABMES tem um programa internacional consolidado em nosso planejamento estratégico de 2023 a 2027, sendo um dos objetivos estratégicos da ABMES. O objetivo número 16 dos 25 que definimos visa o desenvolvimento da cooperação com associações e universidades estrangeiras, instituições que anualmente fazemos uma curadoria. A Luciane até participou da nossa experiência de 2022, e, com isso, conseguimos apoiar as IES nas vantagens da internacionalização da educação superior no país e junto aos nossos associados.

Além de buscarmos ancorar esse apoio para as nossas IES, trazemos vantagens ao desempenharmos o papel da nossa área internacional, possibilitando a geração de novas ideias, a troca de experiências e o conhecimento de novas culturas. Nas últimas cinco missões internacionais da ABMES, estabelecemos pontes de semelhanças e desafios na busca pelo aperfeiçoamento da educação superior no Brasil,

tendo como referência universidades consolidadas ao longo dos séculos. Vejo como uma das vantagens estarmos com a ABMES, apoiando o desenvolvimento da internacionalização dos nossos associados com as oportunidades de participarem das missões internacionais.

Acredito que existe um mérito maior quando olhamos o portfólio de alguém com formação ou coparticipação em uma universidade do exterior. Isso aparenta ser bem mais valioso do que quando se trata de uma universidade aqui no Brasil. Luciane, é isso mesmo?

Luciane Stallivieri: Concordo em parte. Creio que tudo depende da qualidade da instituição. De nada adianta, por exemplo, enviarmos um estudante brasileiro para o exterior e, da mesma maneira, os estudantes portugueses para estudar fora de Portugal, se existem universidades mais bem qualificadas e ranqueadas no próprio país. Quando falamos das vantagens da internacionalização, precisamos entender, primeiramente, que o conhecimento é universal. Por isso, falamos em universalidade do conhecimento em universidade.

O segundo ponto é que não podemos mais pensar em uma instituição de ensino superior sem que ela esteja internacionalizada. Uma instituição de ensino superior não pode se chamar assim se não contar com parcerias internacionais. Os gestores ou reitores das instituições devem questionar por que internacionalizar e o que a sua instituição ganha com isso. A primeira resposta é que a qualidade do ensino superior pode melhorar em decorrência das parcerias internacionais. Refiro-me à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Quando se foca na internacionalização do currículo, o pensamento é voltado à formação da cidadania global, ao desenvolvimento das competências interculturais e à formação da consciência global, que é o grande diferencial competitivo. Uma instituição de ensino superior que busca a sua internacionalização se torna mais qualificada e competitiva, podendo almejar posições mais elevadas nos rankings. Finalizo essa breve reflexão provocando a maioria das instituições que, há mais de 20 anos, procuram uma parceria. Uma das perguntas que fazem é: "Em que ranking sua instituição está sendo avaliada?". Muitas instituições, principalmente brasileiras, não estão. Tanto o Ministério da Educação (MEC) quanto as agências

de acreditação e os rankings internacionais nos avaliam pela qualidade, competitividade e resultados nas avaliações, sendo a internacionalização uma questão central. Portanto, vejo inúmeras vantagens: torna-se mais competitivo, mais qualificado, está inserido no cenário da educação global e cumpre o papel de formação de cidadãos globais que atendem mercados multiculturais, os quais devemos observar, pois vivemos em um momento de sociedade globalizada e altamente interconectada.

Luciane, a quais rankings você se refere? Como você informou que o Brasil não está bem ranqueado, pergunto se existe alguma associação mundial que faça essa parametrização?

Luciane Stallivieri: Existem várias. Por exemplo, o Times Higher Education, o QS, o ranking de Xangai e o próprio ranking da Folha. Eles destinam de 2% a 7,5% dos critérios de avaliação, sendo que a internacionalização passa a ser um dos quesitos centrais. Os elementos avaliados incluem a mobilidade de estudantes (quantos estudantes são enviados e quantos são recebidos), a qualidade da pesquisa internacional, por exemplo, qual a inserção que a pesquisa internacional de seus investigadores possui em publicações internacionais, da mesma forma, publicações com pesquisadores internacionais e a quantidade de citações dos seus professores e pesquisadores nesses ranking internacionais.

Um exemplo prático são as avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em revistas e periódicos pela plataforma Sucupira. Publicar numa revista qualificada pelo Qualis, da plataforma Sucupira, principalmente se a revista for de caráter internacional, eleva a qualidade do programa de pós-graduação. Para que um programa de pós-graduação seja bem-avaliado no Brasil pela CAPES e conquiste um conceito entre 6 e 7, precisa apresentar resultados de internacionalização, publicações e pesquisas internacionalizadas, pesquisadores altamente internacionalizados, e pesquisas que representem impactos na sociedade. Portanto, problemas de ordem global sendo resolvidos por pesquisadores de diversas partes do planeta.

Miguel, fale sobre a relação entre Brasil e Portugal na internacionalização do ensino superior. Você também vê muitas vantagens?

Miguel Copetto: Eu vejo muitas vantagens. Às vezes, nessas situações, é bom pensarmos um pouco na própria história. Universidade vem da palavra "universitas", que significa "universo", portanto, uma instituição de ensino superior já carregava essa ideia global para o exterior. Um diploma emitido pela universidade tinha valor universal. Hoje em dia, com o nosso conhecimento e a geografia existente, em que, por meio da internet, desapareceram as barreiras físicas e, portanto, o planeta está todo conectado, ou pelo menos grande parte dele, deve existir essa relação de uma forma diferente nas próprias universidades.

Estamos em dois momentos: um dos momentos é de que a pandemia acabou por provocar uma aceleração dessa relação entre as universidades e delas com os próprios estudantes, acelerando a aproximação e utilização da tecnologia. Por outro lado, isso fez também com que algumas das matérias que eram dadas pelas instituições obrigassem a internacionalização, de modo que, do ponto de vista pedagógico e especialmente científico, tivessem um caráter completamente diferente. Imagine o seguinte: um professor de Economia, História, Gestão, seja em que área for do conhecimento, se a universidade estiver fechada em si mesma, os exemplos que ele acaba por dar e o que explica aos seus alunos acabam sendo a visão dentro de um pequeno mundo.

A partir do momento que a universidade se abre para o mundo, o currículo prestado aos alunos torna-se universal. As relações com os estudantes também se tornam universais, porque, mesmo que a universidade não esteja no ranking, só a experiência do aluno se deslocar para outro continente ou país e ter a humildade de conhecer uma nova cultura, abordá-la, absorvê-la e recebê-la como sua, faz com que ele se torne um cidadão do mundo e isso é o mais belo que pode existir na condição humana.

As instituições são uma forma organizada de saber, que procura formar cidadãos para o mundo, aqueles que vão governar os países e atuar em suas profissões da melhor forma possível para que, no fundo, consigam realizar o que todos nós queremos, que é procurar ser feliz e proporcionar felicidade aos outros, e o conhecimento também é felicidade. Essa perspectiva que temos através da internacionalização é fundamental. Às vezes atravessamos um continente e as pessoas ficam surpresas pelo fato de os problemas serem os mesmos. O que é um privilégio nesse contato é constatar que existem formas diferentes de resolver esses problemas e

essa partilha melhora todas as instituições. Vivemos na era das redes, e uma característica dessa era é justamente essa possibilidade de colaboração.

Principalmente agora, pós-pandemia, acredito que a internacionalização está a todo vapor. Pergunto à Luciane como as instituições estão aderindo a esses programas e parcerias internacionais? Caso eu fosse reitora de uma universidade, por onde deveria começar?

Luciane Stallivieri: Vamos retroceder um pouco a 2020. Quando todos nos deparamos com a pandemia, foi impressionante perceber que um dos primeiros movimentos interrompidos foi a mobilidade. Os intercâmbios internacionais foram totalmente suspensos e muitas instituições, principalmente as privadas, por questões óbvias, encerraram os departamentos de internacionalização com o raciocínio simples: não há mais intercâmbio, não há alunos chegando ou viajando. Contudo, é um grande equívoco pensar que internacionalização significa apenas intercâmbio.

No momento da interrupção causada pela pandemia, provoquei e publiquei alguns artigos sobre a denominada “internacionalização disruptiva”, que tratavam justamente do fato de que a internacionalização e a pesquisa internacional não podiam parar. Em discussões com o professor Celso Niskier, decorrentes de uma publicação da ABMES que ele coordenou, ele mencionou sobre os quadrantes híbridos da educação, então o convidei para escrever e publiquei outros artigos sobre os quadrantes híbridos da internacionalização.

Com a interrupção da mobilidade presencial, migramos imediatamente para a mobilidade virtual, e os intercâmbios começaram a ser realizados a distância. Tudo isso contribuiu para gerar um terceiro movimento pós-pandemia, que são os quadrantes híbridos da internacionalização.

Isso significa que um estudante brasileiro pode iniciar um programa de mobilidade acadêmica internacional em qualquer unidade parceira de sua instituição de forma virtual, síncrona e assíncrona, e, em determinado momento, parte para a mobilidade presencial. Um exemplo desse tipo de instituição é o Instituto Politécnico do Porto, onde é possível iniciar os estudos de forma virtual e depois se deslocar ao Porto para concluir a disciplina presencialmente. Assim, esses quadrantes

híbridos da internacionalização, baseados em um referencial da literatura do professor Celso Niskier, oferecem quatro possibilidades que garantem a continuidade da internacionalização.

Obviamente, diante desta interrupção causada pela pandemia, os escritórios precisaram se reinventar. A captação de fundos se tornou muito mais intensa e houve um deslocamento do eixo, não apenas mobilidade acadêmica, mas, acima de tudo, entendendo que quem faz internacionalização, primeiro, não é somente o reitor, segundo, não é o departamento de internacionalização. O departamento possui a função primordial de orquestrar o movimento da internacionalização, mas é preciso que os gestores, docentes, pesquisadores, professores, a alta gestão e toda a equipe institucional respire a internacionalização do campus, por isso que o movimento de internacionalização em casa está tão forte e é tão provocativo, principalmente para reafirmar que a pessoa-chave para a internacionalização é o docente, que ficou esquecido no processo de internacionalização durante muitos anos, porque nós olhamos para a gestão, acordos internacionais, mobilidade de estudantes, mas se o professor não estiver disposto a internacionalizar, ele pode não receber o estudante internacional e nem internacionalizar o seu currículo.

Neste momento, creio que o grande desafio das instituições é a formação de docentes e pesquisadores para a internacionalização e, principalmente, a importância de pensarmos na internacionalização de carreira, seja de forma virtual ou presencial. É impressionante que muitos professores às vezes não sabem dar o primeiro passo, pois acreditam que a internacionalização não é responsabilidade deles, e a primeira coisa é escrever um e-mail para convidar um professor a fazer um Programa COIL (Collaborative Online International Learning), um programa virtual.

Eu posso convidar o professor Miguel Copetto, por exemplo, para ser meu parceiro e ministrarmos uma atividade dentro de uma disciplina que eu ministro, colocando alunos brasileiros e portugueses, para debater sobre soluções globais para problemas locais. São grandes desafios, mas a questão é exatamente essa: pós-pandemia, a luz vermelha foi acesa para repensarmos a trajetória dos últimos 20 anos. Estamos avançando rapidamente com a mobilidade, mas agora entendemos que muitos atores são fundamentais para que esse processo realmente ocorra com resultados favoráveis para nossas instituições.

Acredito que pode haver alguma resistência por parte da docência, Luciane, até por não saberem outro idioma.

Luciane Stallivieri: O British Council fez alguns estudos no Brasil e os dados são terríveis, porque mostram que, principalmente com o estudante do ensino médio, 5% dominam uma língua e 1% é fluente na língua inglesa, o que é assustador. Como podemos pensar em intercâmbios considerando esses números? Nossa relação com Portugal é importante, pois lá é um celeiro para onde podemos encaminhar os estudantes, mas pensando no caráter global da internacionalização, o Brasil precisa avançar muito na questão do domínio das línguas, afinal, ela é a ferramenta central. Sem comunicação, não há internacionalização, ou seja, “minha língua, minha pátria, minha pátria é a língua portuguesa”. Como é que eu consigo inserir a língua portuguesa em um cenário onde a língua inglesa, espanhola, chinesa e o mandarim dominam? Existe um desafio muito grande para as instituições brasileiras e o papel da ABMES é central.

A ABMES realmente tem realizado missões internacionais para levar as instituições brasileiras a outros países. Já estivemos no Canadá, Rússia e Israel, por exemplo. Em 2024 será a sexta missão, correto? Durante essas missões, como tem sido a receptividade dessas universidades estrangeiras à nossa delegação? Fale mais sobre esse assunto, Andrei.

Andrei Candiota: Isso mesmo, este ano nós vamos para o Reino Unido. Quanto à receptividade, pelo menos na missão que estive em 2023, que foi a do Canadá, foi excelente. O papel da ABMES, como uma promotora da internacionalização da educação superior foi muito bem-vinda. Nós procuramos fazer a curadoria, não só dos países que pensamos em visitar, mas dos eixos acadêmicos em que buscaremos nas universidades desses países, como, por exemplo, inteligência artificial, saúde e medicina, inovações tecnológicas, a qualidade do EaD, entre outros, com vistas a obter o melhor intercâmbio possível durante as visitas com as universidades.

Ainda que tenhamos dificuldades, os países nos consideram atraentes, começando pelo nosso tamanho e pela escala que temos hoje de 80% dos nossos alunos do ensino superior estarem nas instituições particulares, então só isso já atrai os países que visitamos. É óbvio que levamos uma delegação de reitores e mantenedores,

que não só representam esse tamanho, como a nossa qualidade em grande parte das nossas instituições de ensino superior. Nós, como ABMES, estamos na sexta missão e queremos dar continuidade e fortalecer cada vez mais o papel da ABMES junto às suas instituições associadas, promovendo essas missões e dando oportunidade de trazerem esse conhecimento para os membros da delegação. Feita a missão, devemos continuar promovendo e ajudando as IES nas suas iniciativas de internacionalização. Durante as missões nós buscamos possibilidades de celebração de acordos mais amplos, mas que possam permitir que nossas IES também celebrem os seus acordos individuais.

Realmente essa troca de experiências com outros países é muito interessante. Professor Miguel, a Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (Apeesp) é uma grande incentivadora de colaborações internacionais. Quais são os resultados? O que vocês têm visto de experiência das instituições portuguesas que estão colaborando com as universidades estrangeiras? Você pode citar algum exemplo de sucesso para nós?

Miguel Copetto: Primeiro faço uma breve reflexão: já repararam que os investigadores ingleses não realizam publicações internacionais em português, somente na sua língua materna? Precisamos também, com a língua portuguesa, criar redes e revistas de qualidade que permitam, portanto, não somente que nossos investigadores publiquem, mas possam também utilizar a sua própria língua materna para que isso seja reconhecido, quer nacionalmente ou internacionalmente.

Nesse sentido, existe a Rede de Avaliação de Competências Sociais (RACS), que é uma rede de instituições públicas e privadas de língua portuguesa na área da saúde, inclusive, desafio a ABMES não só para entrar para a rede, mas para divulgar junto das suas associadas e, quem sabe a partir do exemplo das RACS, poder permitir que se desenvolva dentro da lusofonia um revista científica que tenha essa projeção.

A Apeesp já deu um passo nesse sentido, ocorreu uma reunião com a Associação de Universidades Privadas de Angola e é esse desafio que eu trago para o Andrei, que é o de criarmos uma associação internacional de universidades privadas unidas

pela língua portuguesa, na qual Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e todos os países lusófonos possam participar.

Algo que me parece de grande ajuda e espero contarmos com a professora Luciane no sentido de utilizarmos o mesmo exemplo da Red de Asociaciones Latinoamericana y Caribeñas de Universidades Privadas (REALCUP) para com as entidades da América Latina.

Eles criaram um site onde as universidades podem se internacionalizar sem custos, ou seja, é um programa que faz o match entre as diferentes universidades, todas da América Latina, que forem escritas por suas associações.

Eu trabalhei junto à REALCUP no sentido de as universidades portuguesas poderem participar e serem internacionais. Atualmente 20 universidades portuguesas associadas da Apesp participam desta rede. A Apesp criou em 2017 a Rede Europeia de Universidades Privadas e começamos a nos relacionar mais com a América Latina através da REALCUP, por ser uma rede somente de universidades privadas. Concomitante com isso, procuramos estreitar relações com ABMES e parece-me que estamos em uma fase intensa de namoro, que acredito que ambos estão gostando. Outras coisas me parecem pertinentes destacar: no espaço europeu, há muitos anos existe um programa comunitário que se chama Erasmus, que permite às universidades e estudantes realizarem um semestre ou um ano inteiro em uma universidade estrangeira. Apesar de ser o programa de maior sucesso na Europa, ainda estamos falando de menos de 10% dos estudantes do ensino superior.

Os estudos que fizemos, seja em Portugal ou em outros países da Europa, nos permitem chegar a uma conclusão de que os estudantes que participaram no programa Erasmus ou no estrangeiro, no caso, fora da União Europeia, conseguem obter mais sucesso no trabalho, uma rede de contatos que lhes permite uma abrangência com mais conhecimento, experiência e know-how para as empresas onde eles trabalham, além disso, são pessoas que viajam com mais facilidade, levam e trazem conhecimento com eles e para os locais onde trabalham. Para essa parte da internacionalização, que geralmente é pouco falada, existem estudos que demonstram que os estudantes com essas experiências obtêm muito mais sucesso e são mais facilmente recrutados pelas próprias empresas, porque demonstram que são capazes de arriscar, arriscam e ganham, o que é uma enorme vantagem. Nós

precisamos observar que as universidades, mesmo dentro de cada país e dentro delas mesmas, não são homogêneas, então a qualidade delas acabam por não se limitarem dentro dos mesmos espaços. Com as relações que elas estabelecem dentro do país e, especialmente, fora dele, acabam por elevar a qualidade.

Como a professora Luciane disse, a qualidade é global e fundamental, desde o reitor até aquela pessoa que está na porta da universidade para receber os estudantes precisa passar a uma língua estrangeira, porque é fundamental saber receber. A pessoa, quando chega em um país estrangeiro, aquilo que ela mais leva no coração é a forma como é recebida. As nomenclaturas que estão dentro das próprias universidades, seja dentro ou fora da sala de aula, precisam ser em português e em inglês.

O próprio estudante, ao reparar que essas nomenclaturas existem em línguas diferentes, se sente diferente, porque percebe que o espaço onde ele está é diferente, é internacional e valoriza. Esses detalhes podem parecer pormenores, mas não são, pois fazem com que a própria universidade se adapte sem hierarquias, sendo necessária a mesma boa vontade em participar para que haja sucesso, é como se fosse um contrato, que só é bom quando ambas as partes ficam satisfeitas. As universidades devem se encontrar também, de acordo com os seus objetivos, aquilo que cada uma procura relativamente às outras e os métodos que precisam ser feitos.

Por fim, o que tenho a dizer é que a ABMES pode contar comigo e com as universidades portuguesas para aquilo que for possível e desejarem, para procurarmos fomentar, melhorar a rede e as nossas universidades. Peço também à professora Luciane que nos ajude, pois creio que só será vantajoso se todos estivermos dispostos a colaborarmos uns com os outros, sabendo que todos iremos aprender.

A parceria existe, com certeza, e eu tenho absoluta certeza que essa fraternidade é mútua. Em tom de brincadeira, pergunto à professora Luciane se um gaúcho que vai fazer a universidade em Roraima é como se fosse uma internacionalização, afinal de contas, vivemos em um país imenso.

Luciane Stallivieri: Com certeza. O fato de você sair de casa já está expandindo a sua mente. Se analisarmos quais são as 12 megatendências mundiais, a questão do desenvolvimento da interculturalidade é uma dessas grandes tendências. O desenvolvimento disso se faz com o olhar para a cultura do outro com respeito, com abertura, flexibilidade e tolerância. De todos os meus estudos, o grande conceito de

internacionalização está baseado em três pilares, que são: cidadania global, competências interculturais e consciência planetária. A questão da cidadania global é exatamente o fato de você fazer parte de um planeta e existirem questões políticas que você precisa dominar e questões entre nações que devem ser tratadas. O desenvolvimento das competências interculturais passa pelo respeito à cultura do outro, pois não existe uma cultura melhor do que a outra, elas são apenas diferentes e nós necessitamos estimular exatamente essa abertura, tolerância e flexibilidade.

Existe o Índice de Desenvolvimento da Sensibilidade Intercultural (DSI), que pode avaliar, para qualquer um de nós, como está o nosso grau de tolerância para com a cultura do outro.

Aqui nós entramos nos conceitos da cultura de alto e de baixo contexto, por exemplo: tudo o que for percebido pelos cinco sentidos nós podemos imediatamente entender como a cultura é perceptível, como a música, a manifestação, a gastronomia, os hábitos culturais e as diferentes manifestações. Contudo, isso é a ponta do iceberg, há todo um universo para baixo, porque eu não sei a sua forma de pensar, as questões religiosas etc., com isso, nós entramos nas questões mais graves.

Quando o professor Miguel fala sobre a mobilidade do estudante, quando há a oportunidade de o estudante vivenciar em outro país, ele adquire um entendimento total, tanto das questões da cultura de alto impacto, como as de baixo impacto, porque essa vivência o fará refletir sobre os seus próprios conceitos e preconceitos.

O grande ganho de um estudante com uma vivência internacional é o fato dele se tornar mais flexível, mais tolerante, desenvolver empatia e adquirir não somente as hard skills, como também as soft skills, além de outra tendência, que são as fusion skills, que são o conhecimento, criticidade e comunicação, principalmente na questão tecnológica, que quando desenvolvidas, oportunizam os seus estudantes. Dito isso, existe uma grande preocupação: se a Europa, com o programa Erasmus e com tantos recursos interessantes, atinge somente 10%, nós do Brasil não conseguimos chegar nem a 1% dos estudantes em mobilidade.

O Andrei relatou que 80% dos estudantes estão no setor privado, o que representa uma dificuldade do estudante brasileiro para poder se candidatar. Sobram recursos, mas as universidades brasileiras e pesquisadores, às vezes, não sabem buscar.

Por que não nos aproximamos mais do professor Miguel Coppeto e escrevemos mais programas Erasmus em parceria com as universidades europeias? A grande reclamação das universidades brasileiras é exatamente o porquê de elas ficarem sempre aguardando que os europeus nos convidem para projetos.

Nós precisamos ser mais proativos e protagonizar mais esse momento, porque a universidade brasileira é qualificada, as instituições de ensino superior privada são de altíssima qualidade e podem comparecer no cenário da educação mundial de alto impacto, mas nós precisamos desenvolver parcerias, alianças e estratégias com objetivos, indicadores e metas claras. Acima de tudo, a internacionalização precisa estar institucionalizada, ela não pode ser da vontade ou da cabeça de um reitor, ela não é um luxo acadêmico, não é para aqueles poucos que dominam línguas, com condições financeiras e um background familiar.

Precisamos pensar em todo e qualquer aluno, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e como levarmos a internacionalização para todos, porque a educação gratuita de qualidade é um dever, mas ao mesmo tempo precisamos pensar em como levar uma internacionalização que possa chegar a todos os cantos. Com certeza tirar um gaúcho e levar para Roraima e alguém do Piauí para o Rio Grande do Sul, por exemplo, é uma experiência intercultural fantástica e você se torna um cidadão muito melhor.

Para finalizar, vou passar um último dado: o programa Ciências sem Fronteiras contemplou quase 100 mil alunos com bolsas que colocaram os estudantes em mobilidade. Após o término do Ciências sem Fronteiras, nós migramos para o CAPES-Print, que não foca mais em estudantes de graduação, mas da pós-graduação e um dos primeiros pré-requisitos é a apresentação do plano de internacionalização. Nós estamos falando de um universo de 2.600 instituições de ensino superior no Brasil, mas somente 108 tinham um plano de internacionalização, dessas 108, 36 tinham, dessas 36, 30 são universidades públicas, apenas 6 são do setor privado. Portanto, uma instituição privada é fundamental, junto com a ABMES, escrever os planos estratégicos de internacionalização, porque esse é um dos fatores principais que serão observados nas avaliações dos rankings.

Nós podemos parar em qualquer porto se não sabemos para onde vai, então é importante definir metas, estabelecer indicadores, escrever o plano e o institucionalizar, criar um departamento de internacionalização, porque isso não pode

um luxo acadêmico, é institucional e por ser institucional, precisa de formulários, regulamentos, equipe de trabalho, mas acima de tudo, um plano de internacionalização. Tanto a Apesp, como a ABMES e principalmente o iHub podem ser consultores, pois somos especializados em auxiliar as instituições a fazer um plano sob medida. Eu não posso olhar para o plano da UnB ou da UFSC, por exemplo, que é a universidade onde estou em dois programas de pós-graduação, pois o plano estratégico de internacionalização não pode ser copiado. Ele deve ser desenhado de acordo com as suas capacidades de absorvê-lo e colocá-lo em prática para que em curto, médio e longo prazo os indicadores sejam atingidos.

Mais uma vez, a ABMES é fundamental, os acordos já existem e estão dentro do seu “guarda-chuva”, a instituição não precisa de um acordo para ela, o que precisamos fazer é que as instituições batam mais a porta da associação, pois elas estão abertas. Nós somos protagonistas, não só o gestor, o professor é a peça central, por isso a internacionalização de carreira e formação docente são duas capacitações fundamentais que as universidades da ABMES precisam apostar.

É muito importante termos a noção do que é a internacionalização, mostrar que realmente já existe essa consultoria da ABMES, da iHub e da Apesp. Eu me pergunto o que será que falta para a mantenedora começar a fazer esse planejamento estratégico e pensar nesse programa de internacionalização, já que está tudo à disposição. Andrei, quais são os caminhos que as IES devem seguir?

Andrei Candiota: Felizmente, digo com satisfação que nós possuímos 21 convênios celebrados, acordos de cooperação técnica internacionais assinados nas últimas missões e estamos no caminho de firmar mais seis acordos, agora com a missão de 2024. Com esses acordos, que são amplos, juntamente com a ABMES, nós conseguimos tentar levar para as IES a possibilidade de elas celebrarem, muitas vezes em pontos específicos, os seus acordos diretamente com as universidades que visitamos. É óbvio que devemos pensar nos principais produtos que nós podemos oferecer por meio desses acordos, algo que já foi comentado aqui com ênfase, mas nesse caso nós estamos falando do intercâmbio docente, discente e da troca de experiências.

Falamos também sobre a pesquisa, nós fomos ao Canadá recentemente e um dos principais pontos que foi nos dito era para que essas IES brasileiras se aproximassem das estrangeiras. Na parte de pesquisa nós possuímos doutores, PhDs, ocorreram palestras deles no Canadá e eles também compartilham do princípio de trazer cada vez mais a pesquisa científica dentro desses convênios os quais nos referimos.

Todas essas partes que temos condições de apresentar nessas missões podem alcançar, inclusive, nas esferas organizacionais, na parte realmente administrativa e de planejamento estratégico. Nós ouvimos em Portugal as falas sobre planejamento estratégico, que foi um diferencial durante a pandemia.

Comentamos também sobre regulação e quando ela é pertinente, inclusive, tivemos até algumas surpresas no Canadá, porque fizemos algumas perguntas sobre o quanto o governo interfere ou não e ouvimos que o governo não interfere, quem cuida das suas programações das universidades é a própria organização. Então tudo isso traz uma riqueza de oportunidades e torna evidente a importância desses acordos para tentarmos tornar institucionalizada a internacionalização das IES brasileiras.

Concluo com um testemunho: eu sou uma prova viva do que foi dito pelo Miguel e a Luciane, eu tive o privilégio de morar no exterior por duas vezes e sou um ex-aluno de uma universidade britânica. Posso testemunhar o quanto isso me ajudou não só na minha vida, desde cultural, com a ampliação dos meus horizontes de vida pessoal e profissional, mas também na minha carreira. Eu digo com segurança que muitas das oportunidades na minha vida profissional vieram por causa dessa experiência internacional. Eu vivi e vivo isso, razão pela qual me entusiasmei tanto com a área internacional e com esse papel que faço aqui na ABMES.

Miguel Copetto: Farei aqui algumas complementações. Primeiro, digo que alguns dos problemas que existem entre os povos é precisamente pela falta de conhecimento do outro. Quando se tem uma experiência no estrangeiro, aprende-se o respeito pela diferença e com o respeito pela diferença, passamos a ser cidadãos completamente diferentes. Quero também complementar algo que a professora Luciane disse, que é a valorização que se faz na perspectiva da internacionalização.

Outra coisa que está em nível nacional, mas caminha para ser uma tendência mundial, é a criação de agências nacionais de acreditação e de avaliação, quer das instituições, quer dos currículos. Sei que esse processo também está acontecendo no Brasil, em Portugal já existe há alguns anos e um dos aspectos que mais é valorizado na avaliação institucional, que essas entidades fazem em cada uma das universidades, é o seu grau de internacionalização, o que certamente também ocorrerá nas universidades brasileiras.

O que acontece hoje em dia é que tudo é muito mais rápido, portanto, aquelas universidades que não fizerem este passo, tenderão a atrasar se cada vez mais e por vezes, com alguma dificuldade, conseguirão apanhar o comboio daquelas que estarão na primeira linha através da internacionalização.

Pedimos aos nossos convidados indicações de livros, artigos, documentários, filmes ou até mesmo podcasts. Enfim, algo que possa instigar a curiosidade dos leitores ao aprofundamento do tema que trazemos nesse episódio.

Indicações:

Livro: *Fernão de Magalhães: A magnífica história da primeira circum-nave da Terra* - Gianluca Barbera

Livro: *Internacionalização e intercâmbio: dimensões e perspectivas* - Luciane Stallivieiri

Filme: *O Albergue Espanhol (2002)*

Programa ABMES Internacional 2024

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Ciléia Pontes

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 04

Conexão entre a educação básica e a educação superior

21/03/2024



CELSONISKIER

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



ANTÔNIO EUGÊNIO CUNHA

Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep)



EDSON MACHADO DE SOUSA FILHO

Diretor Financeiro do Centro Universitário IESB



ROBERTA GUEDES

Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC)

A conexão entre a educação básica e a educação superior é essencial para o desenvolvimento educacional abrangente de um indivíduo e para o progresso da sociedade como um todo.

Uma vez que a educação básica estabelece as bases para o aprendizado futuro na educação superior, ela precisa ser sólida, possibilitando que os estudantes possam enfrentar com sucesso os desafios acadêmicos na educação superior.

Na outra ponta, instituições de ensino superior podem colaborar para criar programas de transição, orientação vocacional e atividades que facilitem a compreensão dos estudantes sobre suas opções educacionais e profissionais.

A colaboração entre educação básica e superior pode promover a inovação e a pesquisa em métodos de ensino, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas, melhorando a qualidade geral da educação.

Nesse sentido, qual o cenário atual? O que existe hoje de colaboração entre o ensino superior e ensino básico em prol da educação brasileira?

Como as IES podem colaborar para a melhoria da qualidade da educação básica?

Professora Roberta, qual o cenário atual que podemos vislumbrar para a educação básica? Como esse cenário pode afetar o desempenho do estudante quando ele chega ao ensino superior?

Roberta Guedes: Precisamos pensar que a educação é feita tanto pelo setor público quanto pelo privado. A primeira coisa que não podemos esquecer é que ambos os setores precisam contribuir para uma educação de qualidade social, uma educação para todos e de excelência. Isso não é apenas um dever; nossas crianças e jovens têm o direito de receber uma educação excelente.

Essa excelência deve abranger tanto os aspectos acadêmicos quanto a formação integral do estudante, impactando diretamente o jovem que ingressa no ensino superior e como ele chega a esse nível de ensino. Por outro lado, nós não podemos viver em um mundo de ilusões. Nossos resultados têm sido ínfimos, passamos por uma pandemia e podemos argumentar que ela afetou a política educacional, não

só no Brasil, mas no mundo todo. No entanto, não podemos ignorar os fatos: os nossos resultados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) mostram que a nossa educação básica precisa de cuidados urgentes.

Quando analisamos, por exemplo, os resultados do Pisa em comparação com a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fomos muito mal em leitura, matemática e ciências, o que é muito sério, pois percebemos que entre os anos de 2010 a 2018 estávamos em uma trajetória ascendente, mas de 2018 até a avaliação de 2022, caímos bastante nas três grandes áreas citadas. Para termos uma ideia, no ano de 2022 a média de matemática no Pisa foi de 379 pontos, enquanto a média da OCDE foi de 472, uma diferença enorme. Quando pensamos que em 2018 fazíamos 384 pontos, mesmo considerando a pandemia, concluímos que estamos desaprendendo.

Os resultados da alfabetização foram piores e não se deve apenas à pandemia, portanto, precisamos de uma política interfederativa e que trabalhe em conjunto com municípios, estados, setor público e privado para uma educação de qualidade social para todos, caso contrário não sairemos do lugar e os problemas só vão aumentar, ampliando a desigualdade social e as diferenças, o que é algo que não podemos permitir.

Exatamente nessa linha, professora Roberta. Eu possuo duas filhas, uma com seis e a outra com quatro anos e sinto uma preocupação com a educação que elas recebem hoje e como isso influenciará no futuro. Vivencio essa realidade, na prática, pois elas passaram tanto por escolas públicas quanto privadas, e realmente é notável a importância de uma integração dessa política interfederativa. Quero o melhor para minhas filhas e sucesso para elas, mas esse é apenas um exemplo do que acontece em todo o Brasil.

Professor Eugênio, quais são os desafios das escolas hoje na preparação dos alunos para o ingresso na universidade?

Antônio Eugênio Cunha: Esse é um assunto muito complexo e precisamos encará-lo. Estamos falando de uma formação básica que passa por etapas, e nosso modelo educacional foi construído há mais de 50 anos, sem grandes modificações, enquanto a sociedade se transformou ao longo desse tempo. Quando falamos

da etapa final da educação básica, quando estamos no ensino médio e queremos ingressar no ensino superior, o abismo é gigantesco e preocupante em alguns aspectos. O primeiro ponto é que o ensino superior produzido pelos entes públicos – federal, municipal, estadual –, nunca dialogou com a escola de educação básica, nem pública, nem privada. Havia um ser supremo que esperava que a educação básica fornecesse alunos com a qualidade esperada, mas sem que as instituições de ensino superior declarassem claramente o que queriam, apenas indicando componentes curriculares. Infelizmente, o ensino superior particular também adotou esse modelo e agora é que estamos conseguindo nos aproximar, por isso a grande virtude do Fórum Brasil Educação e da ABMES é construir uma conversa sobre o que queremos para nossos alunos do ensino médio, para podermos continuar a desenvolver suas capacidades de aprendizado e construção de um futuro com as ofertas que estamos fazendo.

Além disso, como a professora Roberta mencionou, não há um programa de Estado para as políticas educacionais. No máximo, essas políticas duram oito anos, mas nunca completam um ciclo de avaliação; o Novo Ensino Médio, por exemplo, implementado em 2022, já enfrenta a possibilidade de mudanças. Somos orientados por uma legislação que pode mudar a qualquer momento. Entendo que o ensino superior particular precisa se aproximar da educação básica particular e vice-versa, para construir um modelo que sirva de exemplo para o nosso país, oferecendo uma diretriz sólida, pois também precisamos da educação pública; não somos uma entidade à parte, fazemos parte de uma composição que será o futuro do nosso país. As instituições de ensino superior, que possuem uma grande responsabilidade durante todo esse tempo, não conversaram decentemente; agora é que estamos começando a dialogar, ainda que de forma tímida.

Aproveito para falar sobre o que a Roberta disse sobre o Pisa e quero destacar as grandes desigualdades na educação brasileira: a média da OCDE em matemática no último Pisa, por exemplo, foi 472 pontos; a escola particular alcançou 471. Em leitura, a OCDE estabeleceu a média de 476 e a escola particular obteve 500. Em ciências, a média da OCDE é 485, enquanto a escola particular brasileira conseguiu 493. Apesar disso, quando analisamos o Brasil como um todo, essas médias são 379, 410 e 403, bem abaixo da média da OCDE. Quem eleva essas médias é a escola particular, pois a escola pública apresenta resultados ainda piores. Esta é a grande infelicidade do nosso país. Precisamos ajudar a escola pública e precisamos ajudar o governo para que realmente possamos construir um caminho brilhante

para nossos jovens e para que nossas universidades públicas e privadas tenham material humano de qualidade para dar prosseguimento a uma boa formação.

Roberta Guedes: O professor Eugênio falou sobre algo importante, que é o distanciamento dos indicadores de rendimento entre a escola pública e a privada. Quando falamos de políticas de nação para fazer o nosso país crescer, precisamos todos crescermos juntos e não ampliar essa distância, portanto, nossos professores carregam uma responsabilidade muito grande, que é fazer um excelente trabalho na escola pública e privada.

Celso Niskier: O elo entre a educação privada e a pública é a formação do professor, então precisamos melhorar essa formação, pois 70% dos professores no Brasil são formados em instituições privadas.

Ao refletir sobre a conversa, imaginei também a quantidade de evasão escolar que deve ocorrer, porque se a criança não está tendo rendimento ou se a pessoa está com a situação financeira complicada, isso certamente traz consequências futuras muito sérias para o país.

Edson, com a sua experiência no Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), vocês devem enfrentar muitos problemas com esses estudantes que, por conta da falta de base na educação quando eram mais jovens, hoje enfrentam dificuldades ao chegar na universidade. Comente conosco sobre isso.

Edson Machado de Sousa Filho: Eu acredito que não só para nós, mas para as instituições privadas como um todo, precisamos assumir a responsabilidade de, pelo menos na metade do currículo, oferecer o maior acolhimento possível aos estudantes, pois diferente das instituições públicas, as privadas, em raros casos, possuem seletividade nos programas. Nós somos democráticos, então se o estudante consegue, de alguma forma, seja com sua própria renda, bolsa, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) ou Programa Universidade para Todos (Prouni), ele deve ser acolhido da forma que ele chega, por isso a capacidade de fazer nivelamento, principalmente em carreiras na área da engenharia, por exemplo, em que o desempenho em matemática ao longo da vida é essencial para o sucesso, precisa

ser tratada desde o início do currículo do estudante, por isso devemos trabalhar com o estudante para que ele consiga vencer essas primeiras etapas, especialmente nesses cursos. Em contrapartida, em cursos como Direito e Psicologia, se o estudante não conseguir um bom desempenho em português ao longo do tempo, ele precisa se esforçar mais.

Um desafio que enfrentamos é que, como instituição de ensino superior, nosso dever é prover as oportunidades para o estudante, acolhê-lo e mostrar que ele pode superar os desafios, mas ele precisa se dedicar. Entretanto, isso é algo que não conseguimos colocar no currículo, portanto, como é algo extracurricular, todas as espécies de programas de nivelamento são essenciais para trazer todos os estudantes. Nós já experimentamos torná-los obrigatórios em outros momentos, mas o modelo que adotamos hoje, baseado em experiências anteriores, está funcionando relativamente bem, mas apenas para aqueles que aproveitam as oportunidades.

Além disso, é fundamental que os estudantes entendam que é possível superar as deficiências nos conhecimentos necessários para o desenvolvimento na educação superior, além de atingirem um alto nível quando se formarem. No IESB, nossa abordagem é acolher o estudante em um primeiro momento e, em seguida, quando já estamos depois da metade do currículo, exigir um nível mais elevado de compromisso e desempenho.

Celso Niskier: A abordagem do IESB é muito parecida com a que fazemos na Uni-Carioca: há 20 anos nós criamos um programa denominado "Letras e Números", exatamente para reforçar as habilidades em português e matemática, que são essenciais para vários cursos oferecidos. Uma coisa interessante, que talvez sirva como sugestão, é que abrimos o programa para a comunidade, o que significa que existem estudantes que trazem os pais e pais que trazem os filhos, dessa forma, integramos como um projeto social comunitário, realizado aos sábados, de maneira voluntária, com os melhores professores da casa, o que é fundamental para engajar o estudante, pois como você lembrou, não adianta tornar obrigatório, é preciso que o estudante tenha a vontade. Tal iniciativa está dando muito certo; com a pandemia, o evento, que era presencial, migrou para o formato remoto e assim ficou, pois conseguimos alcançar várias unidades e até estudantes de educação a distância também participam.

Concordo muito com a palavra "acolhimento", aliás, diria, sem medo de críticas, que o primeiro ano de um curso superior hoje é um ano de acolhimento. Quem eleva muito o nível de exigência logo de início pode perder bons alunos que demoram mais para se adaptar, portanto, o primeiro ano é para desenvolver a autoconfiança do estudante, para que ele possa, a partir do meio do curso, enfrentar padrões mais altos de exigência. Creio que essa é a realidade da educação superior hoje, talvez impulsionada pelos desafios encontrados na educação básica, mas é um modelo que acredito ser eficaz.

Roberta Guedes: Precisamos reforçar o que significa a palavra “acolhimento”, porque não é ter dó ou piedade, ninguém precisa disso. Acolhimento é dar condições para as pessoas se desenvolverem. A principal função da educação é potencializar as pessoas e torná-las capazes de ter dignidade, seja ela social, política, financeira etc., então não há vergonha nenhuma em falar isso. Quando estamos na educação básica, fazemos um grande apelo para que o ensino superior se lembre que, para chegar lá, é preciso passar pelo básico, por isso precisamos parar de tratar o ensino básico e superior de forma individualizada.

Quando falamos de acolhimento e de nivelamento, que é tentar transformar em um processo de aprendizagem, no mínimo, equitativo, para que as pessoas possam caminhar para uma formação melhor como profissionais e acadêmicos no ensino superior, não podemos deixar esse problema estourar apenas no ensino superior; deve começar na básica e ser visto como um todo. Trata-se de uma ascensão e é por isso que falamos de competências, que é o desenvolvimento de habilidades para tornar aquela pessoa competente.

Quanto mais o ensino superior e a educação básica trabalharem a palavra “acolhimento” no sentido correto, não no sentido de aprovar por aprovar, porque aprovar não quer dizer que o aluno aprendeu ou que ele possui o conhecimento necessário, mas quando conseguimos implementar programas de desenvolvimento de estudantes no que se refere a competências acadêmicas e socioemocionais, o resultado será menos violência nas escolas, menos bullying e cyberbullying e melhores notas de proficiência. A pedagogia da presença e a pedagogia da paz são complementares à pedagogia de aprendizagem. Precisamos falar mais sobre aprendizagem.

Antônio Eugênio Cunha: Essa solução que o ensino superior encontrou para promover o acolhimento e nivelamento é, sem dúvida, muito importante, porém,

essa é nossa função que deveríamos estar trabalhando desde a educação básica, precisamos entender o mínimo que o aluno precisa para continuar avançando; não estamos recebendo isso da educação básica e na escola particular encontramos deficiências que precisam ser vencidas.

Na minha instituição eu também utilizo o primeiro período para o acolhimento, de forma a darmos ao aluno a oportunidade de continuar, porque a evasão não é apenas de natureza econômica, muitas vezes ocorre porque o estudante não entende nada do que está acontecendo. Vou usar como exemplo o curso de Engenharia: se o estudante não tiver conhecimentos básicos de matemática, ele não conseguirá avançar, pois existem muitas matérias que exigem tal conhecimento. Preocupa-me que quem está tentando resolver isso é a instituição de ensino superior para garantir que o aluno continue, mas precisamos aproximar o ensino superior da educação básica e vice-versa, levando a expertise das nossas instituições para a escola pública e particular, ensinando como devemos preparar o aluno para que ele possa dar continuidade ao ensino superior.

Como disse Edson, ele deve estar preparado para sair da universidade com qualidade e qualificação, mas para que isso ocorra é necessário que o trabalho se inicie desde a educação básica, caso contrário, quem pagará o preço não é só o aluno ou a família, mas a própria instituição, que enfrenta as consequências nas avaliações externas, como as do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por exemplo. Precisamos aproximar a academia da educação média brasileira para construir um possível futuro para este país.

Celso Niskier: Concordo plenamente e acredito que, com a eventual aprovação do Novo Ensino Médio, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, o país poderá evoluir. Não adianta olhar para o futuro pelo retrovisor, precisamos olhar para o que está acontecendo no mundo e, especialmente, na mente dos jovens de hoje. O Novo Ensino Médio possui pontos muito interessantes e que foram amplamente discutidos, além outros que precisam ser ajustados, como é o caso desse que estamos conversando. Nós, da educação superior, devemos nos integrar mais com algumas trilhas voltadas para o projeto de vida e carreira, pois a separação entre ensino médio e superior é artificial. O jovem que conclui o ensino médio em dezembro e começa o superior em fevereiro é o mesmo ser humano, tudo é uma continuação.

Caso ele esteja interessado desde cedo em sua carreira e vida profissional, essa continuidade deve ser contemplada na universidade. Podemos oferecer módulos, participar ativamente da parte prática do ensino médio e colaborar com as escolas, inclusive as públicas, que podem se beneficiar das atividades da universidade local. Há muito a ser feito em termos de integração, inclusive, em alguns casos, conhecimentos adquiridos no ensino médio podem ser reconhecidos no ensino superior, porque é uma evolução natural. Precisamos ter uma visão de processo, não de etapas isoladas.

Antônio Eugênio Cunha: Isso está em nossas mãos, pois se esperarmos a iniciativa do setor público ou da academia pública, sabemos que pouco será feito. As ações precisam começar dentro do setor privado, na academia particular. Precisamos realmente unir esforços para fazer isso.

Celso Niskier: Quero expressar minha alegria em anunciar que no próximo Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP), que ocorrerá nos dias 5, 6 e 7 de junho, em Mogi das Cruzes e será composto por conselheiros da educação básica e superior, coordenados pela professora Amábile, para discutir como podemos focar nos estudantes e não de modalidades estanques. Vamos tratar dos estudantes e de sua evolução natural desde a infância até a vida adulta e profissional.

Roberta Guedes: Todos nós possuímos experiência em educação e estamos aqui para afirmar algo essencial: o aluno precisa estar na escola para aprender, desde a educação infantil até o ensino superior, com condições de avançar para uma pós-graduação, que é um direito de aprendizagem. É incrível quando falamos de acolhimento e do desempenho do ensino médio, porque algo que não podemos esquecer é que o ensino médio vigente não deve ser revogado, mas melhorado e aperfeiçoado.

Estamos falando de uma política pública para todos, de equidade e qualidade social, portanto não podemos desprezar o Estado que fez um esforço para a implementação do ensino médio. É óbvio que ocorreram problemas, faltou alguém para reger essa orquestra, pois tudo ocorreu de forma individualizada. A escola privada, por exemplo, não teve escolha, pois as secretarias de educação pressionaram para que a implantação ocorresse dentro do prazo estabelecido por elas.

Antônio Eugênio Cunha: Na realidade, nós não podemos dizer se foi bom ou se não houve orquestramento, pois não deu nem tempo de avaliar.

Roberta Guedes: Daqui para frente precisamos fazer os ajustes. Em qualquer lugar do mundo nós primeiramente fazemos a implantação, depois monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento.

Edson, por favor, faça as suas considerações finais.

Edson Machado de Sousa Filho: Sobre a conexão entre a educação básica e superior, concordo com a opinião expressa pelo Eugênio, pois o ensino superior privado depende de si mesmo, pelo menos na questão de como tratar os estudantes que estão saindo do ensino médio para o ensino superior. Nós precisamos tomar as atitudes necessárias, mas ao mesmo tempo eu penso no Censo da educação superior de 2022, que informa que mais de 40% dos 22 milhões de jovens de 18 a 24 anos concluíram o ensino médio e não continuaram os estudos.

Dentro dessa faixa etária, existem por volta de 9 milhões de estudantes na educação superior, mas metade dos jovens que deveriam estar cursando o ensino superior não estão. Precisamos pensar nas políticas públicas que caminharão para trazer esses estudantes do ensino médio não só para fazer a conexão, mas para se graduarem no próprio ensino médio, onde a evasão é muito grande.

Posso citar aqui o programa Pé-de-Meia, estabelecido pelo Governo Federal em uma tentativa de fazer o estudante, principalmente com aquelas dificuldades financeiras, de persistir no ensino médio, o que me pareceu um passo na direção correta. Nós sabemos que não há prioridade entre os ensinos, portanto, devemos dar conta do ensino básico, superior e da pós-graduação ao mesmo tempo. Acredito que esse seja o principal problema a se enfrentar hoje: dar condições aos estudantes para realizarem a transição entre os ensinos.

É um assunto, como vocês mesmos disseram, complexo e exige uma visão panorâmica de todos os cenários. Como a professora Roberta mencionou, muitas dessas são políticas interfederativas. Estamos lidando com realidades muito distintas em todo o Brasil, não só em termos econômicos e sociais, mas também nas esferas estadual e municipal. Por isso, acredito que as IES estão unidas, buscando realmente solidarizar-se com quem está no poder para construir políticas públicas da

melhor qualidade possível, que abarque a formação do estudante desde a educação básica até o nível superior.

Pedimos aos nossos convidados indicações de livros, artigos, documentários, filmes ou até mesmo podcasts. Enfim, algo que possa instigar a curiosidade dos leitores ao aprofundamento do tema que trazemos nesse episódio.

Indicações:

Livro: Relatório Novo Ensino Médio - Auditoria Operacional Coordenada no Acesso e Permanência no Ensino Médio, TCU e Rede Integrar, novembro de 2023.

Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Inep, junho de 2022.

Livro: A Lanterna na Popa - Roberto Campos. Editora Topbooks. Volume 1 (1999) e Volume 2 (2004).

Tese de Doutorado: “O Acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-1990. Escrita por Adriano Souza Senkevics, Universidade de São Paulo, 2021.

E-book: O professor que queremos: fatores de qualidade na formação inicial docente

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Ciléia Pontes

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 05

Universidade Especializada

04/04/2024



CELSO NISKIER

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Conselheiro no Conselho Nacional de Educação (CNE)



CELINA CAMARGO BARTALOTTI

Coordenadora geral de Cursos de Graduação e Procuradora Institucional do Centro Universitário São Camilo

Uma pesquisa recente, divulgada pela Folha de São Paulo, mostrou que grandes universidades que se concentram em determinadas áreas do saber - e localizadas em países como China, Canadá e Austrália - se destacam nos rankings das melhores universidades do mundo. São instituições que podem ser denominadas como Universidades Especializadas. Em síntese, universidades especializadas são aquelas instituições de ensino superior públicas ou privadas, que se dedicam ao estudo e à aplicação de conhecimento em um único campo do saber.

Mas além disso, o que caracteriza uma universidade especializada? Que exemplos temos ao redor do mundo e do Brasil?

Como está a discussão sobre a inclusão da definição de universidade especializada dentro do marco regulatório do setor? Professor Celso, nós sabemos que você é um apaixonado por esse tema. Poderia especificar o que caracteriza uma universidade especializada e citar alguns exemplos aqui no Brasil e no exterior?

Celso Niskier: Eu posso dizer que essa caracterização é exatamente a discussão que o Conselho Nacional de Educação (CNE) está debatendo. O artigo 52 da LDB estabeleceu no parágrafo único a possibilidade de que instituições se organizem como universidades especializadas em campos do saber. A intenção do legislador, evidentemente, era contemplar alguns projetos vocacionados dentro da nossa diversidade institucional.

Na época, a grande inspiradora dos debates sobre a universidade especializada foi a então Escola Paulista de Medicina, que hoje se tornou a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que na época era considerada uma escola de excelência e que não precisaria ter outras áreas de pós-graduação, mestrado e doutorado para se

tornar uma universidade, e, portanto, poderia ter autonomia universitária naquela condição de instituição especializada, mas isso ficou esquecido, pois o Conselho Nacional de Educação (CNE) resolveu repensar essa questão.

Eu particularmente entendo que para garantir ensino, pesquisa e extensão, uma universidade especializada deve ter, no mínimo, um programa de pós-graduação na área escolhida. Certamente, se a instituição for vocacionada, por exemplo, para a área de saúde, como é o caso do São Camilo, para a área de gestão, como é o caso da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou para a área de engenharia, como é o caso do Instituto Militar de Engenharia (IME), essas instituições que já possuem seus programas de pós-graduação *stricto sensu* não precisariam seguir aquela regra mínima de dois doutorados e quatro mestrados, pois elas perderiam, essencialmente, sua vocação ao ampliar seus programas de pós-graduação para áreas que não são do seu DNA.

Acredito que a universidade especializada é aquela que possui ensino, pesquisa e extensão, mas sempre voltada para sua área escolhida de vocação. Entre as milhares de instituições brasileiras, mais de 300 são centros universitários, por isso é fácil identificar aquelas que, como no mundo, existe o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) ou o Instituto Technion em Haifa, que são instituições de excelência em suas áreas de atuação, acredito que o Brasil está maduro para ter seu próprio projeto de universidade especializada, o que está sendo bem discutido junto ao CNE, sem esquecer a colaboração das instituições e das entidades representativas que participam desses debates.

Professor Sartori, recentemente, como o professor Celso citou, o CNE criou essa comissão justamente para tratar do tema das universidades especializadas e você é o relator da comissão. Como estão as discussões sobre a regulamentação desse tema?

Henrique Sartori de Almeida Prado: O que acontece hoje é que percebemos um problema: uma pesquisa científica, tese ou dissertação nasce da discussão de um problema; é assim que encontramos soluções para nossa sociedade. Temos um problema que ainda não foi resolvido desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que é a sustentabilidade de várias instituições

de ensino, que também passa por sua organização acadêmica.

Podemos lembrar que dentro do nosso sistema, sobretudo federal de ensino, existem categorias administrativas: instituições privadas, públicas, com e sem fins lucrativos, comunitárias, além das organizações acadêmicas. Desde então, existem em nosso sistema faculdades, centros universitários, que foram uma inovação trazida para solucionar uma questão apontada pelo próprio sistema na época e universidades.

No último Censo ficou evidente que das 2.595 instituições de ensino credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC), além de outras que compõem o sistema, quase 2.000 são faculdades. Desde a metade da década de 90, foram criados quase 400 centros universitários, mas poucas universidades. O Brasil avançou pouco na criação de universidades, sendo a maioria delas criadas pelo poder público no início dos anos 2000, pela criação de novas universidades federais ou pela cisão de outras.

Desde então houve dois decretos que regulamentaram a educação superior, incluindo a figura do centro universitário e das universidades. Houve um intenso debate sobre a caracterização dessas universidades, um processo que durou quase 10 anos até chegar a uma definição de que seria necessário, entre outros critérios, ter quatro ofertas de mestrados e dois doutorados para manter a condição de universidade.

Muitas instituições conseguiram se organizar para atender a esses critérios, enquanto outras não, por não se identificarem com essa proposta ou por enfrentarem dificuldades estruturais, como localização geográfica ou dificuldades na interlocução com mestres e doutores e até mesmo o diálogo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse é um problema que os decretos e leis não conseguem resolver sozinhos.

Existem vários enquadramentos de instituições universitárias que não se encontraram nessa proposta de criar vários cursos para quem pudessem caracterizar sua vocação institucional, até mesmo dentro do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Então esse é justamente o problema que a comissão busca solucionar com a identificação de potencialidades e modernização dessas instituições. Como mencionado

pelo professor Celso, muitas instituições no mundo já estão moldadas de acordo com seus campos de vocação: negócios, ciências biológicas, saúde, engenharia, entre outras. A discussão é importante para regulamentar uma norma que até hoje carece de regulamentação adequada.

Professora Celina, o professor Henrique citou o Centro Universitário São Camilo, que é referência na área da saúde e uma universidade especializada. Podemos fazer um paralelo com o que o Sartori disse quanto à construção do centro universitário? Como foi a construção dessa especialização na área da saúde?

Celina Camargo Bartalotti: Com certeza. Enquanto o professor Sartori falava, eu lembrava muito da história do São Camilo. Primeiro, é importante destacar que o São Camilo é uma instituição confessional, ligada a uma província religiosa, os padres camilianos, cuja ordem é voltada para o cuidado dos enfermos. Ou seja, desde sua fundação, a instituição é vocacionada para a saúde. São Camilo, ainda por volta do ano de 1500, tinha a visão de que o hospital deveria ser um lugar de cuidado, o que é hoje uma obviedade, mas antes era entendido como um lugar em que as pessoas iriam para morrer.

A partir desse entendimento, sua ordem nasceu com a vocação de cuidar, e isso se reflete na especialização da instituição.

Quando os camilianos vieram para o Brasil em 1922, eles já chegaram com essa vocação para o cuidado com a saúde. Inicialmente a ideia deles era criar instituições de saúde, mas, em seguida, começou a existir a necessidade de formar profissionais para trabalhar nos hospitais.

Dessa forma, o Centro Universitário São Camilo começou com os cursos de Técnico de Enfermagem e Nutrição, e hoje oferece uma enorme gama de cursos na área da saúde. Portanto, o São Camilo nasceu vocacionado por sua própria história, pela ordem religiosa que está na sua base, que é a ordem dos ministros dos enfermos, os camilianos, o que impacta todo o seu olhar. Se pensarmos em uma instituição de ensino que, em sua gênese, foi criada para formar profissionais para trabalhar nos hospitais da ordem dos camilianos, certamente veremos que é uma instituição de

ensino que construiu sua história em cima da formação de profissionais de saúde. O que o professor Henrique comentou sobre os projetos das universidades e como algumas instituições não se adequaram é interessante, pois o São Camilo tinha um projeto de universidade antes de serem criados os centros universitários.

Eu estou há 25 anos lá e quando eu entrei, me contaram essa história de que existia um projeto de universidade, mas quando surgiu a possibilidade dos centros universitários, ele foi escolhido, porque entendeu-se que tinha muito mais a ver com a vocação da instituição para poder se manter com o objetivo de formar profissionais focados no cuidado ao invés de se adequar a um projeto de universidade, que naquele momento nos faria, de certa forma, desviar do principal propósito.

Eu acompanho, como procuradora institucional, e conheço casos de universidades que se tornaram centros universitários, pois entenderam que as exigências que a legislação impõe hoje para ser uma universidade não faziam mais sentido, inclusive até em termos de sustentabilidade.

Portanto, creio que essa ideia da universidade especializada caminha, de maneira muito íntima, com a questão da autonomia universitária e da identidade das instituições, que também é uma discussão que permeia a regulação das instituições e traz o questionamento de como construir uma regulação, uma legislação que cuide, monitore, mas também respeite a identidade de cada instituição. Isso é algo que, para o São Camilo, certamente interessa muito.

Celso Niskier: Saber um pouco mais dessa linda história do São Camilo é até emocionante. Sobre a questão da identidade, o que as instituições ganham com isso? Caso a Resolução seja aprovada, haverá um reordenamento das instituições dentro das suas missões. A professora Celina falou muito bem sobre isso; muitas lutam para permanecer como universidade, mas não faz muito sentido, porque mantêm programas de pós-graduação *stricto sensu* sem a qualidade mínima necessária. Isso ocorre porque não possuem condições de investimento adequadas, já que diluem os recursos em áreas que não são o foco central da instituição, por isso eu penso que nós vamos valorizar mais a diversidade, cada instituição possui sua vocação. No meu caso, posso citar a instituição que eu fundei, a Faculdade Carioca de Informática, hoje UniCarioca.

O nosso DNA é da tecnologia e isso permeia todos os cursos que oferecemos. Defendo que a grande vantagem para as instituições é poderem se adequar às suas

vocações, melhorando e ampliando a diversidade do nosso ecossistema universitário no Brasil. Creio que o caminho não se trata apenas de dar a chance para algumas instituições se tornarem universidades, mas para permitir que universidades existentes se adequem novamente como universidades especializadas e mesmo uma faculdade não precisar passar por um centro universitário para alcançar a autonomia universitária, podendo assim se transformar diretamente em uma universidade especializada.

Henrique Sartori de Almeida Prado: Concordo, Celso. Podemos citar alguns exemplos de fora do país, onde sistemas educacionais consideram toda e qualquer instituição credenciada como parte do sistema universitário. Não há distinção clara entre escola, faculdade, centro universitário ou universidade; é óbvio que cada uma organiza sua governança, atenção à pesquisa e vocação para educação e extensão.

Algo que a professora Celina mencionou é muito relevante para o debate em geral, que é a construção da identidade das IES, por exemplo, as instituições que foram criadas para a área da saúde devem se especializar na área da saúde, buscar bons projetos de cooperação internacional, aprimorar sua pesquisa, incentivar a formação contínua dos professores e garantir boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho para os acadêmicos, além de acompanhar melhor seus egressos. Isso é o básico para a educação; não é apenas abrir uma instituição e oferecer de tudo.

Outro ponto importante é a regionalidade no Brasil. Há uma diferença entre ter um centro pluridisciplinar em um grande centro, onde há interlocução com o mercado de trabalho, setor produtivo e setor acadêmico de outras instituições e ter uma instituição localizada no interior ou em áreas rurais onde a vocação pode ser mais agrícola ou social. Tais diferenças permitem que as instituições criem seus próprios caminhos e fujam de uma pasteurização regulatória, pois todas as instituições sabem seguir as regras e se preparar para visitas de avaliação, mas elas desejam mais do que isso: desejam explorar e se dedicar a novas áreas. No Brasil existem inúmeras oportunidades de trazer esse debate para as instituições e mostrar que modelos diferentes podem ser vantajosos, porque permitem uma maior autonomia e educação mais vocacionada a campos específicos de saber.

Celso Niskier: Isso pode ser bom para o país, pois precisamos de políticas públicas que estimulem especializações importantes no Brasil, como na área de meio

ambiente, saúde e tecnologia. Em uma oportunidade de conversa com a professora Denise, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), comentei com ela a respeito do debate da universidade especializada e ela é favorável à ideia. Defendo que a própria Capes poderia criar a Apreciação de Propostas de Cursos Novos (APCN) e estimular aquelas áreas consideradas estratégicas para o país, pois não adianta todas as instituições aspirarem a um edital, sendo que aquelas especializadas terão melhores condições de conquistar aquele credenciamento e verba pública. Portanto, estimular o crescimento de organizações especializadas é fundamental para o país. Concordo com o que foi colocado sobre a pasteurização, essa padronização excessiva que, na minha avaliação, aconteceu porque precisávamos enfrentar o desafio de expandir a quantidade de alunos no ensino superior. Por isso, adotou-se o modelo da universidade pública para as universidades particulares, sendo que todas precisavam de uma quantidade de mestres e doutores e ofereciam de tudo, porque havia demanda e incentivo. Portanto, todas as instituições, inclusive aquelas com vocação, acabaram por abandoná-la para atender à necessidade de expandir a oferta.

Agora, a oferta não está mais expandindo, por isso é a hora do nicho. A primeira onda foi a expansão de infraestrutura, com início durante o governo de Paulo Renato, e a segunda foi impulsionada pelo financiamento estudantil, depois veio o Ensino a Distância (EaD), que também foi uma maneira de democratizar e expandir, mas pela lógica do volume, precisava oferecer muitos cursos, por isso não havia uma preocupação com a especialização. A nova onda será a especialização, com cada instituição encontrando o seu próprio caminho, de forma a adquirir reputação naquela área em que possui excelência em vez de uma reputação mediana em muitas áreas diferentes. Isso faz todo o sentido, tanto para o país quanto para a identidade das instituições.

Celina Camargo Bartalotti: Quando há a questão da discussão sobre o que é a universidade, a ideia da pluralidade de áreas e dos saberes diversos, que teoricamente caracterizaria uma universidade, também é uma visão ultrapassada. Hoje em dia, não se forma nenhum profissional de nenhuma área sem uma pluralidade de saberes, visto que não se forma um profissional da saúde sem estudar ética, filosofia, estatística ou bioengenharia.

Sobre a questão regulatória e a fala do professor Henrique, algo que penso bastante é que hoje existe um sistema muito controlador, pois ao pensar em regulação,

imagina-se orientação, supervisão e melhoria, mas atualmente o sistema obriga as instituições a buscarem bons conceitos e indicadores, exigência que todas já aprenderam a lidar. É necessário evoluir e a ideia da universidade especializada se encaixa bem nessa noção de autonomia institucional. Hoje está em vigência um sistema que desconfia das instituições, opera sob a premissa de que elas farão algo errado. A regulação deveria proporcionar condições para que as instituições fizessem um bom trabalho, com melhores estruturas e capacitação para os professores, o que seria um avanço significativo, entretanto, acredito que isso funcionará bem caso venha acompanhado de uma reforma, caso contrário, continuaremos apenas correndo atrás de indicadores.

Henrique Sartori de Almeida Prado: A regulação está mais voltada para a possibilidade de as coisas acontecerem do que como se desenvolver, ou seja, o regulador está sempre olhando as questões negativas. Atualmente, a educação é um setor altamente competitivo, com vários modelos de instituições, desde aquelas confessionais sem fins lucrativos, passando pelas instituições públicas federais, com suas dificuldades estruturantes e históricas, até chegar às instituições listadas na bolsa de valores. Portanto, também existe um tipo de categoria administrativa que faz com que a regulação se flexibilize em certos momentos, mas para chegar a um consenso de regras para todos participarem de maneira harmônica e construtiva é muito difícil.

A nossa dificuldade hoje nessa pauta de universidades especializadas é convencer que isso é bom para todos, mostrar que não é mais uma nova categoria administrativa que mudará todo o sistema, mas é uma oportunidade para uma instituição de ensino seguir seu caminho de especialização, melhorando sua capacidade de oferta a partir de um novo enquadramento ou subenquadramento, isso a depender do que a comissão discutir e receber das instituições que participam. Não pudemos convidar todas as 2595 instituições, mas todas as associações representativas, de todos os setores, foram convidadas a participar e levar as suas opiniões. Em breve discutiremos esse documento final, que acredito que tem tudo para evoluir.

Diante dessa complexidade, diversidade, regionalidade, vocação e autonomia, percebemos que ainda haverá muitos debates para chegar a um consenso. Esperamos que, com a contribuição das instituições e associações, haja um progresso célere com relação a essa temática.

Indicações:

Artigo: Universidade especializada: um passo importante para a educação superior brasileira. Celso Niskier, ABMES, 2024.

Relatório de Monitoramento Global da Educação. Unesco, 2023.

Biblioteca Digital da Unesco (em inglês).

Documentos sobre Ensino Superior da Cres+5.

Documentos públicos do Conselho Nacional de Educação.

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Ciléia Pontes

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Nathany Vieira

Episódio 06

Empreendedorismo nas IES: as lições da MetaRed X

25/04/2024



CELSONISKIER

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



WILSON VICTORIO RODRIGUES

Secretário Executivo da MetaRed X Brasil, Diretor-geral da Faculdade do Comércio de São Paulo e Vice-Presidente da Associação Comercial de São Paulo.



VIDAL MARTINS

Vice-Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Lançada no Brasil em abril de 2023, a MetaRed X faz parte de uma rede colaborativa internacional que reúne unidades e núcleos de empreendedorismo de instituições de ensino superior.

No e-book “Empreendedorismo nas IES brasileiras: análises e panoramas do MetaRed X”, foram reunidos vários insights e informações sobre como as instituições de ensino superior colaboram para fomentar a criação de startups e unidades de negócios em comunidades universitárias por meio da partilha de ferramentas, metodologias e boas práticas.

A publicação, lançada em dezembro de 2023 pela ABMES e MetaRed X, apresenta uma pesquisa inédita sobre o cenário das IES quanto à implementação de núcleos de empreendedorismo, além de reunir alguns cases importantes que mostram, na prática, a importância da criação de núcleos ou escritórios de empreendedorismo dentro das instituições de ensino superior.

Neste episódio, falamos um pouco sobre o trabalho da MetaRed X no Brasil e o que já se sabe sobre como as IES brasileiras trabalham o empreendedorismo em suas grades curriculares.

Começo fazendo uma pergunta aos nossos três convidados: qual é a importância de se incluir o empreendedorismo na grade curricular dos cursos universitários?

Vidal Martins: A importância é fundamental. Para entendermos, farei um resgate histórico: ao longo da nossa história, passamos por quatro revoluções industriais, cada uma marcada por uma mudança profunda na sociedade. A primeira, com a invenção do motor a vapor; a segunda, com a eletricidade; a terceira, com a tecnologia da informação; e a quarta, na qual estamos agora, marcada pela convergência de tecnologias. Ao invés de ser uma tecnologia isolada e que transforma a sociedade, temos várias, como a biotecnologia, a inteligência artificial e a robótica, que juntas transformam a maneira de produzir e prestar serviços, e promovem mudanças disruptivas frequentes.

Portanto, a formação dos estudantes hoje precisa refletir essa realidade mutável. Não podemos mais formar pessoas para uma realidade estável, onde aplicam

conhecimentos em situações conhecidas. Precisamos formar profissionais capazes de se adaptar a uma realidade em constante mudança e isso é feito com o desenvolvimento de conhecimentos, competências e criatividade, o que o empreendedorismo faz de forma brilhante. Formar estudantes que se adaptam a essa realidade que muda o tempo todo é missão das universidades.

Celso Niskier: O professor Vidal foi muito preciso em sua análise sobre o contexto que justifica a inclusão do empreendedorismo nas universidades. Acredito que isso vai além da simples adição de uma disciplina, pois muitas vezes tentamos resolver o problema com mais uma disciplina e achamos que isso basta. Não é isso que defendemos nem é isso que o jovem deseja. Ele deseja desenvolver as habilidades e competências empreendedoras, até para que ele possa usar isso como uma atitude para a vida, que é algo que nós defendemos, o empreendedorismo mais como uma atitude e menos como um corpo de conhecimento.

Infelizmente nós percebemos que grande parte das universidades e faculdades não estão preparadas para essa visão mais contemporânea do empreendedorismo, que é a criação de projetos, de ambientes de estímulo, atitude empreendedora, atividades ligadas às habilidades socioemocionais, que são importantes para quem é empreendedor etc. Isso é muito mais do que arrumar um emprego ou do que abrir uma empresa, é a pessoa se ver como empreendedora em qualquer atividade que ela venha a executar. Essa visão mais contemporânea e adequada é o que defendemos, inclusive na atuação da MetaRed X, mas para isso, obviamente, as universidades precisam criar condições tanto na preparação do corpo docente como dos coordenadores também. É isso que pretendemos fazer este ano nas atividades da MetaRed X. O nosso secretário executivo, Wilson Rodrigues, falará em seguida sobre como trazer o empreendedorismo para as universidades.

Wilson Victorio Rodrigues: Eu também sou vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que é uma entidade que se dedica à defesa do empreendedorismo há 130 anos. A nossa entidade criou inúmeros projetos e eles foram materializados através de leis como o do microempreendedor individual (MEI), que hoje é uma realidade em todo o país e ajudou a formalizar milhões de brasileiros que estavam na informalidade.

Algo que considero ser o maior feito da ACSP foi ter colocado na Constituição Federal um artigo dizendo que o pequeno empreendedor brasileiro disporia de

um tratamento tributário diferenciado; além disso, criamos o empresário individual, a lei de falências e recuperações judiciais e outros trabalhos extraordinários. Ano passado eu tive contato com uma pesquisa muito interessante realizada pelo Sebrae que informava que 67% da população brasileira adulta (entre 18 e 64 anos) estava envolvida com o empreendedorismo, ou seja, cerca de 93 milhões de brasileiros envolvidos com o empreendedorismo, seja com o seu próprio negócio ou planejando o próprio negócio. Essas pessoas estão envolvidas com o empreendedorismo por necessidade, vocação ou por ambas as razões.

Seja por necessidade ou vocação, a grande verdade é que hoje o empreendedorismo não comporta mais amadorismo. O mundo está evoluindo rapidamente. Atualmente, a pessoa que está se preparando para esta nova realidade profissional, empreendendo, seja por necessidade ou por vocação, não pode ser amadora, precisa se qualificar e carregar uma consistência de conhecimento seja do ponto de vista financeiro, de marketing, recursos humanos e administrativo. Todos esses conhecimentos retiram a pessoa da condição de amadora e a qualificam como uma empreendedora profissional, mas existe uma metodologia para isso. Também é um desafio às escolas e universidades se dedicarem a esse assunto, caso contrário, elas irão falhar nessa missão. Será que esses empreendedores deixarão de ser amadores se nós continuarmos com o ensino empreendedor que hoje existe no Brasil? Eu acredito que sim; caso continuemos com o que está sendo feito, não conseguiremos qualificar esse público, mas se adotarmos uma metodologia que, de fato, aplique um conhecimento baseado em projetos e análise de cases de mercado, nos dedicaremos ao empreendedorismo consistente. Essa é a nossa missão.

Nós falamos no início da conversa sobre essa rede colaborativa, a MetaRed X, que está completando um ano. O professor Celso é o presidente dessa rede, então nos responde: qual balanço você faz desses trabalhos que estão sendo realizados e qual o panorama do tema empreendedorismo nas séries curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES), levando em consideração o que o professor Wilson disse? Como estamos em um ritmo tão frenético de informações e tecnologias cada vez mais avançadas, como não tornar as grades curriculares obsoletas?

Celso Niskier: Vou começar por uma narrativa histórica: quando a ABMES assumiu a liderança da MetaRed X, que inicialmente começou com o Instituto Êxito de Empreendedorismo, nós assumimos o compromisso de fazer acontecer aquele planejamento inicial que havia sido dado, que no início focava na captura de instituições interessadas no desenvolvimento de uma educação e ambiente empreendedor nas IES. Grande parte do primeiro ano com a ABMES foi no sentido de aglutinar essas instituições, cases e experiências, trazê-las para nossa rede, que hoje é composta por algumas dezenas de instituições que já trabalham com isso em diferentes níveis de trabalho.

No primeiro ano o nosso desafio também foi realizar uma ampla pesquisa para conseguir um diagnóstico de como está atualmente o tema do empreendedorismo nas universidades. A pesquisa foi divulgada no ano passado, em um evento importante na ACSP, e mostrou aquilo que nós já sabíamos: mais de 70% dos jovens querem ter uma educação empreendedora na sua instituição de ensino superior, inclusive, muitos acreditam que não precisam de um curso superior, porque querem empreender, o que é um equívoco, pois o ambiente universitário estimula o empreendedorismo quando bem trabalhado e os relacionamentos que o jovem constrói no meio universitário o acompanham pela vida inteira, inclusive nos seus futuros negócios. Portanto, não existe essa escolha entre fazer faculdade e buscar uma vida empreendedora; o melhor é a combinação das duas coisas.

Este ano decidimos trabalhar com foco naquilo que consideramos uma carência: a formação de professores e coordenadores voltados para essa atitude empreendedora, como o Wilson bem colocou, dentro de uma metodologia e certos critérios, como destacar o que são as competências de um empreendedor. Após a convocação das instituições interessadas e a pesquisa para diagnosticar o desejo do jovem e como as instituições estão, este será o ano de desenvolver soluções para criar essa cultura empreendedora. Nosso objetivo é criar condições para que as instituições possam trabalhar o tema do empreendedorismo. Creio que o Wilson pode falar mais sobre esse projeto, que ficou delegado à MetaRed X Brasil e certamente se tornará um modelo para as outras redes dos mais de 20 países que a integram.

Wilson Victorio Rodrigues: Antes de falar sobre os eixos que trabalharemos ao longo deste ano, faço uma observação sobre algo muito importante que você mencionou: o autoempreendedorismo. São aquelas pessoas que, mesmo não criando um CNPJ ou uma empresa formal, estão autoempreendendo, transformando suas

trajetórias e vidas pessoais em um empreendimento. Vemos isso com influenciadores digitais, artistas e outros profissionais que divulgam seus trabalhos no meio digital, também empreendendo.

Quando me refiro à pesquisa do Sebrae, que aponta que 93 milhões de brasileiros são empreendedores, esses números se referem àqueles que criam CNPJ, no entanto, além desses 93 milhões, muitos outros brasileiros também possuem comportamento empreendedor, sem necessariamente formalizarem uma empresa. O brasileiro é extremamente criativo, e o empreendedorismo está no sangue deste, que possui um espírito naturalmente inovador. A economia criativa, que exige cada vez mais essa multidisciplinaridade, favorece o brasileiro, que, como diz o professor Mangabeira Unger, é um “anarquista criador”.

As instituições de ensino precisam assimilar essa condição e saber como aproveitá-la, sem asfixiar esse talento. Para que isso ocorra, a MetaRed X montou para este ano, dentro do programa citado pelo professor Celso, de nome Formação Docente para o Desenvolvimento de Programas Empreendedores nas IES, alguns eixos a serem trabalhados. Nosso objetivo é a formação docente, capacitar os professores a adotarem abordagens pedagógicas que incentivem o empreendedorismo entre os alunos.

Os eixos que trabalharemos incluem:

Habilidades Comportamentais para Empreendedores: Como abordar soft skills e virtudes necessárias para a trajetória empreendedora.

Business Plan e Gestão de Projetos Empreendedores: Foco na abordagem, e não no conteúdo em si, para tratar sobre planos de negócios.

Crédito, Funding e Relação com Investidores: Ensinar aos alunos como se relacionar com investidores e buscar financiamento, indo além da tradicional análise de balanços.

Criação de Empresas: Procedimentos burocráticos para criar uma empresa do zero, com foco no aspecto prático dessa fase inicial.

Marketing On-line e Off-line e Gestão de Vendas: A importância de entender o funil de vendas e estratégias modernas de comercialização.

Gestão de Pessoas e Liderança: A evolução de departamentos pessoais para uma gestão moderna de pessoas, com foco em cultura corporativa e liderança.

Inovação e Economia Criativa: Como o brasileiro, com sua ousadia e criatividade, pode aproveitar a economia criativa, utilizando essa habilidade natural de inovação. Para abordarmos esse tipo de conhecimento, há o envolvimento da pedagogia e da metodologia, coisas que iremos tratar ao longo do ano, nesses diversos eixos. Caso tudo dê certo, no fim nós vamos lançar um programa de pós-graduação que reúna todo esse conhecimento.

Na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), ocorreram algumas iniciativas ligadas ao empreendedorismo na parte prática. Professor Vidal, poderia falar da experiência de vocês com esse tema e sobre o projeto “Hot Milk”, que foi desenvolvido na universidade?

Vidal Martins: Em termos de formação dos nossos estudantes, além das disciplinas, eu destaco um programa interessante, que chamamos de Programa Institucional de Bolsas de Empreendedorismo e Pesquisa (PIBEP). A cada semestre há um grande evento que envolve quase 2 mil alunos de diversas áreas do conhecimento para formarem equipes multidisciplinares e proporem soluções, com orientação específica dos professores da área, e os melhores projetos são “incubados” no nosso ecossistema de inovação.

A Hot Milk é o nosso ecossistema de empreendedorismo e inovação, é um ambiente que reúne empresas bem consolidadas, mas também muitas startups e outras empresas que ajudam a conectar ideias para gerar inovação. Esses estudantes, além de ter essa aprendizagem, vivem a experiência de empreender no programa de incentivo ao empreendedorismo e podem continuar suas atividades dentro da Hot Milk, com um programa de aceleração, onde receberão mentoria e suporte técnico para desenvolver o seu negócio, é uma formação com muita prática.

Sobre a Hot Milk, resumo em quatro eixos o porquê de considerarmos um ecossistema de inovação: Primeiro, ela é um hub de empreendedorismo e inovação, um lugar que reúne empresas e startups e que possui um ambiente apropriado para a conexão de ideias, geração de oportunidades e de negócios empreendedores.

Quando falamos de um ambiente, estamos nos referindo ao espaço físico para as empresas se instalarem, mas também para fazerem desenvolverem projetos, realizarem reuniões, eventos de conexão de ideias, entre outras funções.

O segundo eixo da Hot Milk é o que nós chamamos de PDI, que significa pesquisa, desenvolvimento e inovação. Como é uma universidade, existem programas de mestrado e doutorado, e na graduação também há o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, o PIBIC. A relação com o empreendedorismo é que o pensamento científico é muito importante para empreender.

O pensamento científico é sair quase de um adestramento, como treinar pessoas para situações conhecidas, e se deparar com um problema em aberto que não possui solução definida, o que faz com que seja necessário estudar o que existe no mundo em torno daquele problema, formular hipóteses, propor uma solução, fazer experimentos, coletar dados e analisá-los e, dependendo dos resultados, revisar suas hipóteses e entrar em um ciclo até encontrar a solução. Esse mesmo pensamento é importante na inovação.

Quando falamos em produto mínimo viável (MVP) e pivotamento, são expressões do mundo das organizações empreendedoras, mas que trazem o pensamento científico, essa ideia de pegar um problema em aberto e ter um método para resolvê-lo com criatividade. O segundo eixo da Hot Milk é essa conexão entre os programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o ambiente empresarial. Nós fazemos projetos que as empresas trazem para a universidade e utilizamos a força que a instituição possui, de pesquisadores e estudantes com pensamento científico desenvolvido, para encontrar soluções.

O terceiro eixo é o da consultoria. Quando há um problema para resolver, trabalhamos, por exemplo, com inovação aberta para buscar parceiros em todo o Brasil, diante do desafio que é definido. O trabalho de consultoria desse ecossistema visa desenhar os desafios, captar startups e empresas que possam ajudar a resolvê-los, e realizar, por exemplo, a avaliação do nível de maturidade de uma empresa em termos de empreendedorismo e inovação, entre outros aspectos.

Por último, temos a academia de inovação, que funciona dentro desse ecossistema para desenvolver competências. É um ambiente onde as coisas acontecem na prática, e aproveitamos o cenário real para fornecer formação para empresas e pessoas

na área de empreendedorismo e inovação. Ali estão incubadas e sendo aceleradas várias startups, muitas delas nascidas dentro da universidade, às vezes fundadas apenas por alunos, outras por professores, que trazem os estudantes para o seu corpo de trabalho.

A Hot Milk é esse hub de inovação, que possui todos esses eixos de trabalho, e a conexão direta com a universidade se dá através do programa de bolsas de empreendedorismo e da força de professores e estudantes para resolver problemas em aberto com criatividade.

Quantos alunos já participaram desse projeto? O que você percebeu em termos de engajamento?

Vidal Martins: Assim como o Wilson falou sobre o funil de vendas, também há um funil de empreendedorismo e inovação, pois depende da fase em que estamos. Quando falamos de disciplinas de empreendedorismo e inovação, estamos falando de milhares de estudantes, pois essas disciplinas estão espalhadas nos currículos da universidade. Eles começam a se interessar pelo tema e participam do Programa Institucional de Bolsas de Empreendedorismo e Pesquisa (PIBEP), aquele momento em que existem temas provocativos e unimos estudantes de diferentes cursos para a ideação. Nesta etapa são contabilizados cerca de 2 mil alunos por evento e 4 mil ao ano. Na terceira fase do Hot Milk, centenas de estudantes com melhor desempenho recebem o desenvolvimento no ambiente de incubação e aceleração. Ao longo dos últimos 7 anos, nasceram 47 startups incubadas em nosso ecossistema.

Celso Niskier: É um grande modelo. Eu gosto muito do projeto da PUC-Paraná, ele nos inspira bastante. Esse material que será desenvolvido é consistente, com começo, meio, fim e uma visão sistêmica. Vai muito além de uma disciplina: começa na disciplina de empreendedorismo e inovação, e infiltra até chegar na incubadora e aceleradora, o que realmente nos orgulha muito como brasileiros. Parabéns, professor Vidal.

Professor Celso Niskier, há uma iniciativa muito interessante que nós vamos oficializar e tem tudo a ver com o nosso tema de hoje. Poderia compartilhar, professor?

Celso Niskier: Nós assinamos recentemente com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) um convênio para o estímulo à inclusão socioeconômica dos jovens do CadÚnico pelo caminho do empreendedorismo. Segundo o ministro Wellington Dias, a ideia é que esses jovens que hoje estão no CadÚnico, Bolsa Família e na renda mínima sejam promovidos à renda máxima e saiam do sistema de amparo social, para que, inclusive, outras pessoas possam ser assistidas com esses recursos. Na visão dele e na minha, é uma iniciativa muito correta de estimular a saída do CadÚnico.

Essa saída será feita pela oferta de emprego e do empreendedorismo. O ministro mencionou que entre 12 e 14 milhões de jovens cadastrados no CadÚnico não estão estudando, alguns já estão empreendendo, mas sem estudar. Diante desse cenário, pensamos em juntar a fome com a vontade de comer. As instituições de educação superior têm a obrigatoriedade de dedicar 10% da carga horária dos seus currículos para atividades de extensão. Muitas instituições, como a PUCPR e a Faculdade de Comércio de São Paulo (FAC SP) já possuem programas de empresa júnior, incubadoras e estímulos ao empreendedorismo, então entendemos que elas são capazes de oferecer capacitação gratuita para esses jovens do CadÚnico a fim de que eles possam empreender. Além disso, essas instituições poderiam, através de seus professores e alunos, acompanhar esses projetos, oferecer assistência técnica na estruturação do negócio, no planejamento empresarial (business plan) e na busca de recursos. Com isso, essas instituições, além de atenderem à necessidade legal regulatória, poderiam receber um bônus regulatório.

Essa é a ideia que levamos ao Ministério da Educação (MEC) para que as instituições possam aderir de forma estimulada, não só para cumprir a exigência dos 10% de extensão, mas também com o incentivo de um bônus regulatório. Vamos estruturar o programa nos próximos meses, certamente a MetaRed X será uma grande parceira do projeto, por conta do que já desenvolveu e das instituições que fazem parte dela. Reforço que esse projeto, que foi desenvolvido junto ao Instituto Êxito de Empreendedorismo, do qual eu tive o prazer de participar como vice-presidente, ao lado do presidente Juan Diniz, contará com o apoio da UNESCO.

Tudo se encaixa para que possamos fazer um grande projeto de impacto para milhões de jovens do CadÚnico, jovens esses que, posteriormente, poderão ingressar nas universidades, podem entrar como bolsistas de um programa de empreendedorismo e depois permanecerem como estudantes de nível superior, por

exemplo. Afinal, são cerca de 14 milhões de jovens que não estudam, muitos ainda sem o ensino médio e cerca de 3 milhões no nível superior. Nós queremos ampliar o número de universitários no Brasil, essa é uma meta do Fórum Brasil Educação, que a ABMES faz parte, e uma maneira séria de nos aproximarmos dessa base de alunos do CadÚnico, com a oferta de serviços, capacitação e orientação técnica para o empreendedorismo. É um projeto pioneiro, já formalizado e que haverá o detalhamento nos próximos meses para que possamos, de fato, convidar formalmente as instituições para que participem, façam a adesão ao programa e ofereçam essa capacitação gratuita de empreendedorismo para os jovens do CadÚnico.

Pedimos aos nossos convidados indicações de livros, artigos, documentários, filmes ou até mesmo podcasts. Enfim, algo que possa instigar a curiosidade dos leitores ao aprofundamento do tema que trazemos nesse episódio.

Indicações:

Livro: *Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes*, de Stephen R. Covey.

Vídeo: *Palestra View from the top*, por Ferrari Chairman Luca Cordero di Montezemolo.

Ted Talk: *Quais fatores mais importam para o sucesso de uma organização*, de Bill Gross.

Livro: *Abundância*, de Peter H. Diamandis.

Livro: *21 lições para o século 21*, de Yuval Harari.

Livro: *A quarta Revolução Industrial*, de Klaus Schwab.

Livro: *Organizações Exponenciais*, de Salim Ismail, Michael S. Malone e Yuri Van Geest.

Livro: *Reinventando as organizações*, de Frederic Laloux.

Livro: *O desafio da inovação*, de Vijay Govindarajan.

Livro: *A startup enxuta*, de Eric Ries.

Case: *A regra é não ter regras*.

Pesquisa ABMES com Educa Insights sobre Empreendedorismo nas IES

Site do Instituto Êxito de Empreendedorismo

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Ciléia Pontes

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Nathany Vieira

Episódio 07

Sinaes 20 anos: balanço e perspectivas para o futuro

16/05/2024



CELSO NISKIER

Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)



ULYSSES TEIXEIRA

Diretor de Avaliação da Educação Superior do INEP



LUIZ CLÁUDIO COSTA

Reitor do Centro Universitário IESB

Neste ano, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, o Sinaes, comemora 20 anos de existência. O Sistema é o responsável pela avaliação da educação superior, analisando instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes, considerando aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão e corpo docente.

Fazem parte do Sistema o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a avaliação in loco das instituições de ensino superior e a avaliação dos cursos de graduação.

Neste episódio, refletimos sobre o papel do Sinaes nestes 20 anos e conversamos sobre o que vem por aí para o aperfeiçoamento da avaliação do ensino superior.

Professor Celso, você poderia explicar o que significa o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) para as instituições de ensino superior?

Celso Niskier: Quem quiser saber mais detalhes sobre o contexto do Sinaes, inclusive seu histórico, pode consultar o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), onde há uma introdução excelente, a qual eu sempre recorro quando tento entender melhor um sistema tão abrangente. O primeiro ponto a ser comemorado é que estamos falando de uma lei que completa 20 anos e está em pleno funcionamento. Eu diria que o Sinaes, há 20 anos, foi visionário, pois trouxe um grande arcabouço institucional para um processo fundamental: a avaliação da qualidade da educação superior. Ele foi tão visionário que até hoje usamos seus instrumentos. É evidente que sempre buscamos aperfeiçoá-lo, esse processo é liderado com muita competência pelo Ulysses Teixeira, como diretor de avaliação do Inep. O fato de o sistema estar de pé e servir de base para a avaliação de quais instituições estão indo bem, segundo os critérios estabelecidos, e quais precisam melhorar e receber assistência é, por si só, uma vitória, pois no Brasil é raro uma lei durar tanto tempo.

O Sinaes, em resumo, traz o arcabouço jurídico e institucional para todo o processo de acompanhamento da qualidade da educação superior. Ele começou com um foco maior na autoavaliação, mas incorporou várias medidas e se tornou uma lei que funciona e permite ao MEC, através da regulação após a avaliação, estabelecer critérios de melhoria de qualidade mais aperfeiçoados para que as instituições possam se basear tanto nos seus processos de autoavaliação quanto na avaliação externa.

Portanto, ele é a base de um jogo que tem dado certo, mas que como qualquer outro mecanismo, especialmente após a pandemia, precisa de aprimoramentos.

Ulysses, considerando sua experiência à frente do Inep, que balanço você e o governo fazem dos 20 anos do Sinaes?

Ulysses Teixeira: O professor Celso fez uma excelente contextualização sobre a importância da criação do Sinaes. É uma política pública que, por mais que 20 anos pareçam pouco na história da educação superior brasileira, é a política de avaliação mais longa que há no país, então ela realmente chegou com um caráter visionário. Eu sou um grande entusiasta do Sinaes, porque acredito que é um sistema que ilumina vários, senão todos os aspectos de atuação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação. Ele prevê a avaliação dos cursos, considerando as condições de formação oferecidas aos estudantes, analisa o corpo docente, a infraestrutura e a organização didático-pedagógica. Também há a avaliação institucional e do desempenho dos estudantes, que é feita por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

A lei, inclusive, previu um indicador de fluxo, de modo a aplicar uma prova tanto para os ingressantes quanto para os concluintes, embora hoje utilizemos os resultados do Enem para medir o ingresso. Além disso, o sistema prevê o uso de instrumentos e procedimentos diversificados de avaliação, o que nos dá a liberdade de aprimorar esses mecanismos conforme a realidade da educação superior se transforma.

É um sistema muito completo, que se tornou, inclusive, referência internacional. Em toda minha experiência de trabalho com avaliação da educação no Inep, não vi outro sistema capaz de coletar tantas informações quanto o Sinaes.

Recebemos diversos convites para cooperação técnica com países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), América Latina, rede ibero-americana, de agências de credenciamento, e até da Europa. É um sistema que desperta muito interesse justamente por gerar evidências que subsidiam decisões importantes e, mais que isso, criou no Brasil uma verdadeira cultura avaliativa.

Uma referência que me veio à mente foi a época do Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como Provão, que encontrava muita resistência por parte dos estudantes, assim como no início do Enade, quando ainda se falava de

episódios de boicote, mas tudo isso desapareceu e hoje há uma cultura de avaliação consolidada, inclusive dentro das próprias instituições. Essa é uma das grandes conquistas do Sinaes: a consolidação da autoavaliação por meio da criação das Comissões Próprias de Avaliação. Todos esses dados e evidências servem para pesquisadores, gestores educacionais, docentes, estudantes e, obviamente, para quem conduz as políticas públicas. A institucionalização e consolidação dessa política ao longo dos anos é uma grande conquista para a educação superior no Brasil.

Professor Luiz Cláudio, pensando nos próximos 20 anos, como seria uma avaliação conectada com a realidade das instituições de ensino?

Luiz Cláudio Costa: É muito melhor pensarmos no futuro com uma boa base, como o Sinaes, do que começarmos do zero. O Sinaes, como o Celso e o Ulysses já disseram, foi extremamente importante para a educação brasileira. Temos uma rede de educação que não há outra igual no mundo em termos de tamanho, complexidade, estrutura, número de cursos e instituições, que são completamente distintas. Esse sistema nos orientou sobre os aspectos básicos a serem avaliados, como infraestrutura, corpo docente, projeto pedagógico, fluxo dos estudantes, e assim por diante. O Ulysses também mencionou a importância de trazermos essa cultura de avaliação, algo que fizemos muito bem na pós-graduação, o que nos coloca como o 13º país que mais produz conhecimento no mundo.

Precisamos agradecer ao Sinaes. Há 20 anos, vivíamos uma realidade diferente, estávamos na era do videocassete, não havia celulares. Atualmente nós dispomos de uma base fabulosa para realizarmos as sintonias finas e repensar algumas coisas.

Quando eu estava na presidência do Inep, por exemplo, para o cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), retiramos a prova que era aplicada no ingresso e adotamos o Enem para isso, é evidente que traz complexidade estatística, mas era possível de ser feito. Há aspectos que precisamos analisar, talvez o mais importante seja refletir sobre o porquê de avaliarmos; não podemos avaliar apenas para aplicar a lei de supervisão e regulação, devemos avaliar para induzir melhorias de qualidade e o Inep possui um corpo técnico excelente para isso, então acredito que precisamos fazer esses pequenos

ajustes. Eu e muitos colegas compartilhamos da visão de que é necessário repensar alguns pontos, como por exemplo o Conceito Preliminar de Curso (CPC), pois não o considero conceito nem preliminar.

O CPC é um indicador de qualidade, no entanto, hoje ele é usado para quase tudo e não dá o retorno necessário para as instituições. Além disso, sabemos que quando se trata de aspectos regulatórios, algumas instituições podem decidir se acomodar em determinada posição, o que não faz a educação brasileira avançar na qualidade da forma que gostaríamos. Uma instituição, por exemplo, pode se satisfazer com uma nota 3, que a deixa fora de problemas com a regulação, mas sem buscar melhorias, algo que nem o Inep, a ABMES ou a sociedade desejam, pois queremos uma educação cada vez melhor. Acredito que precisamos olhar para a tecnologia e repensar o sistema, houve avanços, como a transformação do antigo Provão no Enade, mas devemos questionar se o Enade está entregando o que esperamos. Fiz também duas modificações enquanto estava na presidência do Inep, uma delas foi garantir que o estudante ficasse no mínimo uma hora fazendo a prova do Enade em vez de sair logo após assinar, para garantir um tempo mínimo de reflexão, porém, ainda há questionamentos sobre essa avaliação no momento da saída do estudante da graduação, pois não é dado a ele; a avaliação serve mais para analisarmos a instituição do que para beneficiar o aluno.

Há outra questão que me incomoda: vamos imaginar que todos os cursos no Brasil tivessem um padrão de excelência internacional; mesmo assim, pela lei do Sinaes, teríamos cursos classificados como 1, 2, 3, 4 e 5. Poderíamos dizer que um curso 4 agrega mais que um 3, mas isso não significaria que o 3 fosse ruim. Muita coisa boa foi construída, o corpo técnico do Inep é de primeira linha, parabéns ao Ulysses, a ABMES também está pensando nisso, então nós precisamos ser ágeis. Quando falamos de leis, a situação é sempre complexa. Alterar uma lei pode gerar resultados inesperados, onde aquilo que foi planejado inicialmente acaba tomando uma forma totalmente diferente do que se pretendia, contudo, creio que nós precisamos avançar e ao mesmo tempo comemorar o que já foi realizado.

Celso Niskier: Vou complementar as palavras do Luiz Cláudio. Um ponto que temos discutido bastante com Ulysses no Inep é a necessidade da incorporação da empregabilidade do aluno nas avaliações. Nós, como educadores, acreditamos que há três questões básicas que precisam ser respondidas para avaliar o sucesso de uma instituição: primeiro, se os alunos estão satisfeitos. Naturalmente, se não

estão satisfeitos, eles saem.

A segunda questão é se eles estão aprendendo, ou seja, se ao final do curso eles adquiriram conhecimentos, competências e habilidades. A terceira, muito importante, é se eles causam impacto na sociedade. Eles podem estar satisfeitos e terem aprendido, mas estão realmente causando impacto no mundo, sociedade e economia? Em caso positivo, de que forma?

A ABMES está colaborando com indicadores, criamos o ABMES Symplicity de Empregabilidade (IASE), que anualmente apresentamos ao Inep como sugestão, quase 60 instituições já aderiram voluntariamente. Ao final de um ano, o egresso preenche um questionário informando se está trabalhando, onde, se é na área de formação, qual sua renda e gênero, observamos, por exemplo, questões sérias de discriminação que ainda existem no mercado de trabalho... Portanto, acredito que a empregabilidade é um item que certamente deve ser incorporado às avaliações e há estudos sobre isso, pois sabemos que será possível medir a contribuição das instituições para a sociedade e o mercado. Essa é uma sugestão que é muito bem-vista por nós, porque temos um protótipo de indicador em elaboração, já em sua terceira edição, que pode ser uma boa sugestão para o futuro.

Ulysses, soubemos que o Inep apresentou uma proposta com algumas mudanças na avaliação. Diga-nos sobre que tipo de mudanças estão sendo pensadas para o Sinaes e se essas observações dos nossos professores serão contempladas.

Ulysses Teixeira: Sim. Esses pontos levantados pelos professores Luiz Cláudio e Celso são muito pertinentes e estão bem alinhados com o diagnóstico que temos produzido dentro do Inep e é algo que percebemos em nossos diálogos, em todos os fóruns, com as instituições de educação superior. Acredito que o Sinaes foi planejado em um momento em que a educação superior no Brasil possuía características muito diferentes das atuais. O sistema cresceu muito quantitativamente, tanto em número de instituições quanto de cursos e matrículas. Para dar uma dimensão, passamos de aproximadamente 1.850 para 2.600 instituições no país, de cerca de 27 mil para 46 mil cursos de graduação e de 4 milhões para 9,5 milhões de matrículas. Uma transformação muito significativa ocorreu nos últimos anos, principalmente a partir de 2015 e com destaque para 2017, com o surgimento dos cursos à distância,

que trouxeram uma nova complexidade à realidade da educação no Brasil.

Ao longo desses 20 anos a avaliação passou por algumas modificações. Por exemplo, novos indicadores foram introduzidos, como o IDD, calculado a partir dos resultados do Enem e a criação de um banco nacional de itens no âmbito do Inep, para melhorar a qualidade das provas do Enade. Apesar dessas mudanças, o processo de avaliação continua funcionando de maneira muito semelhante ao que era quando o Sinaes foi concebido. Uma das grandes diferenças hoje é o acompanhamento quantitativo. Realizamos provas do Enade ao longo de três anos, por exemplo, para cursos de aproximadamente 90 áreas, comparado a 44 áreas no primeiro triênio do Sinaes, realizamos quase 10 mil visitas de avaliação in loco por ano e calculamos todos os indicadores para os cursos com resultados disponíveis.

Ainda assim, como o professor Luiz Cláudio sugeriu, precisamos refletir se o Enade está realmente servindo a todos os cursos e estudantes. Sabemos que algumas áreas, como educação e saúde, têm caráter estratégico e estão diretamente ligadas às políticas públicas do Estado. Contudo, em outras áreas, o Enade pode não ter a mesma relevância, e em alguns casos, pode até gerar impacto negativo. Uma opinião pessoal: acredito que os cursos superiores de tecnologia não deveriam ser avaliados por uma prova teórica ao final do curso, considerando seu perfil mais prático. Nesses cursos a dinâmica muito mais acelerada e mais vinculada à lógica do mercado, da indústria e dos serviços, mas o Inep precisa, a partir de uma página do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, definir toda uma diretriz de prova e dizer que o estudante, ao final de 2 ou 3 anos, será avaliado a partir daquelas competências, habilidades e lista de objetos de conhecimento. Quando fazemos isso, obviamente, todos os cursos superiores de tecnologia do país moldam seus currículos de acordo com o que o plenário está cobrando, porque, se a instituição obtiver uma nota ruim no Enade, será prejudicada nas políticas de regulação, supervisão, financiamento e tudo mais.

Não estou dizendo que não devemos avaliar os estudantes desses cursos, mas qual outra avaliação poderíamos aplicar para eles? Acredito que esse é um debate fundamental. Além desse exemplo, várias outras áreas também poderiam ter suas especificidades reconhecidas na avaliação do desempenho dos estudantes, mas a grande questão é: já que temos um sistema com características muito diferentes das que existiam em 2004, o que precisamos fazer para aperfeiçoar esses procedimentos e instrumentos de avaliação?

A agenda que o Inep está propondo avança em todos os pilares que sustentam essa avaliação, sem mudar nada na legislação. Apresentamos uma proposta significativa de atualização e aprimoramento do Enade para os estudantes dos cursos de licenciatura que serão avaliados em 2024.

Estamos falando de uma prova para a qual o Inep produzirá um número muito maior de itens, na edição passada foram 30 itens de componente específico, além de 10 de formação geral e agora estamos falando de mais de 100 itens. É óbvio que nem todos os estudantes responderão a todos os 100 itens, mas no conjunto do curso haverá mais pontos de evidência sobre a qualidade daquela formação, além de serem itens muito mais focados nas competências docentes desses estudantes. Para a licenciatura em matemática, por exemplo, no final das contas, o objetivo da prova não é saber se o curso forma bons matemáticos, mas se forma bons professores de matemática.

Também estamos propondo um critério definido de interpretação dos resultados, para evitar o problema de termos um indicador relativo que apenas compara o desempenho de um curso ao de outros. Queremos que a prova disponha de um critério que estabeleça as competências esperadas para cada curso e indique uma nota correspondente. Isso permitirá uma comparação longitudinal sobre o curso ao acompanhar o desempenho dos estudantes ao longo do tempo.

Por fim, sobre o Enade, estamos avançando na avaliação de competências práticas nas diretrizes curriculares, conforme previsto no Sinaes. Esse será um grande desafio, pois estamos planejando avaliar as competências práticas dos estudantes de licenciatura a partir da execução dos estágios supervisionados obrigatórios. Os professores regentes das turmas onde os estudantes fazem estágio também participarão dessa avaliação.

Essas lições aprendidas com as licenciaturas poderão ser aplicadas a outras áreas nos próximos anos. Também estamos pensando em mudanças na avaliação in loco, estamos com comissões de professores das diversas áreas, especialmente nas áreas de saúde, engenharia e educação, discutindo a criação de instrumentos que capturem não apenas características comuns a todos os cursos, mas também atributos específicos de cada área, para dar à avaliação uma sensibilidade maior às características de cada curso. Também estamos propondo mudanças nos indicadores, buscando uma avaliação multidimensional, de forma a fugir daquela crítica

feita pelo professor Luiz Cláudio sobre o CPC, pois queremos que os indicadores comecem a reconhecer a diversidade do sistema. Por exemplo, o professor Celso mencionou a empregabilidade, que parece ser um indicador importante, mas ele é apenas um entre vários possíveis.

Estamos pensando em definir cinco dimensões: a primeira são os resultados, que inclui os resultados do Enade e um acompanhamento dos egressos, inclusive sobre empregabilidade; não estamos prometendo um indicador de empregabilidade, mas estamos estudando essa possibilidade.

A segunda dimensão é sobre as condições de formação e como aprimorar os resultados de infraestrutura, corpo docente e organização pedagógica. A terceira, sobre pesquisa e desenvolvimento, de forma a explorar mais tanto a avaliação da Capes como o aprofundamento de indicadores possíveis de pesquisa que são realizadas no âmbito da graduação da iniciação científica. A quarta dimensão é sobre extensão e participação social. A extensão é um dos tripés das missões e no meu ponto de vista é aquela que fica mais sombreada nos resultados da nossa avaliação. O ponto de desafio é como conseguimos captar, medir esse tipo de atuação das instituições e trazer isso para os resultados da avaliação externa. Por último, temos uma dimensão que chamamos de eficiência, que serve para acompanhar indicadores de acesso, permanência, conclusão, vagas ociosas e assim por diante. A ideia é que, se conseguirmos apresentar todas essas dimensões para cada curso, parariamos de aplicar uma receita única.

O CPC, por exemplo, afirma que todos os cursos precisam de professores e doutores com dedicação integral. Isso pode ser importante para algumas missões institucionais, uma universidade pública com vocação para pesquisa, por exemplo, é um desses casos, mas existem outros tipos de instituição, como uma faculdade comunitária que destina muito mais tempo à extensão do que à pesquisa, algo que não torna nenhuma melhor do que a outra, mas com missões diferentes. O desafio desse aprimoramento e do arcabouço dos Sinaes é justamente conseguir reconhecer essas missões e especificidades das nossas 2.600 instituições e dos quase 46.000 cursos.

Celso Niskier: A fala do Ulysses foi muito importante, pois dá uma noção da direção para onde vai a evolução dos Sinaes. Essa questão das várias missões é essencial para nós da ABMES, pois dentro dela existem instituições comunitárias grandes,

pequenas e médias, além de centros universitários, sendo que cada qual possui seu perfil diferenciado: algumas focadas em pesquisa, outras fortes no ensino, além daquelas com um braço importante na extensão, e agora que a extensão é obrigatória em todos os currículos, é necessário medir também os 10% da carga horária dedicados a ela.

Enfim, caso as instituições possam ser avaliadas com base no que se propõem a fazer e não com um padrão único, haverá um enorme avanço e o reconhecimento de que nossa força está na nossa diversidade. Essa é a grande característica do sistema universitário brasileiro.

Ulysses Teixeira: Creio que essa questão da flexibilidade é muito importante e o professor Celso levantou um ponto crucial: flexibilidade não significa afrouxamento, muito pelo contrário, estamos falando de avaliar mais aspectos das instituições e dos cursos de graduação, contudo, é uma flexibilidade que dá mais controle, inclusive para o usuário dos dados. Vou dar dois exemplos: um estudante de ensino médio, ao fazer o Enem, pode ter seus próprios critérios para escolher o curso que deseja. Hoje, ao divulgarmos que um curso é CPC 4 ou CPC 5, isso não é transparente para o estudante, portanto, se houver uma cesta de indicadores, será possível filtrar o que é mais importante e permitirá que o próprio estudante faça a melhor escolha para ele.

O segundo exemplo é que no nível da política pública, atualmente o CPC é usado para tudo, mas ele não serve para tudo. Um indicador sobre uma política de regulação não será necessariamente o melhor para uma política de financiamento.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e renovação de reconhecimento de cursos não precisam depender das mesmas variáveis. Ao seguir esse entendimento, poderemos usar as evidências de maneira mais adequada para cada necessidade, seja no nível individual ou na política pública.

Luiz Cláudio Costa: Ulysses e Celso foram muito felizes em suas colocações. Eu gosto sempre de citar um exemplo, que é do Sam Altman, criador do ChatGPT e ex-aluno da Universidade de Stanford, que após dois anos de curso decidiu abandoná-lo, mesmo ele estando em uma das melhores universidades do mundo e sendo uma das pessoas mais geniais que já existiu, o que corrobora com o fato de que nosso estudante de tecnologia não irá realizar uma prova de uma hora motivado

para fazê-la.

Precisamos também incentivar a criatividade. Hoje, qualquer instituição brasileira que quiser inovar enfrentará problemas com o instrumento de avaliação, porque ele não dá liberdade para isso. Em síntese, a instituição precisa de compromisso para entregar qualidade naquilo que ela faz, diferente de um compromisso de qualidade de modo geral, como o que ocorre nos dias de hoje. O Sinaes possui uma grande influência nas universidades públicas brasileiras que são referências, o que é algo muito bom e não vejo problema nisso, contudo, isso não pode ser fator determinante para entendermos o que é qualidade.

Por fim, deveríamos pensar que o momento em que o estudante está mais motivado a falar da infraestrutura, corpo docente e qualidade é quando ele está na metade do curso e não no final. A ideia do Enade é a avaliação da instituição do ponto de vista do estudante, mas o interesse dele ocorrerá quando as mudanças ainda puderem atingi-lo.

Pedimos aos nossos convidados indicações de livros, artigos, documentários, filmes ou até mesmo podcasts. Enfim, algo que possa instigar a curiosidade dos leitores ao aprofundamento do tema que trazemos nesse episódio.

Indicações:

Artigo: [Redesenhando os Sinaes - um convite ao aperfeiçoamento na política de avaliação da educação superior brasileira](#), Inep, 2023.

Artigo: [Carência de professores na educação básica - risco de apagão?](#), Inep, 2023.

Série: [A força da Reputação](#). Netflix

Livro: [Transforming University Education: A manifesto](#), de Paul Ashwin. 2020.

Avaliação de Empregabilidade de Graduados Recentes, 2022. Por ABMES e Symplicity.

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Ciléia Pontes

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Nathany Vieira

ESPECIAL CBESP | Episódio 08

A importância de participar da elaboração de políticas públicas para a educação

13/06/2024



BRUNO COIMBRA

Diretor jurídico da ABMES



IARA DE XAVIER

CEO da EDUX21 Consultoria Educacional



HENRIQUE SARTORI

Presidente da Comissão de Educação
Superior do CNE

Neste episódio, os especialistas abordam a importância de o setor particular participar ativamente da formulação e das discussões sobre a criação de novas políticas públicas e reformulações naturais e necessárias que acontecem ao longo do tempo. O bate-papo começa com a recente retomada da CC-Pares e traz informações inéditas anunciadas pelo presidente da Comissão de Educação Superior do CNE, Henrique Sartori.

Henrique, na abertura do CBESP, a secretaria tratou da recomposição da Comissão de Coordenação e Supervisão dos Padrões de Avaliação (CC-Pares), extinta no início do governo Bolsonaro. Acredito que essa retomada é uma grande responsabilidade, portanto, peço que comente sobre isso e sua experiência com a CC-Pares, um órgão altamente qualificado na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

Henrique Sartori: Sobre o CC-Pares, foi uma construção coletiva de suma importância para a regulação da educação superior brasileira. Quando tive a oportunidade de liderar a Seres, junto com todos os servidores que lá atuaram, uma das questões mais importantes era a interlocução não só com a sociedade civil, mas com todos que colaboram com o sistema federal de ensino, especialmente da educação superior. A CC-Pares foi essencial nessa tarefa, discutindo mudanças normativas desde 2004 e 2005, como a Portaria 40 e o Decreto 9.057/2017, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Discutimos tudo de forma transparente e participativa.

É importante salientar que esse trabalho foi herdado na constância da equipe que trabalhou com o Maurício Romão, que anteriormente havia destacado a importância da contribuição do setor. Por muitas vezes os técnicos, dirigentes e outras pessoas à frente das autarquias, secretarias e demais ambientes públicos ficam muito fechados em seus procedimentos e com pouca vivência prática. Lembro-me bem do Decreto 9.057/2017, que foi lançado no CBESP.

Havia muita dificuldade e divergências, mas todos discutiam de forma participativa. Posteriormente foi criada a Portaria 11, o Decreto 9.235/2017 e a Família 20.

Todas essas portarias e normas foram discutidas no CC-Pares, inclusive as suas modificações. A reestruturação desse conselho consultivo é muito relevante para o gestor. Acredito que a secretária do Seres, Marta Abramo, acerta ao resgatar esse importante locus de discussão regulatória, ao mesmo tempo em que fortalece a participação da sociedade civil no ambiente regulado. A regulação precisa considerar seus clientes, por isso, se partimos do princípio de que uma das quatro divisões da política pública é a regulatória, que cria normas e procedimentos entre os agentes que o Estado confere alternativas de participação, então essa política pública, nada mais é que o governo em ação.

Henrique, parte da sua fala me instigou, porque ontem, logo na fala da secretária, os repórteres prontamente fizeram a pergunta: 'Bruno, mas não teve um grupo de trabalho no Conselho Nacional de Educação (CNE), na própria Seres, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)? Não há grupos de trabalho discutindo e produzindo?'

Talvez, atrevidamente, fiz uma ressalva de que o grupo de trabalho é mais para condensar elementos e trazer discussões, insumos e democratizar as várias falas que chegam.

Iara, você foi membra titular do CC-Pares, além de assessora da presidência da ABMES, diretora-técnica da Associação Brasileira das Faculdades (Abrafi), possui uma empresa de consultoria, a EDUX21, com responsabilidade direta nos resultados do seu cliente.

É necessário transmitir segurança jurídica e regulatória para o investidor, o mantenedor e a família se sentirem seguros em apostar na educação. Pergunto a você como era esse ambiente e o que você sente sobre o CC-Pares?

Iara de Xavier: Eu tive o privilégio de ingressar no CC-Pares em 2014, na sua criação, quando o secretário era o Messias Anacleto de Souza. Ele instituiu o CC-Pares, um órgão consultivo, não deliberativo, mas funciona como uma instância que subsidia o secretário em suas deliberações. Tive a honra de ser indicada pela ABMES, cheguei no primeiro CC-Pares e permaneci nesse aprendizado por muito tempo, inclusive junto ao secretário Maurício Romão, com quem aprendi muito e quando o Ricardo Braga Sartori assumiu a Seres e a presidência do CC-Pares.

Foram momentos muito importantes em minha trajetória no CC-Pares junto com o meu suplente, o Rui Otávio, que sempre esteve presente, juntamente com os outros suplentes, o que enriqueceu muito os debates. Quero destacar que sob a coordenação do Sartori vivemos um momento de revolução na educação superior, pois ele assumiu o compromisso de mudar a base legal, como os decretos e a Portaria 40, que já não suportávamos mais por haver tantos remendos e revisões. A base legal, que já possuía quase 10 anos, precisava ser atualizada, e o Sartori conseguiu isso em apenas dois anos; sua gestão cumpriu um compromisso de alterar a base regulatória de forma significativa. Embora saibamos que não é a melhor base regulatória da história da educação superior, a construção é sempre resultado de um processo histórico possível, fruto de negociações e consensos.

Caso fosse uma regulação que saísse diretamente da cabeça do Sartori, talvez seria algo mais avançado, mas coube a ele conduzir de forma democrática, transparente e colocar para a aprovação da Casa Civil, ministro e toda a estrutura de governo um produto de uma construção histórica possível a partir de debates e uma relação dialógica com todos.

Gostaria também de ressaltar que o CC-Pares não substitui a função da Seres em nenhum momento. As decisões sempre cabem ao secretário, não à Secretaria em si. Além disso, o CC-Pares não inibe a criação de grupos de trabalho ou comissões, pelo contrário, pois o grupo de trabalho enriquece o processo ao abordar os temas de maneira vertical e forma aprofundada, já o CC-Pares possui uma visão horizontal, unindo diversas discussões verticais tratadas pelos grupos de trabalho, trazendo uma visão ampla à mesa de debate. Isso é produto científico e tecnológico de conhecimento.

Eu já fui representante e participei junto com a ABMES de alguns grupos de trabalho e percebemos o mergulho vertical que é feito naquele tema proposto, mas

quando vamos ao CC-Pares e o secretário apresenta a temática, cabe aos membros terem condição, por competência e conhecimento, de fazer essa ligação entre as várias temáticas e manter sempre como referência a educação superior de qualidade. Em virtude disso, parablenizo a secretária Marta Abramo pela notícia que nos deu ontem, no CBESP, de que reeditarão o CC-Pares e que a portaria já será publicada em breve.

Quero destacar que ser parte de um GT já é um compromisso enorme, mas ser membro do CC-Pares requer muita experiência e maturidade na educação superior, pois a responsabilidade é muito grande. Como membro do CC-Pares, subsidiamos os atos de um secretário de governo no posto mais complexo do Ministério da Educação (MEC).

Portanto, para subsidiar uma decisão do secretário, é preciso não apenas uma análise técnica, mas uma visão política e madura, baseada em vivências no campo educacional. Além da maturidade política e técnica, os membros do CC-Pares precisam entender que não estão ali para defender interesses próprios ou de associações específicas; estão ali para representar o que acreditam ser o melhor para a educação superior no Brasil. Ao assumir essa postura, é possível contribuir de forma mais significativa.

Iara, entre tudo que você nos trouxe aqui, você falou sobre a questão da transparência, e acredito que você, Henrique, na condição de conselheiro do CNE e presidente da Câmara de Educação Superior, que seguramente participará de alguma forma do CC-Pares, pode comentar sobre o seguinte: tramitar algo sem clareza com o regulado não deve ser natural em um processo regulatório voltado para a definição de políticas públicas que ampliem o acesso à educação com qualidade.

Qual é o seu pensamento atual, na cadeira de presidente da Câmara, especialmente porque no CNE você lidera algumas comissões e grupos de trabalho? Como você avalia a participação do CNE nessa reconstrução do CC-Pares?

Henrique Sartori: A oportunidade de reordenação desse Conselho é fundamental e a responsabilidade é grande. Ao trazer esse resgate para o próprio CNE, cria-se uma expectativa na qual as instituições possam dialogar com o governo, portanto, se um canal não existe, é natural que outra alternativa seja encontrada. Anteriormente, essa alternativa era o CNE, pois é onde as entidades participam do projeto de indicação, protocolam seus projetos, apresentam suas pesquisas, recursos, indicam novidades, pedem audiência etc.

Como a dinâmica ministerial é tomada por uma agenda muito intensa, por muitas vezes o secretário ou ministro não conseguem um tempo de qualidade para ouvir a sociedade e esse ritmo reverbera no conselho, portanto, nós temos uma responsabilidade muito grande de abirmos o máximo possível o Conselho, principalmente a Câmara de Educação Superior. Precisamos ser transparentes e expor o que está acontecendo.

Nós temos instituições sólidas no Brasil e o MEC é uma delas. As instituições que cercam o MEC sabem o que ele pode ou não fazer e o que precisa ser feito. Quando retomamos essas questões no Conselho e trabalhamos dentro das diretrizes, também estamos indicando rumos às Secretarias, à Secretaria de Educação Superior (SESU), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Inep, que são órgãos que lidam diretamente com as políticas públicas da educação superior.

Ao mesmo tempo, reverberamos isso como Conselho e órgão de Estado, isso é algo bom para a República, para os setores público, privado e para todos que fazem parte desse ambiente colaborativo das políticas públicas.

Muitas vezes, o próprio Conselho confia na liderança da Seres e delega competências como forma de dinamizar o fluxo regulatório, o que permite ao órgão regulador oferecer soluções rápidas, sem burocracia desnecessária, de forma a evitar o retrabalho e aumentar a utilidade do processo. O CC-Pares dispõe da oportunidade de congrega não só o setor público e privado, mas também os pares da Seres. Naquela época eu dizia à equipe: 'Não adianta pensar só com a cabeça do Inep, é necessário trazê-lo para a discussão!'

O Inep se sentava na mesa, liderado por profissionais incríveis como as professoras Sueli, Maria Angela e Maria Inês, que dialogavam constantemente conosco e eu

também falava que não bastava trazer apenas a visão do Inep, pois era preciso ouvir a Seres e o CNE também. Esse ambiente colaborativo permitiu avançar em vários momentos. Colocávamos pautas importantes na mesa, como a revisão do marco regulatório, pois na política pública existem alguns momentos, que são: implantação, monitoramento e avaliação constante. A própria Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é um exemplo disso.

Algumas pessoas questionaram a revisão do Decreto 9.235, mas entendo que o momento é esse. Discutimos esse decreto no CC-Pares, com adesão forte em alguns pontos, outros nem tanto, mas houve avanços. Algo que ainda afeta o processo regulatório é a questão das visitas únicas, um ponto discutido inúmeras vezes no conselho e hoje o que o conselho busca revisar é o padrão decisório. Precisamos oferecer protocolos de compromisso às instituições de ensino, pois assim validamos o processo de avaliação sem jogar fora um esforço de anos de trabalho. Por exemplo, anteriormente entendíamos que deveria haver um padrão decisório pontual em dois indicadores: unidade curricular e currículo.

Caso um curso atingisse uma nota abaixo de 3, derrubava toda a avaliação. Na aplicação da norma, verificou-se que isso foi duro demais, principalmente com as propostas que estavam acima da média, quando o curso atingia boas notas nos outros quesitos. A própria Seres poderia ofertar um termo de compromisso para que a instituição estabelecesse melhorias e recebesse a visita novamente no prazo de um ano.

Iara de Xavier: Creio que naquele momento foi importante o estabelecimento daqueles indicadores denominados essenciais, porque o MEC e a Seres precisariam dessa informação para entender se aqueles indicadores eram ou não relevantes, contudo, como tudo em avaliação, chega um momento em que um indicador ou critério de análise se satura e isso ocorre porque o regulado já começa a dominar a essência e a estratégia, com isso, chega o momento de revisar e reformular. Essa reformulação e revisão não surge do nada e nem de uma opinião pessoal. Elas são produtos de conhecimento acumulado, resultantes de aproximadamente 6 anos de saturação desses processos.

Henrique Sartori: Um exemplo é a questão tributária, que também envolve fortemente o setor regulado nas discussões sobre políticas tributárias nacionais. No setor tributário todos veem a participação do setor privado como algo positivo

para o aprimoramento das políticas. Sobre a tributação, um exemplo clássico é o seguinte: a indústria, por exemplo, fabrica um produto que é classificado como bombom e paga um certo percentual de imposto. O regulado, então, estuda formas de reclassificar o mesmo produto e decide chamá-lo de “wafer”, pagando zero de imposto. A norma mudou? Não. O que mudou foi o relacionamento entre o regulado e o regulador.

Iara de Xavier: Na minha visão, isso não é ruim. Eu defendo que a avaliação é indutora de qualidade, ela não é a base da regulação, é muito mais do que isso. Como indutora de qualidade, a avaliação precisa criar desafios até para o regulado, de forma que ele busque estratégias, recursos e soluções para superar esses desafios. Chegamos a esse ponto por termos vivido anos de experiência nesse processo, então é hora de reformular com base nesse conhecimento acumulado. Além disso, é importante destacar que não se trata apenas de alterar um indicador ou instrumento, mas o modelo educacional. Precisamos mudar a concepção, o modelo e o sistema. Sinto que estamos sempre corrigindo pontualmente, como remendos, mas acredito que já acumulamos conhecimento suficiente na educação superior, especialmente neste século, com a era do conhecimento e da conectividade, assim como a pandemia, que nos ensinou muito, então podemos corrigir esses aspectos pontuais.

O papel de Sartori na presidência da Câmara de Educação Superior é estratégico e fundamental, dada sua vasta experiência e conhecimento. Ao invés de mexer somente em um indicador ou instrumento, devemos pensar o sistema como um todo. O tema aqui é a construção de política pública, por isso reforço a importância de repensar o modelo e o sistema como um todo, de forma a dar mais autonomia ao regulado e estabelecer uma relação de confiança e corresponsabilidade entre o regulador e o regulado. Nessa linha de pensamento, dirijo-me ao Sartori e pergunto o porquê de ele trazer nesse debate inovador o tema da criação de uma universidade especializada.

Henrique Sartori: Iara, você mencionou um ponto extremamente relevante, que é a confiança. Se temos um setor que regula e traz as instituições para seu círculo de confiança, autorizando-as a ofertar educação, já que não é possível estar sempre presente, o que acontece nesse ponto? O próprio decreto atual e as portarias trazem a figura da Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas por que a CPA nunca ganhou o protagonismo que deveria ter, principalmente na bonificação regulatória e na

renovação dos atos? A CPA, que é o olhar dos principais clientes desse relacionamento, o estudante e a comunidade, não possui um relatório relevante perante o olhar do regulador. Esse relatório se tornou algo burocrático, que o regulado faz apenas para cumprir requisito, mesmo que ele invista na CPA, busque conhecer o seu produto e seu cliente.

Iara de Xavier: O que justifica não haver a possibilidade de recurso em relação ao parecer da CTA? Por que o CNE, que está presente desde o primeiro decreto, isentou a CTA da interposição de recurso? Eu não vejo motivo e creio que o grande espaço recursal da educação superior é o CNE. Eu realmente acredito que isso precisa ser revisado. Qual a sua opinião?

Henrique Sartori: Recentemente, a Câmara de Educação Superior aprovou um parecer e encaminhou ao MEC vários pontos para auxiliar nas modificações regulatórias e atualizações. Entre eles, está a questão da CTA. Não faz sentido finalizar o processo de avaliação apenas com uma visão de quem não participou diretamente da avaliação in loco. Diante disso, sugerimos ao Inep dialogar com as Seres e permitir a possibilidade de revisão daquele relatório. Isso também será implementado, possivelmente, com os processos do stricto sensu, o que considero um avanço muito importante.

Sobre a regulamentação do parágrafo único do artigo 52 da LDB, por mais de 10 anos o Conselho discutiu o que é uma universidade, para que serve, o que acontece e o que precisa ter e chegou-se àquela discussão dos quatro mestrados e dois doutorados, algo que hoje, no contexto do ambiente acadêmico das universidades, não é alcançável sustentavelmente conferir uma vocação para a instituição, a partir do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), junto com a regulação.

Entendemos que as universidades especializadas por campo do saber, já que são facultadas às próprias instituições, no ambiente da autonomia universitária, optarem por dedicar-se a uma área de conhecimento, como a Capes faz ao diferenciar as diversas áreas de conhecimento stricto sensu, e, querendo ou não, o Conselho valida o que as instituições universitárias não podem também ser enquadradas e, a partir de critérios mínimos estabelecidos com qualidade, indicar um caminho para o exercício da sua autonomia? Por exemplo, não preciso mais, na proposta, garantir quatro mestrados e dois doutorados, a não ser que essa seja a minha vocação institucional, caso seja o desejo ter autonomia em todas as áreas do

conhecimento, contudo, caso eu queira trabalhar em autonomia na área de engenharias, ciências biológicas, formação de professores, ciências ambientais ou ciências sociais aplicadas, vou me dedicar a um conjunto de *stricto sensu* que dialogue com essa área e, a partir disso, manter o status da minha organização acadêmica.

Hoje, basicamente, estamos em uma bifurcação de entender o caminho que queremos para nossa instituição de ensino. Poucos sistemas educacionais mundo afora são tão diversos quanto o nosso na classificação da organização acadêmica. Temos faculdades, centros universitários — que, por sinal, não estão na LDB, estão em decreto — e as universidades. Em sistemas vizinhos, em países limítrofes, existe apenas a organização universitária.

Obviamente podemos chegar nessa discussão, mas agora, enquanto conselheiros, estamos naquela discussão e acredito que apresentaremos isso de forma definitiva em julho. Estou aqui assumindo um compromisso, mas é um compromisso que a Câmara se apresentou: relatar o parecer para a universidade especializada por campo do saber como uma inovação do sistema. Posteriormente, no processo de revisão normativa, a Seres, juntamente com o MEC, pode traduzir isso em decreto, aplicar e revisar, mas o Conselho já deu as diretrizes, então cabe a quem está com a caneta e a tinta. Coloca, renova a carga e mete.

Ficha técnica:

Apresentação: Camila Griguc

Edição de vídeo: Eduardo

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Katiana Santiago

ESPECIAL CBESP | Episódio 09

A Educação Básica que queremos

27/06/2024



CELSO NISKIER

Diretor presidente da ABMES



AMÁBILÉ PACIOS

Presidenta da Câmara de Educação
Básica do CNE



LUIZ ROBERTO LIZA CURI

Presidente do CNE

Uma boa base de formação nos primeiros anos de vida escolar garante um ensino superior com muito mais aproveitamento. Mas como garantir essa base? Que instrumentos, inovações e políticas precisam estar conectadas para que a educação básica cumpra seu papel de formação inicial de qualidade.

Eu começo, Amábile, falando um pouco sobre como pensar a educação básica, pois é o mesmo de pensar na formação de professores. Nesta semana, foi homologada pelo ministro Camilo Santana a Resolução nº 4, que traz as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores da educação básica, após uma longa discussão. Considero uma iniciativa excelente do Conselho Nacional de Educação (CNE). O que não podemos perder de vista na implementação dessa resolução?

Amábile Pacios: Nós escrevemos essas diretrizes, que se tornaram a Resolução nº 4, os autores foram o Luiz Roberto Liza Curi e a conselheira Márcia Sebastian e eu estava na presidência dessa comissão. Acredito que foi uma entrega muito importante do CNE para a sociedade. Todos esperavam uma direção nesse aspecto, pois já estávamos em discussão desde 2015, havia arestas a serem aparadas, e creio que agora, com essa resolução, conseguimos resolver essas questões.

O que considero mais importante, no meu ponto de vista, é que a formação de professores é o tema mais relevante do nosso país neste momento. Podemos enfrentar problemas de violência na sociedade ou questionar para onde vai a economia, mas o mais essencial está resumido nesta resolução: a formação de professores. Ela é crucial para mantermos as escolas funcionando.

Eu concordo. Curi, você como autor dessa Resolução e agora, ao fim do seu mandato como presidente do CNE, já está deixando saudades. Como você vê a importância desse legado que o CNE está deixando sob sua gestão?

Luiz Roberto Liza Curi: Quanto ao legado da minha gestão, ele não se trata apenas

do meu trabalho, mas de um esforço construído pelo Conselho ao longo de décadas. Estou no CNE desde 2012, e nesses quase 12 anos, pude entender que o papel dele é garantir os direitos na educação, o que inclui o acesso à educação de qualidade e a garantia de ambientes adequados de vivência nas escolas. Sem isso, não se constrói um país em nenhum setor.

No caso específico das diretrizes de formação, o CNE deixa um legado importante, estabilizando um debate que começou em 2015. A Resolução de 2015 era ótima e a de 2019 teve um papel relevante ao atualizá-la, no entanto, como disse a professora Amábile, a versão de 2019 não teve adesão por parte das instituições. Foi publicado recentemente no Diário Oficial o Parecer 4/2024, que não só amplia as referências na formação de professores, mas também inclui e corresponde ao direito à aprendizagem, garantindo que as instituições sigam esse caminho, mas o problema não acabou. Nós precisamos trazer para a instituição, é necessário o CNE continuar fazendo esse trabalho, assim como a sociedade brasileira, as entidades especializadas, coordenações, professores etc.

É importante que as instituições compreendam essa resolução como uma política curricular institucional, e não apenas como uma portaria. Isso envolve posturas institucionais relevantes, como a decisão de não ordenar segmentação na formação de professores. Devemos integrar completamente essa formação e esse é um desafio que só a instituição pode resolver, porque demonstrar para o avaliador que se cumpra a resolução, ainda mais com o modelo de avaliação dos últimos tempos, é muito fácil. Integrar a resolução em um projeto de política institucional, muitas vezes invisível aos instrumentos de avaliação, que é a grande questão.

Amábile, qual mensagem podemos transmitir para essas instituições, agora que a resolução foi homologada e publicada? Qual seria o passo a passo que você recomendaria para essas instituições?

Amábile Pacios: Acredito que o mais importante é assumirmos a responsabilidade que temos na formação de professores no Brasil. Sabemos que o setor privado de educação é responsável por uma grande parte da formação de professores, entre 70% e 75%. A responsabilidade do nosso setor é enorme, se dissermos que os professores estão malformados ou foram formados de maneira negligente, estamos falando de nós mesmos, entende? Portanto, a primeira coisa que precisamos dizer é que somos responsáveis pela formação dos professores no país, um assunto de suma importância, por isso precisamos fazer com qualidade e da melhor forma

possível. Podemos não concordar com um ponto ou outro da resolução, mas precisamos seguir o caminho certo e acertá-lo.

Há muitas dúvidas, mas o que gerou mais questionamentos foi a obrigatoriedade dos 50% de presencialidade. Não há dúvidas sobre a importância da presença na formação de pessoas, digo isso porque há carreiras que podem exigir mais ou menos presencialidade, a depender do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que se deseja desenvolver, porém, na formação de professores, não podemos renunciar à presença, especialmente na residência pedagógica, estágios e atividades em que o conhecimento é transmitido de uma pessoa mais experiente para outra menos experiente. Foi uma resolução consensuada, debatida, com participação da sociedade, audiências públicas e a ABMES. O que vocês acreditam que acontecerá a partir dessa decisão? Pergunto isso porque essa é a dúvida de muitas pessoas que nos acompanham.

Luiz Roberto Liza Curi: A própria Educação a Distância passou por um processo semelhante. Lembro que em 2000, quando estava no MEC, fizemos o primeiro decreto de Educação a Distância e incentivamos as instituições a integrarem o EaD com os famosos 20% inseridos na presencialidade. A ordenação da política pública se dá por meio de marcos regulatórios e é muito importante termos a dimensão da nossa vivência em relação à experiência das formações anteriores de professores, não em EaD, mas em geral. Caso realizemos uma grande análise, uma instituição que faz um bom trabalho presencial não terá uma educação a distância ruim, a responsabilidade e o compromisso devem ser os mesmos. Portanto, é necessário reordenar as metodologias de aprendizagem baseadas em objetos de conhecimento e vivências práticas, que são essenciais, especialmente no núcleo de aprofundamento do aprendizado, que envolve não apenas estágios presenciais, mas também experiências formativas dentro de ambientes escolares. Essas vivências, com os atuais professores e em ambientes da escola básica, são insubstituíveis.

Isso não tem a ver com sanção, mas com abrangência pedagógica, amplitude de

aprendizado, e diversidade. A interdisciplinaridade também é importante, porque a escola é um ambiente interdisciplinar, onde tratamos de questões socioemocionais, acolhimento e desafios entre o ambiente escolar e as comunidades dos estudantes. A escola pública é essencial, com 48 milhões de estudantes, sendo 40 milhões na rede pública. Nenhum país se desenvolveu sem investir na educação pública.

Como a Amábile disse, o setor privado forma entre 70% e 75% dos novos professores, e é nossa responsabilidade trabalhar para melhorar a qualidade. A resolução foi marcada por discussões sobre EaD, mas precisamos defender essa metodologia, pois ela traz flexibilidade. A questão agora é se a presencialidade síncrona, o presencial remoto, será considerada presencial. Já houve debate sobre isso?

Luiz Roberto Liza Curi: A sincronia pode ser considerada uma forma de presencialidade em determinadas circunstâncias. A sincronicidade em uma visita e vivência em uma escola é potente? A sincronicidade em um debate, aula ou visita a uma instalação é potente? São ambientes diversos e com objetivos diversos, mas no segundo caso a resposta é sim, pois pode equivaler a estar presente fisicamente em certos contextos.

No primeiro caso, talvez não, porque há diversos elementos não previstos, há diversas percepções não predeterminadas no processo da vivência escolar. É por isso que é tão importante que essa resolução seja cumprida nessa perspectiva da escola básica, especialmente a pública, estar dentro da instituição formadora superior, que é majoritariamente particular.

Essa interação é fundamental, não apenas a universidade ir para a escola, mas também a escola estar presente na universidade, com visitas, palestras de professores, depoimentos de estudantes e até depoimentos de evadidos. É de extrema importância sabermos a questão que levou à evasão e qual seria a decisão do evadido se estivesse em outra realidade. Isso é didático, pedagógico e diversificado.

Acredito que será um aprendizado contínuo ao longo dos próximos dois anos. Certamente vamos falar muito e aprender na prática, porque o CNE abriu uma oportunidade de criatividade, dentro dos parâmetros das diretrizes, para as instituições assumirem suas responsabilidades e inovarem. Elas vão trazer de volta essas experiências e compartilhar, para que possamos aprender com elas.

Amábil Pacios: Creio que precisamos avançar nessa discussão, principalmente sobre o papel de cada aspecto na proposta pedagógica de formação de professores. Qual é o papel da escola, da universidade e como eles se conectam? Precisamos lembrar que isso é um tecido fluido e não fragmentado. Devemos proporcionar ao futuro professor a vivência dessa conexão. O professor vivencia a escola estando nela e cada instituição pode adotar seu próprio papel dentro do quadrado da resolução, com liberdade para inovar, desde que respeite os limites pedagógicos.

É importante também ressaltar a relevância dos quadrantes de aprendizagem, que foram mencionados pelo conselheiro Curi, pois acredito que esses quadrantes promovem muita criatividade para gestores e educadores.

Amábil, precisamos também abordar as perdas de aprendizagem durante a pandemia. O que pode ser feito para mitigar esses atrasos?

Amábil Pacios: Uma abordagem eficaz é avaliar como os alunos chegaram até aqui, identificar as falhas e dificuldades de cada um, e, a partir dessa análise, separar os alunos por grupos de dificuldade (Português, Matemática etc.) para trabalhar diretamente nas necessidades de cada grupo. Muitas escolas particulares adotaram essa metodologia após a pandemia, dividindo alunos de diferentes séries, quando necessário, para que todos pudessem se nivelar.

Essa prática, em cerca de seis meses, pode gerar resultados muito positivos. O próprio MEC possui uma plataforma que você pode utilizar para poder classificar os alunos e a partir dessa classificação, trabalhar com eles.

Luiz Roberto Liza Curi: A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) tem muito a nos ensinar. São estudantes pobres de regiões completamente assimétricas, destituídas de infraestrutura mínima e razoável, que ganham medalha de ouro. São frutos de metodologias e experimentos docentes de aprendizado, são frutos de um impulso ao conhecimento que, inexplicavelmente, os alcança e interessa. O Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao MEC, por conta das olimpíadas e agora com a graduação, recebe 90% do seu orçamento por intermédio desses órgãos, o que não é pouco.

Acredito que vale a pena ter essa iniciativa que você indicou, seja pela Educação Brasil ou pela ABMES, que tem ativamente levantado questões muito relevantes para a educação nacional, traçar essas experiências e torná-las públicas. Eu vejo isso como algo necessário para os responsáveis, mas não consigo ver uma divulgação sistemática dessas experiências. Há escolas sem paredes, mas com medalhas de ouro, isso desde antes da pandemia, inclusive, em muitos casos, a pandemia teve pouco a contribuir para a destruição do aprendizado, já que ele já estava semi-destruído. Por isso, o impacto da pandemia no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ou no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), em comparação com outros países, atingiu muito mais os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) do que a nós, o que não é um bom indicador, o que é um péssimo indicador, pois quer dizer que havia pouco a ser abatido aqui.

Muito importante trazer essa discussão sobre a educação baseada em evidências. Nossa educação ainda não é baseada em evidências, como deveria ser. Assim como a Medicina há 100 anos era mais curandeirismo e hoje é baseada em protocolos científicos, a educação deveria seguir esse caminho. Deveríamos usar dinheiro público naquilo que evidentemente funciona, mas esse é um outro debate.

Infelizmente estamos chegando ao fim. Curi, você que foi e é uma pessoa extremamente importante na história das políticas públicas educacionais, deixa um legado. O que você considera sua principal contribuição para o CNE e para a educação?

Luiz Roberto Liza Curi: Não quero personificar a questão, mas algo que sempre me incomodou no CNE foi a capacidade das instituições de se reordenarem por conta própria, sem esperar determinações do governo. Ao longo da história do Brasil, vimos que algumas transições foram bem-sucedidas, como a do governo Fernando Henrique para o PT, onde houve continuidade no movimento educacional. Isso favoreceu muito a mudança do quadro, que era imensamente pior do que discutimos hoje, não havia nem crianças na escola.

Além disso, também me preocupo com as dinâmicas e os impactos do aprendizado. O impacto, para mim, sempre foi uma palavra-chave desde meus 19 anos, e significa o seguinte: eu me informo para quê? Eu tiro o diploma para qual tipo de atuação? Como é que eu me vejo, na formação graduada, impactando meu setor? Como eu me vejo como uma pessoa capaz de transformar este país já na graduação? Isso é o que traz entusiasmo e faz com que uma pessoa que não saiba matemática, que vem da educação básica pública, consiga aprender a matéria na escola. Esse é o fator fundamental de entusiasmo que gera aprendizado. Veja as OBMEP, por exemplo: há um entusiasmo que faz com que crianças, sem nenhuma explicação, aprendam. Isso acontece, não adianta apenas passar cursinho de matemática em escolas de engenharia para recuperar cotistas ou pessoas que vieram do setor, é preciso entusiasamá-los com a profissão, é preciso declarar as competências relevantes para eles, eles aprenderão por isso.

Outro debate que faço desde que estou no CNE é a questão da avaliação e da regulação, que tem a ver com a expansão. Eu fiz um parecer que foi aprovado por unanimidade na Câmara e indica ao MEC como proceder para alterar a avaliação e, a partir daí, reordenar a regulação, que não pode mais ser uma expressão de normas mínimas para proteger a sociedade de maus feitos. Isso fazia sentido nos anos 90, quando não havia regulação alguma, na época em que regulamentamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cuja missão foi dada a mim pelos parlamentares. Hoje não podemos minimizar essa questão, mas sim maximizá-la.

Devemos deixar evidente para as pessoas como fazer mais, avançar e romper limites. Não se trata de manter limites apenas para evitar erros, o que infelizmente, o conjunto de normas faz. Com isso, as instituições fazem a única coisa que lhes é permitida: expandir suas vagas. Eu até brinco que a "reprodução assexuada" de vagas é o resultado da regulação. Ampliar vagas para onde? Como? Em que curso? Para qual região? Com qual motivo? Com que expectativa? Não é por outro motivo que o EaD às vezes enfrenta questões relevantes e que não são culpa das instituições, mas da ausência regulatória e avaliativa, que não orienta a expansão do EaD como um instrumento potente de reordenamento das assimetrias regionais brasileiras, de ampliação do conhecimento em regiões remotas e onde ainda não há relevância de conhecimento associado à economia, o que é um desastre.

Para mim, uma questão fundamental é mudar a regulação e, a partir daí, perceber que a avaliação deve orientar a regulação, e não ser dirigida por ela com o objetivo de minimizar processos, cujos indicadores são repetitivos, censitários e pouco instrutivos para as instituições, que são vítimas desse processo. Acredito que precisamos de uma nova abordagem considero fundamental começarmos a dizer "não" a esses procedimentos. Nós não somos responsáveis por prejudicar a população; queremos ampliar nossas possibilidades de atender à sociedade brasileira, contribuir para o desenvolvimento econômico e o combate às desigualdades, algo que a regulação atual não permite.

Ficha técnica:

Apresentação: Camila Griguc

Edição de vídeo: Eduardo

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Katiana Santiago

ESPECIAL CBESP | Episódio 10

EAD como instrumento de democratização do conhecimento

11/07/2024



JANGUÊ DINIZ

Vice-presidente da ABMES



JÂNNO DINIZ

CEO do Grupo Ser Educacional



BETO DANTAS

COO da Pravalor

De acordo com o último Censo do Ensino Superior, a modalidade de ensino a distância recebe dois de cada três estudantes matriculados no ensino superior. Na conversa de hoje, vamos aprofundar um pouco mais os argumentos que mostram que o EaD é um caminho sem volta e que é uma importante ferramenta para a democratização da educação e acesso descentralizado ao conhecimento.

Vamos começar com o Jânio Diniz, que fez uma palestra excelente na CBESP. Ele trouxe dados muito interessantes, mostrou o passado, o presente e falou muito sobre o futuro. A parte sobre o presente e o futuro atraiu muita atenção, por isso, doutor Jânio, qual é a sua visão sobre o EaD no passado, presente e futuro?

Jânio Diniz: Quando falamos de EaD ou da educação em geral, acredito que devemos pensar no papel que ela desempenha. Quando falamos da qualidade da educação no Brasil, lembro-me de quando eu era estudante de engenharia e um professor me disse que é a adequação ao uso, depende do que se espera. Precisamos discutir qual é o papel do EaD no ensino superior brasileiro. O principal papel é, de fato, democratizar a educação e fazer com que ele chegue aonde o ensino presencial não é permitido devido tipo e custo da estrutura. Na apresentação nós falamos, por exemplo, da cidade de Santana dos Garrotes, que possui cerca de 8 mil habitantes, mas apenas 7% fizeram ensino superior e desses 7%, muitos vão embora e não voltam. Instalamos um polo de ensino a distância do Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU) e oferecemos bolsas de estudo para todos os alunos. Sem o EaD, seria impossível que a maior parte dos alunos do ensino médio da cidade tivessem acesso à educação superior.

Precisamos entender qual será o modelo de desenvolvimento do ensino a distância. O EaD não tem o objetivo de formar pesquisadores ou teóricos de base, esse é o papel das universidades públicas e das grandes universidades de pesquisa. O objetivo do EaD, e nossa vocação como instituição de ensino, é preparar profissionais para o mercado de trabalho.

O ensino a distância permite uma formação customizada para o aluno. Hoje, devido à regulação, temos um projeto único de EaD para todos os alunos. Um estudante de Administração da UNISSAU, por exemplo, seja em Recife ou em Cruzeiro do Sul,

no Acre, dispõe do mesmo projeto, contudo, estamos caminhando para que esses projetos sejam diferentes e adaptados às necessidades locais.

O ensino a distância, dados os recursos da tecnologia e inteligência artificial, permite que cada aluno tenha um curso personalizado, esse é o plano para o futuro. Hoje seguimos um modelo regulatório que atende aos padrões definidos pelo Ministério da Educação (MEC), mas precisamos ir além. O ensino a distância pode ser igual ou até melhor em termos de qualidade, especialmente porque ele oferece trilhas de aprendizado individualizadas para cada aluno, algo que o presencial, com turmas grandes, não consegue fazer com tanta eficiência. No EaD não penalizamos aqueles com maior dificuldade nem aqueles que aprendem mais rápido. Cada aluno segue sua própria trilha de aprendizado.

No Ser Educacional nós possuímos um produto, o programa Peixe 30, que tem por objetivo entender o perfil profissional. É uma rede social profissional, parecido com o LinkedIn, mas baseada em vídeo, onde se entende as competências pessoais (soft skills) dos profissionais e se entende quais são suas habilidades, competências, formação, experiência de trabalho, projetos onde participou... Quando essas informações são conhecidas e tem-se a informação do mercado de trabalho, é possível entender quais são os GAPS de formação profissional dos alunos e profissionais, do que eles estão fazendo ou já estudaram e o que o mercado necessita.

Assim, é possível dar um direcionamento para que esse GAP seja preenchido e o profissional que sairá da instituição consiga atuar de forma muito mais precisa na empresa para onde ele irá.

Tudo isso que está sendo discutido e criado, com o advento da inteligência artificial, vai permitir com que se mude de forma ainda mais rápida.

Não há como retroceder no ensino a distância. Eu mencionei o curso de Administração, mas se considerarmos um curso da área de saúde, toda a parte teórica pode ser feita EaD e tudo que é prático precisa ser presencial. Não é possível tirar um aluno de enfermagem que precisa realizar uma aula prática no hospital e substituí-la por simuladores virtuais, não é possível ter um laboratório virtual onde tudo é feito com o clique do mouse. Há uma discussão sobre a viabilidade do curso de Psicologia a distância.

Ora, psicólogos atendem de forma remota, então por que não oferecer o curso nesse formato? Atualmente, até cirurgias são feitas com robótica a distância, então por que o ensino não poderia acompanhar essa evolução?

É evidente que há atividades específicas que o enfermeiro precisa realizar presencialmente, mas o conteúdo teórico pode ser oferecido a distância. O modelo de ensino remoto deve ser adequado à natureza de cada profissão.

O EaD precisa ser ajustado às necessidades acadêmicas, não determinado por um burocrata que não vivencia o dia a dia das atividades. Essa evolução no ensino acontecerá, quer queiramos ou não, pois o mercado não regulado já está se ajustando a isso. Quem está nas faculdades deve seguir as normas regulatórias, mas aqueles que estão fora começarão a fazer cursos que não são de formação superior tradicional, mas que certificam competências básicas para determinados aspectos de uma profissão.

O mercado está exigindo cursos mais rápidos, que preparem o profissional para atender necessidades específicas, o que é um ponto a favor do ensino a distância. Além disso, algumas profissões serão significativamente afetadas pela inteligência artificial. Imagine alguém fazendo um curso hoje que, em 10 anos, seja completamente substituído por tecnologia; este profissional precisará mudar de carreira. Assim, o ensino a distância deve focar em cursos que evoluam com o mercado e ofereçam a possibilidade de redirecionamento profissional quando necessário.

Beto Dantas, diga também a sua visão sobre o ensino a distância no Brasil.

Beto Dantas: O EaD faz parte da minha vida. Em 2005 eu fui gestor de um polo que possuía apenas quatro cursos autorizados, mas não eram reconhecidos. Era bastante gratificante de certa forma, pois observamos que não era o primeiro filho da família que estava se formando, mas o pai e a mãe se formando.

Formamos muitas mulheres pedagogas, por exemplo, pois existiam muitas mães com vocação para a profissão. Quase 20 anos depois, com o auxílio do financiamento estudantil, percebemos que existem muitas pessoas com vontade de fazer

um curso superior no Brasil. O marketplace é onde oferecemos os descontos e negociamos com as universidades e em três anos vendemos 57.000 bolsas de estudo para o Norte e Nordeste.

Você acha que ainda existe essa demanda de pessoas com uma idade mais avançada e com a vontade de realizar uma graduação EaD?

Beto Dantas: Sim, acredito que ainda exista, embora menor hoje em dia.

Jânnyo Diniz: Em termos de números, a população economicamente ativa do Brasil é de pouco mais de 90 milhões. Existem 62 milhões de pessoas com ensino médio, 27 milhões já fizeram curso superior e 9 milhões estão estudando, ou seja, estamos falando de cerca de 30 milhões de pessoas sem ensino superior. Podemos questionar se o financiamento é responsável em parte por isso, mas quando falamos principalmente de EaD, é difícil falar do financiamento, pois o ticket médio é muito baixo, o que impacta os principais parceiros, os grandes grupos e universidades.

A modalidade em si não é o problema, mas sim o valor da mensalidade. Um curso de saúde, como Enfermagem, que custa R\$400, faz sentido ser financiado, seja ele EaD ou presencial. O valor da mensalidade é o que torna o financiamento viável, tanto para o aluno quanto para a universidade.

Nas reuniões em que participei, do grupo de trabalho do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FIES) junto ao MEC, discutiu-se bastante sobre o FIES e as políticas públicas. Na minha opinião, o Programa Universidade para Todos (Prouni) deveria focar na capilaridade de pessoas que querem cursar uma graduação.

No Pravalier vocês financiam cursos mais caros? Há muita demanda pela medicina?
Jânnyo Diniz: Sim, há muita demanda por Medicina. No ano passado, foram 1.700 alunos, mas de janeiro até agora já financiamos 1.005 alunos de Medicina e esperamos fechar o ano com cerca de 2.500 a 3.000 alunos financiados.

Sobre a questão regulatória e o veto do MEC ao EaD nas licenciaturas, qual é a sua visão?

Jânyo Diniz: Eles querem mudar o modelo do EaD, inclusive, foi publicada uma portaria que propõe aumentar a carga de presencialidade para 50%, principalmente nos cursos de Pedagogia e outras licenciaturas, algo que não faz sentido. No passado, tentou-se aumentar essa carga, mas o MEC não permitiu. Hoje o que faz sentido a presencialidade é em função do modelo de curso, da carga prática que ele demanda. Caso não ocorra uma análise profunda sobre a demanda por aulas práticas em cada curso, essa medida pode se tornar inviável.

Mais do que focar na carga de presencialidade das licenciaturas, é importante avaliar como elas estão impactando o mercado. Cerca de 40% das pessoas que fazem licenciatura trabalham em órgãos públicos, o que significa que elas já estão inseridas no mercado. A discussão de qualidade deve abordar se essas pessoas estão, de fato, recebendo uma boa formação. A presencialidade por si só não determina a qualidade do curso. Existem instituições 100% presenciais com baixa qualidade e outras 100% a distância que são excelentes.

Outra questão é o impacto dessa mudança no valor das mensalidades. Caso a carga presencial aumente para 50%, o custo para o aluno será muito semelhante ao de um curso presencial, o que pode diminuir a penetração do EaD, especialmente para estudantes de baixa renda. Muitas pessoas que pagam menos de R\$400 de mensalidade não poderão arcar com um valor mais alto, o que afetará a democratização da educação.

E quanto à evasão atual comparada ao passado, como está?

Jânyo Diniz: Sob o olhar do financiamento, nós medimos isso com bastante. Aproximadamente 67% das pessoas que possuem financiamento tendem a evadir menos do que aquelas que conseguem bolsas ou que pagam diretamente. Em uma análise com uma universidade parceira, observamos que a evasão entre os alunos financiados no primeiro semestre é de 16%, enquanto entre os alunos sem financiamento chega a 36%. A partir do segundo semestre, a evasão entre alunos com financiamento cai para 8%, enquanto a dos demais chega a 18%. A evasão ainda é um grande problema e muitos alunos deixam os cursos por causa do descompasso

entre o currículo tradicional e as expectativas da nova geração.

Estamos entrando na era da geração Alfa, composta por crianças de 3 a 11 anos, e da geração Beta, que são as crianças de até 2 anos. Essas gerações terão demandas educacionais muito diferentes, e precisamos estar preparados para entendê-las e atendê-las.

Jânyo Diniz: Sobre a evasão, ela está um pouco acima da média. No geral, no ensino presencial, a evasão gira em torno de 40%, ou seja, 60% dos alunos que entram se formam. No EaD forma-se um pouco menos, cerca de 55% dos alunos, mas isso também está mudando. Algo que ajuda a reduzir a evasão é o tempo de duração do curso, e o que fazia com que a evasão fosse tão alta no EaD era o fato de que o perfil dos alunos era diferente: alunos mais velhos, acima dos 33 anos, muitas vezes fora da escola por mais de 10 anos, que achavam que, por ser um curso a distância, seria fácil de concluir; mas, ao descobrirem que era necessário estudar, fazer provas e ser aprovados, muitos desistiam. No presencial, a principal questão era financeira. As pessoas faziam um esforço familiar, mas se alguém perdia o emprego, a primeira coisa a ser cortada era a mensalidade, que ficava atrás de outras despesas.

Outra coisa que precisamos entender é o modelo educacional para esses jovens. Lembro de uma vez que minha filha, com 10 anos, perguntou por que a escola insistia em ensinar coisas que ele não precisava aprender. Ele dizia: "Papai, a informação está aqui no meu celular. Se eu quiser saber o que aconteceu na África naquela data, eu pergunto ao Google".

As crianças de hoje se entediam facilmente. No passado as coisas demoravam a acontecer. Quando eu fiz minha graduação, nos cinco anos que passei na universidade, nada mudou, diferente da vivência entre a minha filha mais velha e a mais nova, que em um período de poucos anos, tudo mudou completamente, com o surgimento da inteligência artificial e de novas profissões. Elas cresceram acostumadas a ter tudo em tempo real, o modelo de aprendizado é completamente diferente. Será muito difícil para essa geração passar três horas em uma sala de aula ouvindo um professor, pois elas já terão acesso a todas as informações. Estarão imersas em realidade aumentada e outras tecnologias.

Beto Dantas: Meu filho de 5 anos, por exemplo, já me pede para dar um 'Google' quando não sei responder a algo; ou seja, essa geração busca respostas rápidas.

Como vamos moldar o ensino para essa geração? Como democratizar a rapidez e agilidade que eles esperam? Precisamos atender a essas demandas para que o ensino superior não se perca.

Uma vez, conversando com o professor Niskier, sugeri que fizéssemos uma campanha semelhante à do "Agro é tech, agro é pop", mas para o ensino superior, sem bandeira política, uma contribuição de todos. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por exemplo, perdeu força quando as campanhas nacionais pararam, assim como o FIES.

Jânyo Diniz: O conhecimento é amadurecido. Você não cria, amadurece e usa o conhecimento apenas lendo uma página de um livro. Você precisa ler o livro inteiro, depois outro sobre o mesmo assunto, só assim você vai amadurecendo o seu aprendizado e conhecimento. O ensino superior traz resultados significativos na vida das pessoas, inclusive no lado financeiro. Estudar é investimento, não custo.

Beto Dantas: É só no Brasil que temos essa narrativa de que o ensino superior não é mais a "vedete"? No mundo inteiro a educação superior está crescendo, sendo fomentada, mas moldando-se aos jovens, mas aqui nós começamos a acreditar na própria narrativa de que o ensino superior não é mais relevante.

Jânyo Diniz: O ensino superior não deixará de ter impacto na vida das pessoas. O que está mudando, quando falamos em microcertificações dentro do ensino superior, é trazer um modelo em que, à medida que as pessoas evoluem, o conhecimento adquirido em um semestre já pode ser usado na prática. Estamos discutindo quais são as competências necessárias para esse novo mundo, pois os currículos precisam se adaptar às novas competências do mercado de trabalho, que valoriza soft skills, por exemplo. As instituições estão se adaptando a isso, mas o impacto do ensino superior na vida das pessoas é significativo, e, do ponto de vista da renda, o impacto é real. Quem possui curso superior, em média, ganha o dobro de quem não tem. Outros cursos preparam para atividades específicas, mas não te preparam para exercer uma profissão. Ninguém se torna diretor financeiro de uma empresa com um curso de valuation de um dia. É preciso passar anos estudando para entender contabilidade, finanças corporativas, bancárias, auditoria, entre outras áreas.

Beto, como você vê essa questão dos influenciadores que oferecem cursos livres. Esses cursos impactam a captação de alunos?

Beto Dantas: Por enquanto, não vemos impacto. Pelo contrário, os influenciadores nos procuram para vender seus cursos em nosso marketplace. Eles ainda não competem com o ensino superior. Dito isso, precisamos informar as pessoas: fazer um curso de dois dias não é o suficiente. Vai existir uma seleção natural, certificações podem complementar, mas o ensino superior fornece a base técnica necessária. Caso o que for ensinando nesses cursos for algo relevante para você, procure uma microcertificação que agregue ao ensino superior, ou até mesmo leve para sua universidade essa informação de que a competência seria importante no currículo do curso, para assim sugerir a sua inclusão na matriz.

Jânyo Diniz: Em geral, eles trazem ferramentas específicas para pontos determinados da sua carreira ou profissão.

Qual é o modelo do ensino a distância do grupo Ser Educacional? Como está também a questão da evasão? Como você usa o Peixe 30 como instrumento de apoio?

Jânyo Diniz: A EaD possui dois modelos: um modelo assíncrono e o síncrono. No assíncrono, é utilizado o conteúdo que chamamos de "modelo contínuo". O aluno acessa, desce a página, vê o vídeo do professor, faz um quiz, uma pesquisa, e assim por diante. No modelo síncrono, temos atividades ao vivo, nas quais o pessoal dá aula e o aluno participa.

O Peixe 30, além de ser uma ferramenta de empregabilidade, é utilizado na disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Empregabilidade. Nessa disciplina, o aluno usa o Peixe 30 para entender suas competências pessoais, como sua proatividade, aversão à rotina ou preferência por estabilidade. Isso ajuda a trabalhar o comportamento para futuras oportunidades de emprego ou empreendedorismo. Além disso, ele oferece estágios e vagas de emprego.

Ele tem uma área exclusiva para isso, semelhante ao LinkedIn, com uma seção dedicada à oferta de vagas. Algumas instituições podem incluir vagas exclusivas

para seus alunos. No nosso caso, dentro dessa área de vagas exclusivas, o aluno precisa de um código fornecido pela instituição para acessar.

Existem aproximadamente 25 mil vagas de estágio oferecidas pelos parceiros da Ser Educacional. Além disso, o aluno pode acessar toda a área de oferta de vagas. É uma ferramenta relativamente nova, que começou recentemente e ainda não foi divulgada na mídia, mas já conta com cerca de 800 mil usuários ativos.

O Peixe 30 já possui quase duas mil empresas que oferecem vagas de emprego e está crescendo todos os dias. Ele é um aplicativo que pode ser baixado tanto na loja de aplicativos do Android quanto na da Apple. O aplicativo é uma rede social profissional e, por outro lado, o que o usuário não vê, é a participação das empresas, que se chama Peixe 30 Recruiter. As empresas precisam acessar o site "<https://recruiter.peixe30.com/>" para se cadastrar e ofertar suas vagas. O interessante sobre o Peixe 30 é que ele também avalia as soft skills das pessoas.

Caso você queira selecionar alguém para uma Organização Não Governamental (ONG), por exemplo, não pode selecionar uma pessoa que tenha apenas motivação financeira. Ela precisa ser altruísta, proativa, gostar de trabalhar em equipe e de estabilidade. Quando determinado perfil é acessado no aplicativo, é possível entender essas características.

Além disso, se você precisar de alguém com determinada experiência, que estudou e/ou trabalhou em determinada função, o Peixe 30 pode ajudar a combinar o perfil técnico e comportamental da pessoa com a vaga disponível. Isso aumenta a assertividade na contratação e a produtividade no trabalho. Nossos alunos, por exemplo, vão para o mercado já adequados a esse perfil.

Beto Dantas, peço que faça suas considerações finais.

Beto Dantas: Primeiramente, gostaria de agradecer e dizer que sou um entusiasta da educação superior. Venho de uma família de educadores e desde então a única coisa que fiz foi trabalhar com educação. Meu ponto é sobre como fazemos uma educação superior mais forte no Brasil.

Como inserimos os jovens na educação superior, independentemente da metodologia ou modalidade? Temos 30 milhões de pessoas com ensino médio completo

que ainda não ingressaram na faculdade.

Como mostramos que a educação superior é o melhor caminho? A educação superior, seja ela presencial ou online, é o caminho para um mundo melhor. Não existe um Brasil melhor sem pessoas capacitadas, formadas, empreendedoras e que queiram fazer algo melhor.

Uma das chaves que coloco no meu livro "Código Secreto da Riqueza" é que o conhecimento adquirido através da educação transforma vidas, histórias e destinos. Mudou a minha vida e a dos meus irmãos.

Qual a sua mensagem final, Janyo?

Jânyo Diniz: A educação transforma as pessoas e as pessoas transformam a sociedade. Ela aumenta a produtividade, a renda e a empregabilidade, além de desenvolver novos negócios e o empreendedorismo. Precisamos acreditar que a educação continua sendo o maior veículo de mobilidade social e desenvolvimento. Sem investimento em educação, seja no ensino básico ou superior, o Brasil não mudará. É necessário para que o país evolua do subdesenvolvimento para o desenvolvimento.

A mensagem final é: sonhe grande, transforme esse sonho em um projeto de vida e seja obstinado. Com obstinação, tudo é possível.

ESPECIAL CBESP | Episódio 11

Educação Profissional e Tecnológica como aliada do desenvolvimento

25/07/2024



CLEUNICE MATOS REHEM

Presidente da BrasilTec



PADRE JOÃO BATISTA LIMA

Diretor-presidente da Anec



FERNANDA VERDOLIN

CEO e founder da Workalove Edtech

Neste episódio, discutimos o papel crucial da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no desenvolvimento em múltiplas esferas, abrangendo os âmbitos econômico, social e individual. Os convidados debateram como a EPT tem sido um pilar essencial para o progresso econômico e socioambiental do país, destacando suas contribuições significativas para o crescimento sustentável e a transformação social.

Fernanda, de que forma, no seu entendimento e experiência, a educação profissional e tecnológica contribui para o desenvolvimento econômico e socioambiental do nosso país?

Fernanda Verdolin: Ontem tivemos um debate muito rico e profundo sobre isso. Discutimos números que trouxeram à tona a realidade que vivemos, especialmente a questão de como a educação profissional pode impactar o desenvolvimento do país. Você apresentou dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e mostrou que, enquanto em outros países cerca de 40% dos jovens estão inseridos na educação tecnológica, aqui essa porcentagem é significativamente menor.

Caso analisemos a faixa etária de 20 a 24 anos, percebemos que em países da OCDE, esse número aumenta, no entanto, no Brasil, continua com apenas 11%, enquanto a média da OCDE é de 68%. Isso é preocupante, porque estamos correndo o risco de um apagão de mão de obra técnica. Como a nossa economia pode se sustentar diante dessa falta de profissionais qualificados?

Atualmente, apenas 20% dos nossos jovens ingressam na educação superior. Por que muitos não são capturados para a educação profissional, que possui um tempo mais curto, um custo mais acessível e uma abordagem mais prática? Isso é tudo o que o nosso mercado de trabalho precisa para garantir a empregabilidade e a sustentabilidade da economia.

Fernanda Verdolin: Ontem mencionei as milhares de vagas que não estão sendo preenchidas. Cerca de 50% das vagas no mercado estão escassas, principalmente

em cargos operacionais, sendo que a vacância é de 90% são nas áreas como energia e serviços de utilidade pública, 87% da saúde e ciências da vida, 83% em bens de consumo e serviços e 80% em transporte e logística. A educação profissional pode ajudar nesse processo de desenvolvimento ao suprir essas demandas latentes do mercado de trabalho.

Fernanda, como atrair esses jovens? Como garantir que eles se matriculem? Quais são os desafios que você enxerga? Isso está relacionado às políticas públicas, certo?

Fernanda Verdolin: É um desafio, porque culturalmente outros países já valorizam o ensino técnico e profissional. No Brasil, essa visão ainda é muito tímida.

É interessante observar como, em países como a Alemanha e a Austrália, há uma cultura de que os jovens precisam primeiro experimentar o mercado de trabalho para depois decidirem qual curso superior pode agregar mais ao que já fazem, um modelo muito bem-sucedido. No Brasil, porém, ainda enfrentamos o estigma de que a educação técnica é "menor", um preconceito que começou no governo Nilo Peçanha, quando foram criadas as primeiras 19 escolas técnicas, na época chamadas de "escolas de ofício".

O decreto dizia que esses cursos foram criados para os pobres e desvalidos da sorte. É lógico que esse pensamento já está mais reduzido; muitos jovens já estão com outra visão, mas nós precisamos de políticas públicas para atraí-los. O mercado de trabalho precisa mais do que nunca, tanto é que, para os programas que as políticas públicas, sobretudo brasileiras, possam desenvolver, nós estamos defendendo, por exemplo, o apoio das parcerias público privadas, só o público não dá conta.

Padre João Batista Lima: Esse ponto é crucial, professora Cleonice. O problema está posto de forma clara e concreta, portanto, precisamos encontrar maneiras de resolvê-lo. Você mencionou a questão dos recursos, investimento e da integração entre a iniciativa pública e privada e acredito que poderíamos fazer muitas coisas com essa junção. Vou dar um exemplo: tenho experiência como reitor de um centro universitário em São Paulo, o São Camilo, que é focado na área de saúde, mas oferece vários cursos técnicos, como Enfermagem, Radiologia e Farmácia.

Tive uma outra experiência que deu muito certo no início de 2009, em um centro universitário em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Ali nós tínhamos o curso de técnico de segurança do trabalho, em uma época em que o estado estava desenvolvendo no setor de petróleo, gás e empreendedorismo local. Portanto, formamos vários profissionais nessa área, além de enfermagem e técnico de gás e petróleo. Isso proporcionou a muitos jovens de baixa renda uma qualificação que melhorou suas vidas e contribuiu para a economia.

Como presidente da Associação Nacional de Escolas Católicas (ANEC), vejo que poderíamos oferecer nossas infraestruturas, que muitas vezes ficam ociosas à tarde e à noite, para formar esses jovens. Por que não investir em bolsas para eles, de forma a tornar a formação mais acessível tanto para o aluno quanto para o governo? A estrutura já está montada.

Há cerca de 10 anos havia ofertas de bolsas para formação de jovens, mas isso foi diminuindo até não mais existir. A reclamação comum dos cursos técnicos públicos é que eles não estão alinhados com as demandas atuais do mercado. Muitos cursos são tradicionais, como administração e contabilidade, mas o mercado agora demanda formação técnica mais focada em tecnologia, e as escolas públicas têm dificuldades para se adaptar rapidamente.

O Brasil precisa urgentemente de jovens qualificados, mas a previsão, de acordo com um estudo realizado pela ManpowerGroup, é de um apagão de mão de obra técnica. Há uma proporção de 11 técnicos para cada profissional de curso superior, o que é essencial para operar as empresas, no entanto, estamos enfrentando desafios em formar esses técnicos, o que afeta diretamente o desempenho das empresas. Padre João Batista Lima: Por falta dessa preparação, seja na formação inicial ou no nível técnico, nós que trabalhamos como empregadores, encontramos dificuldades em recrutar pessoas que cheguem e já comecem a produzir à altura das necessidades da função. Leva-se pelo menos quatro meses para que elas fiquem preparadas. Por isso, eu vejo com muita importância esse nível. Não digo que as pessoas devem parar nesse nível; o ser humano não pode parar nunca, mas digo que uma formação técnica bem-feita é a porta de entrada para o mercado de trabalho e agrega valor não só para o empregado, mas também para a empresa.

É muito relevante pensarmos que a formação técnica, de fato, é prática. Os cursos técnicos não possuem aquele academicismo teórico que um bacharelado possui,

que leva entre 4 e 5 anos para formar um profissional. No curso técnico não há essa necessidade imediata, pois os estudantes já estão mergulhados na praticidade da função que aquela área exige; eles estão completamente alinhados em teoria e prática. É óbvio que quem se forma deve saber o porquê de fazer aquilo e é a teoria que o ajudará a entender, mas o que predomina é a prática.

Posso acrescentar com a menção àquele resultado da pesquisa do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) com a Fundação Itaú Educação e Trabalho. Um estudo feito no ano passado concluiu que, caso o nosso país triplique as matrículas em cursos técnicos, nosso PIB crescerá em 2,32%. Isso é uma grande vantagem competitiva, pois sabemos que um crescimento no PIB nesse percentual representa mais sustentabilidade para a economia nacional.

Padre João Batista Lima: Daqui a pouco teremos a leitura da Carta de Mogi das Cruzes, que assinaremos, e ela certamente trará recomendações tanto para o setor público quanto para o privado, com o objetivo de aumentar o ingresso de mais alunos no ensino técnico e superior, além de propor mais recursos, financiamento e estratégias. Esse trabalho de cooperação público-privada precisa ser fortalecido. Como presidentes de entidades, nós podemos fazer uma reflexão e recomendação na Carta de Mogi das Cruzes sobre o Novo Pronatec, aquele programa de formação técnica que o governo federal está reativando.

É uma ótima oportunidade. O programa está sendo concebido, mas com uma visão ainda muito reduzida das possibilidades. A BrasilTec, tem instigado bastante o pessoal do Ministério da Fazenda a pensar em uma ideia maravilhosa: trocar juros por educação, mais especificamente, educação profissional técnica. Recentemente fomos convidados a apresentar sugestões, por isso precisamos mobilizar mais instituições para levantar essa bandeira juntos. Nossos jovens precisam disso e a parceria público-privada pode responder com rapidez às necessidades do Brasil. Um curso técnico possui uma empregabilidade de cerca de 76%. Na área da saúde, por exemplo, a empregabilidade em instituições como o São Camilo chega a 90%. Então, por que as políticas públicas não aceleram essa mudança?

Padre João Batista Lima: Além da empregabilidade, como disse a conselheira do CNE, Sueli, há outras vantagens. A formação técnica de qualidade facilita o acesso ao mercado de trabalho e contribui de forma positiva para o emprego do indivíduo. Além disso, agora existe a possibilidade de progressão no ensino com a

equivalência de estudos, o que é fundamental.

Essa cultura de valorização da formação técnica é algo que ainda falta no Brasil. Em países como a Alemanha, os jovens são incentivados, desde pequenos, a experimentarem a formação técnica e o mercado de trabalho antes de decidirem sobre o ensino superior. Isso é essencial para que eles façam escolhas mais conscientes e competentes. No Brasil os jovens são direcionados para escolher um curso superior muito cedo, muitas vezes sem experimentar o mercado de trabalho.

Fernanda Verdolin: Isso também contribui para a alta taxa de evasão no ensino superior, como mostra a pesquisa que apresentei ontem. Temos uma taxa de evasão acumulada de 50% e vagas ociosas nas universidades federais, além da subutilização da força de trabalho. Uma pesquisa realizada pela Geofusion constatou que dos 67 mil egressos do ensino superior, entre os 10 principais cursos, apenas 9 mil conseguem empregos no nível superior e os outros vão procurar empregos de nível médio ou técnico. Caso eles estivessem no técnico, já estariam se preparando para ir ao ensino superior de forma mais madura.

Isso ampliaria a visão de atuação profissional, tornando-a muito mais efetiva e importante para eles próprios e para a nossa economia. Portanto, nós, enquanto associações, precisamos defender políticas públicas mais pontuais e agressivas para resolver essa situação que o país atravessa, e isso não é de agora. Programas públicos são essenciais, e pedimos insistentemente que a lei de juros por educação inclua parcerias público-privadas para acelerar as respostas que o Brasil precisa em termos de formação técnica.

Outro ponto interessante é a parceria nos países como a Alemanha e Austrália, onde há o sistema dual, que é parceria entre empresas e escolas que formam profissionais. Essa cultura é indispensável, mas não prevalece no Brasil, por isso precisamos trabalhar nesse sentido.

Fernanda Verdolin: Essa é a minha defesa: aproximar a academia do mercado de trabalho. Vejo a dificuldade que temos, como acadêmicos, em nos relacionar com o setor produtivo. Acreditamos que basta dialogar, mas não é assim. Precisamos trazer o setor produtivo para dentro de nossas instituições.

Na Alemanha, é interessante que são as empresas que fazem a seleção para os

cursos vocacionais. Elas indicam quais estudantes podem ser matriculados, e esses alunos se formam tanto na escola quanto na empresa, uma cultura impressionante e altamente promissora. Coordenei a primeira reforma da educação profissional no Brasil e me recordo que foi extremamente difícil fazer as escolas e empresários entenderem esse modelo.

Padre João Batista Lima: Nós dispomos de instituições de ensino capacitadas para isso. Quero fazer menção a um programa criado pela Anec, que utiliza um banco de talentos para identificar alunos e promover diálogos periódicos com empresários para mostrar as necessidades do mercado de trabalho.

Esse sistema pode servir de exemplo para outras instituições. Em um estudo que realizei sobre o sistema dual alemão, aprendi que é exigido que 70% do currículo técnico seja prático. Quando esse estudante se forma a empregabilidade chega a quase 100%, pois ele já domina o processo operacional.

Padre João Batista Lima: Essa discussão sobre a educação profissional e tecnológica é essencial para o desenvolvimento do país. Muitos brasileiros ainda não possuem acesso a formação básica e técnica decente, por isso estamos trazendo essa questão para o centro das nossas preocupações. Para uma pequena parte da sociedade, creio que o problema está resolvido. Há alguns dias nós estávamos com um grupo de alunos e professores, e visitamos o projeto 'o braço da educação', da NASA, em Orlando, nos Estados Unidos.

Eles disseram que estão à procura de alunos brasileiros, sobretudo do ensino médio, que já dominam uma segunda língua, como o inglês, porque lá faltam pessoas para trabalhar em vários segmentos, desde laboratório, recepção e alguns serviços básicos. Isso me fez refletir sobre nossos alunos das escolas particulares: eles já estão em um nível muito avançado, mas os alunos das escolas públicas, a maior parte da população, está esperando alguma oportunidade. Por isso, eu digo que essa discussão é social, que se preocupa com o desenvolvimento da nação e com a inclusão dessas pessoas na educação e no trabalho.

Uma pesquisa revelada pelo IBGE, no levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), destaca, além da alta empregabilidade dos cursos técnicos, dois elementos importantes: o primeiro é que a renda per capita familiar dos egressos de cursos técnicos é 20% superior à dos estudantes que cursaram

apenas o ensino médio regular. Existem problemas gravíssimos com a juventude no Brasil, muitos jovens não trabalham, não estudam e, mesmo procurando emprego, não conseguem encontrar. Além disso, a taxa de emprego formal com carteira assinada pode aumentar em 38% para os jovens com formação técnica, portanto, percebemos a relevância de um jovem brasileiro fazer um curso técnico, pois existem muitas possibilidades de melhoria da qualidade de vida, tanto para ele quanto para suas famílias, além da manutenção do acesso e do emprego.

Quais as opiniões de vocês sobre estatísticas como essas para a realidade brasileira?

Fernanda Verdolin: Nós precisamos da imprensa para divulgar isso, para sensibilizar. Os dados de hoje sempre mencionam o ensino superior, com aumento de renda e tal, mas as informações trazidas aqui são novas para mim também. São informações extremamente relevantes, que trazem um novo contexto sobre a trilha de aprendizagem que precisa ser criada a fim de inserir a população no mercado de trabalho. São 22,5 milhões de jovens entre 18 e 24 anos que precisamos cuidar, sendo que a maioria está fora do mercado e da sala de aula.

Padre João Batista Lima: Algo interessante é que esses jovens, que são da chamada geração digital, dispõem de uma facilidade enorme com toda a parte tecnológica, mas ela não está sendo aproveitada para a formação técnica e, conseqüentemente, para o benefício deles. Acredito que cabe um esforço da nossa parte, além do governo, em aproveitar essa facilidade dos nativos digitais e utilizá-la para promover o crescimento deles.

É importante que nós, juntamente com as políticas públicas, pensemos sobre isso. Compartilho aqui uma divulgação chegou até mim, da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brascom), que informa que, em um levantamento feito no Brasil, o país precisa de cerca de 179 mil técnicos na área de TI por ano, mas apenas 70 mil formam por ano, ou seja, mais de 100 mil vagas nessa área ficam desocupadas, enquanto a necessidade por tecnologias cresce. Esses jovens precisam de políticas públicas que os atraiam.

Quando destaco a questão da parceria público-privada, por exemplo, falo da celeridade e dos menores custos. Fizemos um estudo em nossa associação sobre o custo

por aluno ao ano em cursos técnicos. Chegamos à conclusão de que o custo médio é de R\$4.400,00 ao ano. A Fundação de Estudos Econômicos sobre Educação (FinEduca), mostrou que, em uma escola pública, o custo por aluno ao ano em um curso de educação profissional chega a R\$12.700,00. Há uma grande diferença entre a oferta na escola privada e pública e a FinEduca destaca os elementos que elevam tanto o custo na pública: concursos, licitações demoradas, construções que deveriam levar 12 meses e demoram vários anos para serem concluídas, além de custos de manutenção etc.

A burocracia pública impede que ofereçamos parcerias público-privadas. Com os mesmos recursos públicos, poderíamos triplicar as matrículas, mas não estamos investindo nisso. Precisamos agir fortemente e levantar essa bandeira junto aos decisores públicos para que essas parcerias aconteçam. É comprovado, inclusive, que quando uma parceria como essa se concretiza, os custos são bem menores.

Padre João Batista Lima: Esse ponto é extremamente importante e tenho certeza de que você não está defendendo o afastamento do Estado, mas sim a ideia de complementaridade, com integração entre os setores público e privado. O Estado possui um papel fundamental na educação, saúde e segurança, mas há espaço para essa integração.

Um outro ponto é que há uma preocupação grande com as novas tecnologias e a mudança no trabalho. Muitos acham que teremos uma crise séria, porque não haverá mais empregos, mas acredito que sempre haverá trabalho. O que precisamos é repensar as oportunidades de trabalho, emprego e renda para a sociedade.

A sociedade está cada vez mais tecnológica, e precisamos oferecer cursos cada vez mais tecnológicos, tanto nas redes privadas quanto nas públicas. Essa é uma realidade que precisa ser encarada. Vocês viram, por exemplo, na China, o lançamento de um hospital completamente robotizado? Os médicos não estão mais presentes, robôs recebem o paciente na porta e conduzem todo o processo, desde a triagem até o diagnóstico. Embora robôs realizem o atendimento, são seres humanos que operam esses sistemas, e essa adaptação será necessária também para nós. Precisamos nos adaptar ao que está chegando, mas mantendo a humanidade no processo.

Fernanda Verdolin: Como seres humanos, nossas habilidades comportamentais e interpessoais vão determinar nossa capacidade de adaptação.

Padre João Batista Lima: Aqui no Brasil já está acontecendo de o médico atender o paciente e a IA realizar o diagnóstico de acordo com os sintomas descritos. É óbvio que o processo passa por uma verificação do médico, mas serve como uma contribuição.

O que não pode é ser uma imposição, de forma que o médico somente se baseie nisso, pois ele possui os seus conhecimentos adquiridos e pode fazer uma avaliação. De toda forma, essa é uma realidade presente, e nesse caminho, o SUS cada vez mais vai utilizar as consultas online para atender populações que estão muito distantes, com carência de médicos e outros profissionais. Isso é um meio, mas não substitui o humano. Em algum momento, o humano precisa estar presente, pois a humanidade é necessária.

Ficha técnica:

Apresentação: **Camila Griguc**

Edição de vídeo: **Eduardo**

Edição de som: **Jonathan Alves**

Apoio: **Katiana Santiago**

ESPECIAL CBESP | Episódio 12

Internacionalização das IES Privadas - Por onde começar?

15/08/2024



PARTICIPANTE
DÉBORA GUERRA

DÉBORA GUERRA

Vice-presidente da ABMES



PARTICIPANTE
RUI V. OPPERMANN

RUI VICENTE OPPERMANN

Diretor de Relações Internacionais da Capes



PARTICIPANTE
KELLY TAVARES

KELLY TAVARES

Chefe de Educação para a América Latina e o Caribe – Governo Britânico



PARTICIPANTE
ANTÓNIO MANUEL

ANTÓNIO MANUEL DE ALMEIDA-DIAS

Presidente da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP)

A internacionalização visa promover a mobilidade de estudantes e docentes dentro do contexto da cooperação internacional, com o objetivo de fomentar a excelência acadêmica e o intercâmbio de conhecimentos. Esse processo também assegura um elevado padrão educacional nas instituições de ensino ao contribuir para a formação de cidadãos globais.

Diante disso, quais são as estratégias, programas e políticas atualmente disponíveis para incentivar a internacionalização nas instituições de educação superior?

Professor Rui, como a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) atua para facilitar e fomentar a internacionalização nas instituições de ensino, principalmente as particulares? Quais programas estão disponíveis hoje na Capes para essas instituições?

Rui Vicente Oppermann: A Capes é uma agência que trabalha com a pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, com mestrados e doutorados, para toda a rede de educação superior no Brasil, tanto pública quanto particular. Nossa preocupação deve ser norteadada por uma política de internacionalização, pois acreditamos que os programas de pós-graduação não podem alcançar excelência sem uma base sólida de internacionalização. Essa política é fundamental para elevar a qualidade da educação superior, especialmente da pós-graduação. Independentemente de o programa ser público ou particular, queremos que todos tenham essa oportunidade, para isso, as instituições participantes precisam de um plano estratégico de internacionalização. Não dá para depender de um único professor com relações no exterior; é necessário institucionalizar esse processo. Com base nisso, buscamos tanto apoio orçamentário quanto parcerias de cooperação internacional, de forma a promover essa troca de experiências entre instituições brasileiras e estrangeiras. Sobre a questão orçamentária, a Capes oferece alguns fomentos direcionados às instituições particulares, e cerca de 17% dos programas de pós-graduação no Brasil estão em instituições privadas, assim como 17% das bolsas de estudo. Embora esse número ainda seja baixo, é uma oportunidade para o setor particular melhorar sua performance e investir na pós-graduação e na internacionalização.

Existem alguns desafios, professor Rui. O primeiro, talvez, seja o preconceito de que a Capes não seria o lugar certo para buscar apoio. Muitas vezes, as instituições particulares acreditam que a Capes é voltada apenas para a pesquisa em instituições públicas, no entanto, como o senhor mencionou, há várias formas de aproveitar os recursos da Capes, principalmente para a internacionalização.

Rui Vicente Oppermann: Exatamente. Quando olhamos para o programa Programa Institucional de Internacionalização (PRINT), que é o maior programa de internacionalização que temos, vemos que ele inclui 36 universidades, das quais 30 são federais e apenas 6 são particulares, isso demonstra o desafio que temos pela frente. A Capes faz uma avaliação rigorosa para credenciar programas de pós-graduação, buscando garantir parâmetros internacionais de qualidade, portanto, para alcançar esses parâmetros, é necessário investir, e essa oportunidade está disponível tanto para instituições públicas quanto privadas. Além disso, as instituições particulares possuem mais facilidade em acessar parcerias internacionais de financiamento, a exemplo do Banco Mundial e da União Europeia.

Kelly, como as instituições podem aproveitar os programas de cooperação com universidades britânicas ou outros programas existentes?

Kelly Tavares: Existem vários tipos de programas. O mais importante para uma universidade brasileira que quer iniciar essa jornada é olhar para dentro, entender seus objetivos e quais áreas de conhecimento desejam explorar.

A partir desse entendimento, elas podem buscar parcerias, seja com o Reino Unido ou com outros países, como Portugal. Cada programa possui objetivos diferentes. O programa que mencionei anteriormente, por exemplo, foi sobre a parceria da Universidade de Birmingham com a Amazon FACE, que foi criado especificamente para ajudar a resolver questões como o desmatamento da Amazônia.

Nosso time no Brasil pode ajudar as instituições brasileiras a encontrarem esses programas, pois muitas oportunidades residem em universidades britânicas que querem fomentar parcerias com universidades da América Latina. As universidades estão procurando essas parcerias e existem programas de investimento disponíveis, mas às vezes a informação não está centralizada, então é necessário

procurar individualmente o que as universidades estão fazendo, quais são seus programas, e trabalhar nisso. Eu também acredito, como você bem colocou, na importância das instituições vocacionais por áreas.

Instituições voltadas para a saúde, por exemplo, podem se associar a instituições estrangeiras especializadas nessa área, como na Inglaterra. Também representamos instituições menores, localizadas no interior do Brasil, e outras maiores, com maior capilaridade e professores que buscam essas parcerias, até mesmo em programas de pós-graduação, portanto, é necessário que ocorra esse entendimento por parte das instituições e mantenedores para que sejam feitas as melhores buscas de parcerias para os diferentes tipos de instituições.

Outro grande desafio no Brasil, sendo um país continental, é a questão da língua, principalmente o inglês. Você acredita que essa barreira linguística é uma complicação significativa?

Kelly Tavares: É, de fato, uma barreira muito importante. As universidades refletem a realidade brasileira, e uma pesquisa do British Council indica que menos de 5% da população brasileira possui algum nível de proficiência em inglês, o que reduz significativamente o acesso à internacionalização. No entanto, vejo isso como um problema que podemos resolver dentro das universidades, já que estamos em um ambiente de aprendizado. Minha sugestão é que as universidades brasileiras instituem programas de ensino de inglês internamente. As universidades mais bem-sucedidas nesse processo incluem o inglês no currículo, não apenas como um adicional, mas como parte fundamental do ensino, facilitando o acesso à internacionalização e ajudando os estudantes em suas carreiras.

Rui Vicente Oppermann: Primeiro, realmente há uma deficiência na educação básica em relação ao ensino de línguas, especialmente o inglês. O Ministério da Educação (MEC) está buscando formas de melhorar o ensino de inglês na educação básica, utilizando, inclusive, o apoio de universidades. Em segundo lugar, vivemos em um mundo conectado, e há muitas oportunidades de aprender idiomas pela internet, inclusive por meio de programas gratuitos. Finalmente, os jovens de hoje já têm um maior contato com o inglês, seja pela internet ou por outras formas de exposição. Essa proximidade com a língua pode facilitar o aprendizado, às vezes até por motivação afetiva, como quando viajam e fazem novas amizades.

O inglês e espanhol são idiomas extremamente importantes, mas pensando na língua portuguesa, professor Antônio, poderia nos falar sobre a relação entre Brasil e Portugal para que possamos promover essa cooperação entre as instituições desses dois países?

Antônio Manuel de Almeida-Dias: Nós também queremos incluir o inglês em todos os planos de estudo, mas não com o objetivo de tornar a língua mais importante na formação das pessoas, mas como um instrumento útil para aprender e eventualmente trabalhar em mercados diferentes.

Áreas como a minha — sou médico e professor de medicina — não permitem esquecer a importância da língua materna no ensino da saúde. Isso ocorre porque os estudantes precisam treinar com a população local. Por essa razão, certamente não falarão com os pacientes nos hospitais em inglês; é necessário falar em português. Portanto, a questão da língua deve ser tratada com cuidado, pois há setores nos quais não podemos inverter a ordem natural das coisas.

Os alunos que estudam saúde em Portugal aprendem português desde o primeiro ano para que no 4º, 5º e 6º ano já possam atuar nos hospitais e centros de saúde, comunicando-se diretamente com os pacientes. No entanto, isso não significa que o inglês não deva ser uma disciplina obrigatória; na verdade, o inglês abre portas para quem deseja trabalhar no exterior. Além disso, com as novas tecnologias, é fácil haver professores de outras nacionalidades participando de aulas à distância, o que enriquece o processo de ensino-aprendizagem. Hoje, em vez de termos um único professor responsável por uma disciplina do início ao fim, contamos com vários colaboradores, muitos dos quais são estrangeiros e participam por meio de redes digitais. Isso torna o mundo mais próximo e globalizado.

Em relação à internacionalização, estamos falando de diferentes níveis. A União Europeia deu um exemplo claro de como fazer isso de forma consistente. Foram definidos os ciclos de estudo oficiais — graduação, mestrado e doutorado — e sua duração em créditos, que são a moeda comum dentro do espaço europeu, os ECTS (Sistema Europeu de Transferência de Créditos). Isso nos permite entender o que significa estudar em diferentes países da União Europeia, como a França ou outros. Os diplomas e seus suplementos também seguem um padrão comum, em

inglês e na língua do país. O mais importante é que os planos de estudo seguem padrões internacionais, garantindo que os estudantes adquiram competências transversais, independentemente de estudarem em Portugal, Espanha, França ou Itália. Isso facilita muito a mobilidade profissional.

Precisamos expandir essa ideia além das fronteiras da União Europeia. Embora seja difícil alcançar um mundo verdadeiramente global devido aos desequilíbrios, podemos criar regiões acadêmicas, como o espaço ibero-americano ou lusófono. Recentemente criamos a Rede Acadêmica de Ciências da Saúde da Lusofonia (RACS), com representantes de todos os países lusófonos, incluindo o Brasil, local onde será realizado o Congresso da RACS neste ano. Essa rede é importante porque o ensino da saúde em português é essencial para atender os pacientes nesses países. Ainda que o inglês seja ensinado, é fundamental dominar o português para interagir com os pacientes, uma vez que a maioria deles não fala inglês.

Depois, os planos de estudo nesses países começam a se equilibrar. Cada área da saúde possui equipes representativas de cada nação. Há também uma revista indexada, com resumos em inglês, mas redigida em português; além disso, organizamos um congresso mundial e apoiamos a mobilidade de docentes e alunos por meio do Erasmus.

Em suma, a internacionalização está se aprofundando, impactando as estruturas curriculares, com a mobilidade de professores e alunos se tornando algo natural. Existem vários níveis de internacionalização: o mais simples é a mobilidade, mas o ideal é chegar ao ponto em que tenhamos cursos conjuntos entre instituições de diferentes países, reconhecidos oficialmente por cada um deles.

Esse é um caminho que já está sendo trilhado, embora ainda demore algum tempo. A ideia de uma universidade internacional já existe desde a Idade Média, quando intelectuais viajavam entre países para ensinar e aprender. Esse é o sentido fundamental da internacionalização. A Austrália, por exemplo, está internacionalizando seu sistema educacional em sua região, universidades na Malásia e em outros locais estão adotando esse modelo, contudo, sem a devida proteção do modelo, não alcançaremos o que considero a verdadeira internacionalização, que é uma partilha mais profunda entre as instituições, sem necessariamente fundi-las.

Um dos grandes desafios no Brasil é a validação dos diplomas. Tanto alunos quanto professores precisam da garantia de que, ao estudarem no exterior, conseguirão validar seus diplomas ao retornar ao país. Essa é uma questão crítica, especialmente no contexto das políticas públicas educacionais, que estamos discutindo no CBESP

Gostaria de saber a opinião de vocês sobre a validação de diplomas internacionais e as iniciativas das instituições de ensino particulares nessa área, pois é um desafio que afeta tanto alunos quanto docentes.

Antônio Manuel de Almeida-Dias: Esse é um problema muito importante e que interfere significativamente na internacionalização. Mesmo dentro da União Europeia há dificuldades no reconhecimento dos diplomas para o exercício profissional. Eu posso ter um diploma em uma determinada área, do ponto de vista acadêmico é muito fácil perceber que ele existe é reconhecido, mas quando eu quero exercer a profissão, em certos países surgem as ordens, os colégios profissionais e as associações profissionais e sempre dizem que falta alguma coisa, porque os interesses corporativos das associações profissionais conseguem se sobrepor a algo que deveria ser absolutamente normal. Se a pessoa tem uma formação em uma área reconhecida internacionalmente, por que depois não pode exercer a profissão?

Vou dar o exemplo da relação Brasil-Portugal. No caso dos médicos odontologistas, por exemplo, ninguém questiona que os médicos dentistas formados no Brasil são de boa qualidade, no entanto, se esses profissionais vão para Portugal, apesar de as universidades brasileiras serem reconhecidas e a formação ser aceita para progressão de carreira, dificilmente se reconhece a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho por meio da inscrição nas ordens ou associações profissionais, como a Ordem dos Médicos, por exemplo. Este é um dos problemas que precisamos trabalhar em conjunto para resolver. Não é apenas uma questão entre Brasil e Portugal, mas também entre Portugal e Itália, por exemplo. Nós formamos fisioterapeutas conforme os padrões internacionais de Bolonha, muitos italianos estudam em Portugal, mas quando voltam à Itália são informados de que ainda falta algo exigido pela associação profissional.

Em Portugal começamos a perceber uma interferência, que considero abusiva, das ordens profissionais no ensino superior. Isso ocorre, em parte, por culpa da agência que acredita e avalia, dá ouvidos às ordens profissionais e não limita o escopo daquilo que é ensinar, aprender, investigar e pesquisar nas instituições. Não é apenas uma questão de as universidades entenderem o mercado de trabalho. Ontem li uma notícia que me deixou muito preocupado, pois me fez pensar o que estamos fazendo de errado no ensino superior.

A China, por exemplo, desde 2016, tem 30% do ensino superior privado, e agora esse número subiu ainda mais. Eles têm 40 milhões de estudantes no ensino superior, mas mais de 20% das pessoas com graduação estão desempregadas. Nós temos a preocupação de atingir determinados objetivos, na Europa nós lutamos para que mais de 50% dos cidadãos tenham formação superior, mas começamos a ter um número preocupante de desempregados qualificados.

Onde está o erro? Algo não está funcionando bem. Ao mesmo tempo, em áreas onde precisamos de profissionais qualificados, há escassez. O ensino superior precisa refletir sobre o que está produzindo. O mundo é global, a internacionalização é necessária, e não deve haver barreiras ao conhecimento. No entanto, devemos entender que tipo de intervenção estamos fazendo na sociedade, já que há tantas pessoas qualificadas e desempregadas.

Professor Rui, poderia falar um pouco sobre o papel da Capes na internacionalização?

Rui Vicente Oppermann: Nós estamos, no âmbito do MEC e da Capes, discutindo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) o acordo de reconhecimento de títulos. Existe o acordo internacional e o regional, mas é muito difícil, poucos países são signatários, especialmente na América Latina, onde há muito receio. Já participei de algumas reuniões internacionais a esse respeito e vejo as dificuldades, porque apesar de tudo, mesmo que o MEC recomende, é necessário passar pelo Congresso para que ocorra a aprovação.

A Argentina voltou para o ARCU-SUL, que faz o credenciamento de universidades a partir de determinados cursos. Esses cursos, por sua vez, são acreditados, e na medida que isso acontece, há o reconhecimento da carreira dentro do âmbito da universidade, o que significa que, em tese, as universidades reconhecem como

título, mas há um porém: no Brasil, o MEC possui o Inep e a Capes como agências de acreditação de qualidade. No momento em que fazemos o reconhecimento de um programa, ele se torna oficial, ou seja, o diploma emitido em Portugal, caso ocorra o reconhecimento da Capes, também é reconhecido nacionalmente. Essas agências que não são ligadas a Capes sugerem aos seus governos que os títulos sejam reconhecidos, isso faz com que a pessoa precise passar por todo o processo burocrático.

Na Medicina, por exemplo, nós estamos com o Revalida, pois há inúmeras faculdades de medicina na fronteira entre o Brasil e países latino-americanos que “imprimem diplomas” e quando vêm para o nosso país, querem o reconhecimento automático. Pensando nisso, o Revalida foi uma iniciativa importante, pois exige um teste de conhecimento teórico e prático. Dito isso, dentro do âmbito da pós-graduação, alguém que venha da África, por exemplo, para realizar um doutorado no Brasil, não precisa revalidar o seu diploma. A revalidação é apenas para exercício profissional, algo muito importante, pois a internacionalização fica pouco afetada por isso.

Antônio Manuel de Almeida-Dias: Quero mencionar que em Portugal e na maior parte dos países europeus acontece algo semelhante. O reconhecimento dos títulos para progressão de estudos é direto. Nos casos do espaço europeu, todas as instituições já foram avaliadas internacionalmente, portanto, não se trata de uma questão de falta de avaliação. Agora, há uma proposta de encerramento de três ou quatro universidades em Portugal, porque foram avaliadas e não atingiram os objetivos previstos.

O problema é o que vem depois, pois embora o título seja reconhecido para progressão de estudos, se a pessoa quiser exercer a profissão no país, surgem barreiras. É muito importante para nós que um número significativo de brasileiros vá para Portugal, pois eles nos ajudam a resolver a questão demográfica de maneira rápida e se integram muito bem. O problema é que eles levam o diploma e querem exercer a profissão, então entram as ordens profissionais e as associações com os impedimentos. O processo burocrático é extremamente demorado. No caso de países não lusófonos, as associações profissionais exigem um exame de português de nível elevado, além do diploma, para permitir o exercício da profissão. Essas questões corporativas são difíceis de superar.

Professora Kelly, peço que faça suas considerações finais.

Kelly Tavares: É Realmente complicado e dá muito trabalho promover a internacionalização. Muitas vezes o estudante, quando decide fazer um curso no exterior, não sabe da grande quantidade de burocracia e documentação envolvida para poder exercer a profissão no país de origem. O fato é que precisamos lidar com o processo e garantir a qualidade e o reconhecimento.

No nosso caso, no Reino Unido, decidimos, em vez de tentar resolver o problema como um todo, começar por áreas específicas. Estamos trabalhando em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e com o programa de bolsas Chevening, que são oferecidas para estudantes brasileiros que vão fazer mestrado no Reino Unido.

Quando eles voltam, precisam que seus diplomas sejam reconhecidos aqui, então estamos desenhando um processo junto com a Universidade Federal para acelerar o reconhecimento desses diplomas. Não resolveremos o problema do reconhecimento entre o Reino Unido e o Brasil da noite para o dia, mas decidimos começar com esse piloto. Depois, pretendemos apresentar o processo ao MEC para ver se pode ser aplicado ao restante do Brasil, para promover assim o reconhecimento mútuo entre os dois países.

Ficha técnica:

Apresentação: Camila Griguc

Edição de vídeo: Eduardo Viana

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Katiana Santiago

ESPECIAL CBESP | Episódio 13

Educação empreendedora e seu papel no desenvolvimento de jovens do CadÚnico

05/09/2024



JANGUÊ DINIZ

Presidente do Instituto Êxito de Empreendedorismo



SAUMÍNEO NASCIMENTO

Diretor do Departamento de Apoio à Inserção do Trabalho do MDS



WILSON RODRIGUES

Fundador e Diretor-Geral da Faculdade do Comércio

Um protocolo de intenções entre a ABMES e o Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) prevê mecanismos de cooperação voltados para a promoção de inclusão socioeconômica de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), por meio da oferta de ações de apoio à inserção ao mundo do trabalho.

A iniciativa deverá envolver ações de educação, com a participação de instituições de ensino superior, que atuarão, conforme interesse, na capacitação de pessoas para o empreendedorismo.

Antes de perguntar algo a vocês, quero explicar algo para quem nos acompanha: diferentemente do que muita gente pensa, o empreendedorismo não se resume a criar empresas ou CNPJs. O empreendedorismo deve ter uma conotação social, cujo conceito e preceito ético visam criar valor tanto para a própria pessoa e sua família quanto para a sociedade em que o empreendedor está inserido. Afinal, o empreendedorismo é atitude, ação, estado de espírito e estilo de vida. É sobre criar e fazer acontecer.

Em minha visão, como escrevo em um dos meus 34 livros, chamado "A Arte de Empreender", o empreendedorismo é transformar pensamentos em ação e sonhos em realidade. Você pode empreender em diversos setores e áreas, mesmo sem ter um CNPJ. Um advogado, por exemplo, pode fazer diferente, pode ser criativo e inovador. O conceito essencial do empreendedorismo é justamente fazer diferente, ser criativo e inovador. Não basta repetir o que todos fazem. Isso, para mim, não é empreender.

Você pode ser um intraempreendedor, inovando dentro do CNPJ de outro, desde que faça mais do que o seu patrão pede. É possível empreender no setor público, como eu fazia enquanto juiz federal, procurador do Ministério Público da União e professor de universidade federal. Eu me considerava um servidor público empreendedor. Além disso, é possível empreender no terceiro setor, através de organizações sociais.

É evidente que criar empresas também é uma forma de empreender, mas antes disso, eu ensino aos meus mentorandos que é fundamental empreender em sua própria vida. O que isso significa? Acreditar em si mesmo, desenvolver habilidades socioemocionais, sonhar, transformar esse sonho em um projeto de vida e realizá-lo. É preciso se livrar das crenças limitantes e padrões negativos e dizer para si mesmo: "Não importa de onde venho, mas sim para onde quero ir."

A educação empreendedora é de extrema importância para a vida de um país. Devemos inserir na cabeça dos jovens que eles precisam desenvolver suas habilidades socioemocionais, acreditando em si mesmos, para que possam adquirir inteligência emocional, autoconfiança e autoestima. Com isso, fica muito mais fácil desenvolver habilidades técnicas.

Com base nessas considerações, gostaria de começar com o Saumíneo. Você é diretor do departamento de apoio à inserção do trabalho no Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), correto? O que você pensa sobre a educação empreendedora e como o Ministério está fomentando essa educação em nossa sociedade?

Saumíneo Nascimento: O MDS possui uma atuação forte, ele é responsável pelos benefícios sociais do governo federal, como o bolsa família. Atualmente, existem 96 milhões de brasileiros na pobreza e que estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), e dessa quantidade, existem 56 milhões que estão aptos para trabalhar e/ou empreender, portanto, essa é uma ação de inclusão socioeconômica que buscamos desenvolver pela via do trabalho ou empreendedorismo. Na via do empreendedorismo nós estamos desenvolvendo ações, com diversos parceiros no país, no sentido de levar a educação empreendedora para este público-alvo.

Vale dizer que, desse nosso público de 56 milhões, quase 3 milhões possuem curso superior, 19 milhões possuem ensino médio completo e 7,5 milhões possuem ensino médio incompleto, portanto, são aproximadamente 30 milhões de pessoas que possuem as bases mínimas necessárias para obter uma educação empreendedora prática e que possa habilitá-las a desenvolver um negócio e alcançar o sucesso. Nós firmamos uma parceria com a ABMES e o Instituto Êxito de Empreendedorismo

recentemente, há uma grande expectativa para que, ao utilizar a extensão universitária que as instituições de ensino superior possuem, nós consigamos alcançar os nossos objetivos.

Como professor, eu lecionava o curso de Introdução à Economia e ficava feliz quando chegavam alunos de outros cursos. Recordo que eu perguntava o porquê de eles fazerem aquele curso e as respostas eram alinhadas com a importância e preocupação sobre o mercado nos diferentes setores. A educação empreendedora é fundamental em qualquer formação, seja para um pequeno ou grande empreendedor. Aliado a isso, estamos em tratativas para disseminar o microcrédito produtivo orientado em todo o país, que é uma exigência legal a qual os bancos devem desenvolver, porém, o mapa que temos no Brasil mostra que ele está concentrado na região Nordeste, que possui uma grande necessidade deste crédito, mas o Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul também precisam. Em virtude disso, estamos em uma força-tarefa para desenvolver ações com as instituições financeiras públicas e privadas para que elas implementem o microcrédito produtivo orientado via o programa Acredita, visando dar apoio financeiro adequado e suficiente aos microempreendedores que estão iniciando os seus pequenos negócios.

O Saumíneo citou o Instituto Êxito de Empreendedorismo e o convênio que foi firmado entre ele, o MDS e a ABMES. O Instituto Êxito foi criado com o objetivo de ajudar os jovens de escolas públicas a desenvolverem suas habilidades socioemocionais e técnicas, de forma a extrair o dom empreendedor que todos carregam, mas que muitas vezes não conseguem utilizá-lo, até porque o empreendedorismo possui uma conotação social: se você é de uma família empreendedora é muito mais fácil se desenvolver, caso contrário, mesmo tendo o dom, é muito difícil se desenvolver como um empreendedor. Atualmente possuímos mais de 500 associados e mais de 1000 cursos, que levamos para jovens de escolas públicas, mais de 100 mil jovens já passaram por lá e agora, com essa parceria, acredito que passaremos dos milhões para poder levar esses cursos gratuitos a fim de auxiliá-los no desenvolvimento de suas habilidades e competências empreendedoras.

Precisamos formar cidadãos com uma mentalidade empreendedora e de trabalhabilidade, não apenas focados na empregabilidade. Antigamente, o objetivo principal era conseguir um emprego, mas hoje o cenário mudou. Com a automação e a inteligência artificial, muitos postos de trabalho estão desaparecendo. Por isso, devemos formar cidadãos com uma mentalidade de trabalhabilidade, ou seja, com

uma visão empreendedora, que possam inicialmente empreender em suas próprias vidas e depois criar negócios que gerem renda, riqueza e até mesmo empregabilidade para aquelas profissões que se mantiverem ou surgirem.

Wilson, qual a importância da educação empreendedora? Vocês também estão promovendo isso no CDL, incentivando a contratação de pessoas com essa mentalidade empreendedora, que sejam intraempreendedores, capazes de inovar e contribuir para o desenvolvimento das empresas em que atuam?

Wilson Rodrigues: Sou de uma família de empreendedores, portanto, acredito que isso influencia bastante minha visão sobre o assunto. Além disso, faço parte da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), uma entidade com 130 anos de história e que é, sem dúvida, a casa do empreendedor brasileiro. Ao longo desses 130 anos, sempre trabalhou em prol do pequeno empreendedor brasileiro. Vale lembrar que 85% dos empregos diretos no Brasil vêm do micro e pequeno empreendedor. Infelizmente, muitos desses empreendedores não possuem qualificação, por isso, há quatro anos, criamos a Faculdade do Comércio, uma instituição de ensino vinculada à rede das associações comerciais, com o objetivo de oferecer qualificação empreendedora a esses micro e pequenos empresários.

Nosso grande desafio é justamente transmitir essa mentalidade empreendedora, que é, acima de tudo, uma maneira de enxergar e realizar a própria vida. Como você bem disse, empreendedorismo é um estilo de vida e uma forma de realizar sonhos, não apenas para si, mas também para os outros. Nem todos têm essa visão naturalmente, mas acredito que a educação pode ajudar a desenvolver essa mentalidade.

Precisamos ensinar os jovens a superarem crenças limitantes e a saírem de uma mentalidade fixa e de escassez, para que entendam que são capazes de criar riqueza e transformar suas vidas.

Wilson Rodrigues: Para mim, essa mudança de mentalidade é essencial. Muitas vezes olhamos para países como os Estados Unidos, onde "fazer dinheiro" é um

conceito natural. Aqui no Brasil ainda temos uma visão de passividade em relação à riqueza, como se ela fosse algo que caísse do céu. Precisamos virar essa chave e ensinar os jovens que riqueza se cria ou conquista, não se ganha passivamente. O grande desafio é tornar o aprendizado inspirador e motivador. Devemos mostrar exemplos de sucesso que os jovens possam reconhecer, sem necessariamente citar nomes internacionais. Existem muitos exemplos de pessoas que fizeram a diferença aqui no Brasil.

O primeiro ponto nessa abordagem, para deixarmos de aplicar essa aula chata, é a questão inspiracional. O segundo ponto é tratar das habilidades socioemocionais. Estou plenamente de acordo com o fato de que precisamos abordar essas virtudes comportamentais, que são a base para o empreendedorismo. Resiliência e fortaleza são essenciais e empreender é ter resiliência e fortaleza. Muitos jovens da geração Z, dos anos 90, foram poupados de muitas coisas, diferente dos jovens da geração pós-guerra e dos baby boomers, que enfrentaram desafios para encontrar um propósito.

Muitos estudos indicam que essa geração é apática, sem propósito, que não quer realizar ou fazer. Além disso, há o aspecto de como o empreendedorismo é promovido, como se fosse simples criar um 'unicórnio' logo após a formatura. Criar um unicórnio é para uma porcentagem ínfima desse mercado, se você não criou um unicórnio, não é um perdedor. Crie sua pequena ou média empresa e está ótimo. Você está gerando riqueza e empregos, o que é muito positivo. Por último, um ponto importante: no passado, bastava ter tino comercial para ser bem-sucedido, devido à baixa concorrência. Hoje, apenas audácia e improviso não são suficientes. É preciso um cabedal de conhecimentos técnicos, as chamadas hard skills, para ter algum sucesso razoável. Portanto, na minha visão, os três pilares são o aspecto inspiracional, as virtudes comportamentais e o aspecto técnico.

Em relação a soft skills e hard skills, as habilidades socioemocionais e técnicas, acredito, com base em estudos científicos, que as habilidades socioemocionais são ainda mais importantes que as técnicas.

O livro “O Jeito Harvard de Ser Feliz” (no original, “The Happiness Advantage”, de Shawn Achor, traz um experimento em que uma empresa contratou um grupo de empregados com base em habilidades emocionais, ou seja, eram otimistas, positivos, sabiam lidar

com pessoas, fazer networking e lidar com estresse, enquanto outros grupos de pessoas eram altamente capacitadas tecnicamente, mas sem essas habilidades emocionais. No primeiro ano, o grupo com habilidades emocionais teve 19% a mais de produtividade, mesmo sem habilidade técnica específica; no segundo ano, esse aumento foi de 57%. Isso ocorre porque, quando você acredita em si e possui habilidades emocionais, fica mais fácil aprender as técnicas. Quem só possui habilidades técnicas, sem as emocionais, não é um profissional completo. Outra questão que você mencionou, sobre modelagem, é algo que abordo no meu livro “O Código Secreto da Riqueza”, meu 32º livro. Nele, exploro 12 chaves que trarão sucesso, prosperidade e riqueza financeira, contando minha história e como consegui sair de Santana dos Garrotes, uma cidade com 6 mil habitantes, e entrar para a lista da Forbes, tendo estudado sempre em escolas públicas.

Ao longo do caminho, identifiquei chaves importantíssimas para o sucesso humano, como a programação mental e a modelagem. Para as gerações mais novas, é essencial aprender com modelos reais. Modelar figuras brasileiras de destaque é importante, como Antônio Ermírio de Moraes, Camargo Corrêa, Amadeu Aguiar e João Carlos Paes Mendonça, Guilherme Benchimol, André Esteves, Jorge Paulo Lemann, entre tantos outros. É importante citar essas figuras para os jovens e destacar a modelagem como chave para o sucesso.

Lanço uma pergunta a quem nos acompanha: quantos modelos de inspiração vocês têm, especialmente brasileiros? Quantas pessoas vocês estudam, procurando entender o que fizeram em suas vidas e os erros que evitaram, para poderem chegar mais rapidamente onde desejam? Essa é a chamada chave da modelagem, algo que utilizei muito em minha vida, ao modelar pessoas para alcançar meus objetivos de forma mais ágil.

Wilson Rodrigues: A primeira abordagem é inspiracional mesmo. A exemplo do Janguiê, cito aqui um livro que é praticamente uma bíblia no mundo dos negócios: “Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes”, de Stephen R. Covey (1989). O autor dedica metade do livro para falar sobre a base comportamental, antes mesmo de introduzir os sete hábitos em si. Covey destaca que a conduta humana é o que

comunica com mais eloquência, é o comportamento que realmente fala por nós.

Saumíneo, através do MDS, como conseguiremos alcançar tantas pessoas com a educação empreendedora? Como as Instituições de Ensino Superior e o próprio Instituto Êxito podem contribuir? Quando tudo isso começa?

Saumíneo Nascimento: A previsão de início é para o segundo semestre. A ideia é utilizar a carga horária obrigatória da extensão universitária para capacitações em empreendedorismo. Alunos, orientados por professores, utilizarão o material disponibilizado pelo Instituto para se prepararem e depois transmitirem essas capacitações ao público do Cadastro Único. Esse projeto será desenvolvido em parceria com outras instituições e ajudará essas pessoas a empreenderem e sustentarem seus negócios.

Primeiro, os alunos serão capacitados tanto na extensão universitária quanto em aulas práticas e, posteriormente, repassarão esse conhecimento ao público. Com essa capacitação, espera-se que os participantes possam não só desenvolver seus negócios, mas obter acesso ao crédito, que é um fator crucial para o crescimento de qualquer empreendimento. Sobre o microcrédito, compartilho alguns dados que obtivemos com a consultoria contratada pelo MDS: apenas 9% da população possui acesso ao microcrédito, 40% afirmam que não precisa, 17% não conhecem a possibilidade (devido à falta de informação), 16% dizem que os bancos não oferecem e 14% consideram as taxas de juros altas. Curiosamente, 40% recorrem ao cartão de crédito, uma das opções de crédito mais caras, seguido pelo financiamento com fornecedores e o uso do cheque especial. Com esses dados, estamos desenvolvendo ações para expandir o microcrédito e oferecer apoio aos empreendedores, especialmente urbanos, que não contam com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), disponível para empreendedores rurais com taxas reduzidas.

Para os pequenos empreendedores, nós criamos o Programa Acredita, que começará a funcionar em julho, com um diferencial importante: um fundo garantidor de crédito, com recursos do próprio Ministério, que possibilitará a redução das taxas de juros e diminuirá o risco para os bancos. Com a capacitação, as pessoas irão empreender de forma adequada, com apoio das instituições de ensino superior e

dos estruturadores de negócios, que ajudarão no desenvolvimento e acompanhamento de planos de negócios. Esses estruturadores não serão remunerados pelo banco ou pelo tomador do crédito, mas pelo próprio MDS. Recebemos também recursos de um banco alemão para remunerar esses estruturadores de negócios, que poderão ser tanto instituições de ensino superior, quanto entes privados que se disponham a estruturar esses pequenos empreendimentos.

Ao longo dos meus 40 anos em um banco público federal, muitos pequenos empreendedores alcançaram o sucesso. Um exemplo que me marcou foi o de uma senhora que, após perder seu emprego de empregada doméstica, usou o microcrédito para começar a vender calcinhas. Hoje, ela possui três lojas e deixou de receber o Bolsa Família, pois conseguiu ascender no empreendedorismo.

Na Secretaria de Inclusão Socioeconômica nós avaliamos mensalmente quantas pessoas deixaram de receber o Bolsa Família em virtude da ascensão econômica, pois nosso pensamento é promover o crescimento econômico para que as pessoas possam depender cada vez menos de benefícios assistenciais. Para isso, o Programa Acredita traz um conjunto de medidas que facilitam o acesso ao microcrédito produtivo, contando com bancos públicos e privados, agências de fomento e fintechs. Esse microcrédito produtivo orientado será direcionado, em grande parte, ao público do Cadastro Único, ajudando a fomentar o empreendedorismo em um segmento que é vital para o desenvolvimento socioeconômico do país."

A associação está promovendo a educação empreendedora por meio da Faculdade do Comércio. Poderia dar mais detalhes de como isso acontece?

Wilson Rodrigues: Em 2018 tivemos a ideia de criar uma instituição de ensino para qualificar o pequeno empreendedor. Entramos com o pedido no MEC, em 2020 nossa faculdade foi credenciada, então iniciamos a operação. Atualmente são 17 cursos, a maioria na área de gestão e negócios, com foco em cursos tecnológicos, associada à ABMES. Existe uma rede de associações comerciais no país, com 2.300 associações que, embora sem fins lucrativos, são privadas e dependem do livre associativismo. Apenas se associa quem vê valor nisso; nós não dependemos de dinheiro público nem recebemos imposto sindical, vivemos da livre contribuição. O processo de filiação pode incluir tanto pessoas físicas quanto jurídicas,

mas geralmente são pequenos empreendedores, que não possuem ninguém para vocalizar seus interesses. As associações comerciais assumiram o papel de representar esses interesses, sendo a voz do pequeno empreendedor, não por acaso, que na Associação Comercial de São Paulo surgiu o microempreendedor individual, o MEI. Aliás, antes disso, em 1988, por meio do deputado constituinte Afif Domingos, conseguimos inserir na Constituição Federal um artigo que determinava que o pequeno empreendedor teria um tratamento tributário diferenciado. A partir deste comando constitucional, várias leis complementares foram criadas para regulamentar o que foi estipulado, como o MEI, o Simples Nacional e o Cadastro Positivo. Saumíneo, por favor, faça suas considerações finais.

Saumíneo Nascimento: Reforço que devemos confiar no potencial do nosso país. Podemos transformar nossa realidade com capacidade e competência. No Rio Grande do Sul, por exemplo, estamos transformando uma tragédia em um canteiro de obras e ações que recuperem a economia do estado. Precisamos quebrar barreiras territoriais preconceituosas para construirmos um país mais competitivo. Não basta ser uma das maiores economias do mundo, se nossa população passa fome e vive na pobreza. Venho do setor financeiro, onde comecei aos 15 anos, mais tarde fui gestor e presidente de instituições de ensino superior, então acredito que o empreendedorismo pode transformar pequenos negócios em grandes negócios, o que colocará o país em um patamar muito mais avançado de desenvolvimento, para assim construirmos um país melhor para as gerações que estão chegando.

Wilson, por favor, faça suas considerações finais.

Espero que os educadores, dirigentes e líderes que nos acompanham tenham entendido a essência do que falamos. Precisamos ensinar nossos jovens a ter uma perspectiva empreendedora. Essa educação deve ser inspiradora e criar exemplos para que os jovens se motivem com as figuras do nosso próprio país, sem apenas olhar para o Vale do Silício. Essa base comportamental, com resiliência, adaptabilidade e criatividade, é essencial para o empreendedorismo. Além disso, a qualificação técnica é necessária; precisamos entender sobre orçamentos, planos de negócios, marketing e redes sociais.

Encerramos com a seguinte mensagem: adquira a mentalidade empreendedora e seja obstinado para fazer a diferença.

Ficha técnica:

Apresentação: Camila Griguc

Edição de vídeo: Eduardo Viana

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Katiana Santiago

Episódio 14

Criatividade se ensina?

13/09/2024



DÉBORA GUERRA

Vice-presidente da ABMES



MAURICIO BECKER

Coordenador Executivo de Projetos Inovadores
da UCB



JOSIANE TONELOTTO

Superintendente do Centro Universitário Belas
Artes

O baixo desempenho dos estudantes brasileiros em avaliações internacionais não é surpreendente, mas o recente estudo da OCDE revela um novo desafio: a baixa criatividade dos alunos. No estudo Pisa 2022, o Brasil ocupou a 44ª posição em criatividade entre 57 países, com 54,3% dos estudantes apresentando baixo nível criativo ao resolver problemas sociais e científicos.

Este resultado é paradoxal para um país conhecido por sua criatividade em artes e esportes, o que indica uma possível desconexão entre a educação formal e as práticas criativas desenvolvidas fora da escola.

Como melhorar esse cenário? Criatividade é um “dom” ou algo que se aprende? Vamos falar sobre isso?

Vamos direto para a pergunta principal: afinal de contas, na visão de vocês, a criatividade se ensina ou é um dom? Poderia começar, professora Débora?

Débora Guerra: Acredito que temos criatividade desde criança, sempre brincando e imaginando. Com o passar do tempo, à medida que crescemos, amadurecemos, nos tornamos adolescentes e adultos e perdemos essa liberdade de errar e acertar, algo que é fundamental para a criatividade. A criatividade está dentro de nós e acredito que, com técnicas, é possível resgatá-la na vida adulta. Ela é importante para o nosso cotidiano, no trabalho e nos desafios que enfrentamos, é essa capacidade de criar que nos ajuda a resolver problemas e evoluir, e apesar de ser algo inato, a criatividade pode ser desenvolvida ao longo da vida.

Josiane Tonelotto: Concordo com a Débora e acredito que, primeiramente, é preciso diferenciar os tipos de criatividade sobre os quais falamos. Existe aquela extraordinária, que por muito tempo foi vista como um dom exclusivo de grandes artistas, algo que não poderia ser compartilhado. Esse tipo de criatividade, a expressiva, está normalmente ligada às emoções e a um potencial inato, como disse a professora Débora, mais evidente em alguns períodos da vida.

Com o tempo, e à medida que a criatividade foi estudada, ela passou a ser vista como uma função cognitiva e uma habilidade de resolução de problemas. Uma pessoa criativa é conhecida por ser flexível e saber lidar bem com diferentes problemas, o

que é uma competência muito requisitada, e diversos organismos internacionais a veem como um requisito para a educação superior. Embora eu acredite que a criatividade tenha uma parte inata e outra aprendida, a capacidade de ser criativo varia de pessoa para pessoa. Em nossa escola, na Belas Artes, acreditamos que a criatividade pode ser ensinada, tanto que é tema do currículo em todas as carreiras. Medimos a criatividade dos nossos alunos do início ao fim do curso, trabalhando essa competência ao longo da formação.

Professor, Maurício, você se considera criativo?

Maurício Becker: Ao trabalhar com inovação, precisamos entender o processo de criatividade, e não necessariamente ser criativos. Na instituição, estimulamos alunos e colaboradores a pensarem fora da caixa a partir dos problemas do dia a dia. Costumamos dizer que quem trabalha com inovação precisa gostar de problemas e ter uma mente aberta, como comentou a professora Débora, sobre errar para acertar. Na inovação, errar muitas vezes é mais importante que acertar de primeira, pois mostra que você testou várias vezes uma ideia que pode se tornar uma inovação.

Essa ideia também surge da curiosidade e da criatividade inata, além do ambiente e das pessoas ao nosso redor, e até da presença ou ausência de regras. Na infância, temos menos regras e mais liberdade para sermos criativos, mas conforme amadurecemos, as regras aumentam, o que pode limitar nossa criatividade. O Fórum Econômico Mundial destaca o pensamento criativo como uma das competências essenciais para o presente e o futuro, e nós, como profissionais de inovação e criatividade, precisamos nos manter atualizados para entender e desenvolver essa habilidade, mesmo em ambientes que, infelizmente, muitas vezes limitam os estudantes em encontrar soluções criativas.

Acredito que todo estudante deseja ser criativo, e se ainda não sabe, certamente quer aprender. Professora Josiane, gostaria de complementar?

Josiane Tonelotto: O que o Maurício disse é fundamental, pois ao contrário do que muitos pensam, a busca por uma solução para um problema não ocorre por mágica. Há sempre um repertório prévio, e quanto mais ele é desenvolvido, mais

fácil se torna encontrar soluções. A estratégia de errar e acertar e de ultrapassar limites tem um papel central e depende do conhecimento adquirido ao longo do tempo.

Essa ideia de que "nada se cria, tudo se copia" reflete um pouco sobre como a criatividade é vista. Na opinião de vocês, copiar e acrescentar algo autêntico faz parte da criatividade?

Josiane Tonelotto: Entendo que sim. A criatividade nem sempre está ligada à originalidade, a inovação está mais próxima disso e a criatividade é o combustível para a inovação. Muitas vezes precisamos de boas visões de outras pessoas que já pensaram e refletiram sobre uma questão, pois com isso, podemos avançar e acrescentar nossa visão. Ao usarmos inteligência artificial para gerar textos, por exemplo, nos inspiramos em ideias existentes e isso não nos torna menos criativos. O brasileiro é conhecido por ser criativo nas artes e nos esportes, porém, no ensino, em desafios educacionais, os estudantes brasileiros, segundo a pesquisa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) de 2022, ainda apresentam um desempenho baixo. A que se deve isso?

Josiane Tonelotto: Isso tem a ver com o método de avaliação. O exame PISA avalia situações práticas e resolução de problemas, um tipo de criatividade mais associada ao nível educacional. Muitos esperavam que o desempenho em criatividade fosse excelente, mas ele reflete as falhas educacionais, desde a base até o ensino superior, o currículo ainda não favorece plenamente o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico. Esse resultado baixo mostra a relação entre criatividade e desempenho acadêmico. Quanto menos a criança é exposta a um ambiente que permite explorar e se manifestar livremente, mais limitado será seu desenvolvimento criativo.

Débora Guerra: Penso que não só na educação básica, mas também no nosso ensino superior, a criatividade fica podada pelo conteúdo. Nós somos extremamente conteudistas, a educação básica é exageradamente conteudista para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e nós, no ensino superior, também somos para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o mercado de trabalho, então quando conversamos com os docentes, nos deparamos com o dilema de como criar novas metodologias ou trabalhar com uma sala de aula mais criativa, dinâmica e interativa se é preciso entregar um conteúdo? Do lado do aluno, o entendimento é de que ele só precisa decorar para uma prova, que muitas vezes é considerada

punitiva, pois ser imposta uma nota como forma de comprovar que o estudante obteve aprendizado. Essa é uma questão muito importante para discussão de política pública que precisamos desenvolver com o Ministério da Educação (MEC) e com todos os órgãos governamentais, da educação básica ao ensino superior.

O conteúdo pelo conteúdo não entrega algo tão relevante para a sociedade e o desenvolvimento. O que realmente entrega é todo o desenvolvimento e a solução desses problemas da nossa comunidade são as grandes discussões. O conteúdo é a base, uma teoria que você pode estudar de alguma forma, em algum lugar, inclusive a inteligência artificial, como a professora Josiane mencionou, está muito presente. Nós ficamos muito em cima do processo e não de criatividade, inovação, raciocínio lógico. Um desafio importante e que precisamos discutir é o quanto o conteúdo realmente é relevante e o quanto, na verdade, a interação em sala de aula, entre professor e aluno, em um ambiente mais amplo, poderia ser em qualquer lugar. A sala de aula não precisa ser um espaço quadrado e fechado, pode ser em um jardim, em um espaço maker, em um museu etc., para discutir qualquer disciplina que aquele aluno está estudando. Para mim, fica o desafio: menos conteúdo e mais significado para os nossos alunos.

Maurício, como fica o papel dessas práticas pedagógicas na promoção da criatividade? A Débora até citou a importância de sair um pouco do ambiente da sala de aula. Será que existem outros métodos, outros exemplos que se mostram mais eficazes nesse sentido de explorar mais a criatividade humana?

Mauricio Becker: Com certeza. No Grupo Beck, sou responsável pelo projeto de educação maker de todos os colégios da Católica mantidos pela Associação Brasileira de Educação Católica (ABEC). Reforço o que já foi dito aqui: é muito difícil fazer inovação e trabalhar a criatividade nos currículos da educação básica e superior hoje no Brasil por uma série de fatores. Existem currículos ainda muito conservadores no Brasil, além disso, existe uma pressão das famílias, a pressão parental na educação básica, para que os filhos tenham um bom desempenho em notas e processos seletivos, como o Programa da Avaliação Seriada (PAS) e o Enem. Nos processos seletivos, muitas vezes faltam abordagens mais criativas, que incentivem os estudantes a serem criativos na resolução de problemas, e não apenas

na retenção de conteúdo. Os professores também são pressionados por escolas e instituições para cumprir o conteúdo programado para o semestre ou ano letivo, o que muitas vezes impede a busca por metodologias alternativas que engajem os estudantes e estimulem a criatividade.

Mesmo que queiramos fazer inovação e estimular a criatividade, precisamos ter em mente que, principalmente no setor privado, o aluno da educação básica privada que vai para superior frequentemente carrega uma mentalidade conteudista e, muitas vezes, cobra do professor esse conservadorismo em sala de aula. Além disso, temos as famílias e outros fatores que dificultam e fazem com que precisemos atender às necessidades desses estudantes-clientes para não os perdermos. Mencionei a educação maker, que chamamos de "educação maker" e não só de "cultura maker", pois é uma forma que encontramos, dentro das disciplinas da educação básica, para trabalhar a resolução de problemas de forma criativa. O professor continua abordando o conteúdo dentro da disciplina, mas precisa realizar atividades maker com os estudantes, para que eles encontrem soluções criativas. Inclusive, hoje usamos inteligência artificial em sala de aula para que o aluno "dialogue" com essa IA e encontre soluções inovadoras para os problemas apresentados.

Além das metodologias, precisamos abrir o currículo para trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar. Há várias tecnologias digitais gratuitas que podem ser usadas em sala de aula e no ambiente escolar ou superior, ambientes ainda fortemente influenciados pelo modelo de cadeiras enfileiradas, do Império Britânico, voltado à retenção de conteúdo para posterior demonstração em avaliações e processos seletivos.

No caso do laboratório maker, trabalhamos tanto com atividades dentro da sala de aula quanto no laboratório maker. No laboratório, o professor pode realizar atividades mais amplas com tecnologia, como impressoras 3D ou robótica. Dentro da sala de aula, atividades podem não utilizar tecnologia digital, mas ainda serem atividades maker, focadas no "hands-on" e não apenas no conteúdo.

Josiane Tonelotto: Eu gostaria de complementar o que a professora Débora mencionou sobre o conteúdo. Embora eu acredite que se possa desenvolver criatividade com metodologias para isso, nos currículos com os quais trabalho, por exemplo, na Belas Artes, metade das atividades são práticas. O professor, no entanto, muitas vezes se preocupa em entregar o conteúdo previamente definido, sem perceber que

certos momentos são mais valiosos para o estudante do que cobrir todo o conjunto de informações. A reflexão da professora Débora é importante: precisamos refletir sobre o que são, de fato, esses espaços e as atividades de extensão, que geram criatividade e projetos transformadores para os alunos. Para tal, é essencial ter professores que, de fato, vibrem com isso, vistam essa camisa, entendam essa necessidade e não se limitem a levar tudo pronto para o aluno apenas cumprir. Considero muito interessante essa fala da Débora, que se alinha ao que Maurício comentou sobre as práticas: não basta apenas estar previsto que vamos fazer algo, é preciso alguém que se comprometa e execute de fato.

Ao passar a responsabilidade para as instituições de ensino superior, enfrentamos um grande desafio. Ao longo da história, acumulou-se muito conteúdo para estudar e aprender e retomamos agora a importância do espaço para a criatividade. Como as instituições se envolvem nesse processo? Elas deveriam abrir mais oportunidades? Qual seria a proporção ideal para essas práticas?

Josiane Tonelotto: Eu tenho trabalhado com aproximadamente 50% do currículo focado em práticas, com monitoria, planejamento e flexibilidade curricular, modelo esse que acelera o aprendizado. Além disso, a cultura de inovação e empreendedorismo nas instituições de ensino fomentam a formação de profissionais com a mente mais aberta, capazes de gerir o seu próprio conhecimento e se colocarem no mercado de trabalho de forma diferenciada. Quando se trabalha em projetos e resolução de problemas, como em laboratórios, isso envolve o aluno continuamente. Essa abordagem é eficaz tanto para o ensino digital quanto para o presencial; o que os currículos precisam é instigar o aluno a ser protagonista de seu processo de aprendizagem e encontrar suas próprias soluções, mesmo que isso seja inicialmente assustador.

No caso das Belas Artes, seguimos uma proporção quase de 50/50 em práticas e teoria, o que faz sentido pela natureza dos nossos cursos. É difícil formar, por exemplo, um artista visual apenas em sala de aula. Essas atividades práticas precisam estar nos currículos, e a mentalidade dos gestores educacionais faz uma grande diferença nos objetivos finais de ensino.

Há também uma questão de responsabilidade: ao entrar no ensino superior, muitos estudantes ainda esperam o modelo do ensino médio, com professores fornecendo conteúdo e tarefas para casa. Quando chegam as responsabilidades e a necessidade de encontrar soluções, a criatividade floresce. Professora Débora, a palavra é sua.

Débora Guerra: Trabalho em diferentes instituições de ensino no interior do país, onde tentamos trabalhar dois pontos essenciais: o desenvolvimento do jovem como cidadão e a preparação para sua carreira. Muitos alunos chegam com uma mentalidade de imediatismo, buscando resultados rápidos. Precisamos tutorar esses jovens, ajudando-os a compreender seu papel no mundo e o impacto que podem causar em sua comunidade. Outro ponto é a carreira, pois a empregabilidade hoje é escassa e muito competitiva, com isso, precisamos trabalhar o empreendedorismo na empregabilidade. A criatividade é fundamental para criar o próprio negócio e garantir uma vida digna e independente.

Pensando nisso, destaco, por fim, algo em que acredito muito: a importância da extensão, de estar com a "mão na massa", atuando na sociedade e lidando com problemas reais, incluindo a multidisciplinaridade. Na área da saúde, por exemplo, há vários profissionais envolvidos, e o desafio é entender como, em uma formação de saúde, se pode impactar e ajudar outras áreas, como em outra profissão ou carreira, para fazer diferença real em comunidades carentes, seja na área de saúde pública, nas engenharias, no impacto ambiental ou na infraestrutura. Assim, acredito que nossas instituições de ensino precisam ser vistas como um hub – um espaço que congrega as questões do mundo e possibilita que as pessoas impactem a sociedade de forma ampla e significativa ao longo da vida.

Na sua opinião, a proporção ideal entre criatividade e conteúdo seria 50/50?

Débora Guerra: Exato. Concorde com a professora Josiane disse: precisamos da teoria e prática do curso, mas permeadas pela criatividade, inovação e liderança.

Maurício Becker: Eu trabalho a cultura de inovação, que é uma decisão da gestão. Muitos querem inovação, mas executar é um desafio que envolve diversos fatores para que a inovação aconteça. Para que ela ocorra da mesma que a criatividade, entendo que seria baseado em um modelo cascata. Eu gosto de utilizar muitas metáforas, como no filme Matrix, que recomendo que todos assistam. Esse filme

ajuda a entender um pouco a relação entre tomar decisões e manter-se confortável. Tomar a pílula azul é manter o status quo, enquanto a pílula vermelha representa fazer uma mudança, enfrentar transformações e sair da zona de conforto.

O gestor da instituição precisa tomar essa decisão sobre como deseja guiar a instituição. Aqui no Distrito Federal existem instituições que preparam os estudantes para concursos públicos, onde o foco é a retenção de conteúdo, portanto, escolher a pílula azul é mais fácil. Contudo, se conectarmos com o que a professora Josiane e a professora Débora falam sobre empregabilidade, tomar a pílula vermelha, a da transformação, exige que o gestor prepare os estudantes para o mercado de trabalho, focando nas soluções que esse mercado demanda e nas novas competências exigidas, como o pensamento criativo.

Além disso, é necessário conectar os estudantes com os problemas da sociedade, como mencionado pela professora Débora. Entender os desafios da comunidade e do mercado permite que os estudantes busquem soluções inovadoras. Contudo, para isso, é preciso que, como disse a professora Josiane, haja uma transformação na mentalidade do gestor. Com uma visão e valores claros, a instituição terá mais facilidade em envolver gestores, coordenadores e professores na criação de ambientes inovadores, físicos e digitais, que incentivem a criatividade. Esse modelo permitiria currículos mais flexíveis e até mesmo currículos "móveis", que priorizem a criatividade e o aprendizado prático.

A educação básica funciona como um laboratório para isso. Muitos estudantes aprendem mais o conteúdo em atividades práticas do que em longas horas de aula, uma tentativa muitas vezes ineficaz de retenção de conteúdo. Eu sou responsável pelo projeto de reforço escolar e vejo que esses estudantes sentem dificuldade em reter o conteúdo necessário, especialmente para avaliações como o Enem. Para mim, o ideal seria um equilíbrio 50/50, mas a estrutura e os valores da instituição devem orientar esse direcionamento.

Pedimos aos nossos convidados indicações de livros, artigos, documentários, filmes ou até mesmo podcasts. Enfim, algo que possa instigar a curiosidade dos leitores ao aprofundamento do tema que trazemos nesse episódio.

Indicações:

Livro: TORRANCE, E. Paul. The search for satori and creativity. Creative Education Foundation, 1979.

Livro: TORRANCE, E. Paul. Teste de pensamento criativo de Torrance. 1966.

Livro: Mindset: A Nova Psicologia do Sucesso - Carol S. Dweck, 2006.

Livro: Transforming University Education: A manifesto, de Paul Ashwin. 2020.

Série: Westworld. Prime Vídeo (2016-2022).

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Nathany Vieira

Episódio 15

Inteligência Artificial X LGPD

06/11/2024



BRUNO COIMBRA

Diretor Jurídico da ABMES



PATRICIA PECK PINHEIRO

Advogada especialista em Direito Digital e Conselheira da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)

A LGPD já entrou no vocabulário e no dia a dia das instituições de educação brasileiras, mas, claro, ainda existem muitas dúvidas. Paralelo a isso, a Inteligência Artificial (IA) também é pauta de todas as rodas educacionais do país. E uma tem totalmente relação com a outra.

Ao mesmo tempo que a LGPD está em construção e constante evolução e mudanças, os projetos que tratam sobre a IA ainda não são claros e patinam no legislativo. Quando a IA invade a privacidade? Para o que podemos usar a IA? As duas áreas devem andar juntas na instituição? Como utilizar a IA sem ferir a LGPD?

Patricia, como você descreveria essa relação entre inteligência artificial (IA) e LGPD? Quais são, então, os principais desafios que enfrentamos para garantir que a IA esteja conforme a lei de proteção de dados?

Patricia Peck Pinheiro: Nós já trabalhamos há muitos anos com o ambiente educacional, e nesse processo vamos aprendendo e ficando cada vez mais didáticos com a prática, inclusive dando aulas. A principal interseção entre a LGPD e a inteligência artificial é a necessidade de um grande volume de dados para que a IA possa realmente fornecer resultados satisfatórios e alcançar um amadurecimento no modelo em desenvolvimento. Desde o início, o primeiro passo para trabalhar com IA é a governança de dados. A partir disso, podemos lidar com vários tipos de dados, lembrando que, no caso da LGPD, ela se aplica a dados pessoais sensíveis, que estão diretamente ligados à identificação direta ou indireta de um indivíduo. Portanto, quando falamos hoje sobre IA e consideramos seu uso em dados pessoais, é essencial aplicar a LGPD.

Você mencionou governança de dados. Como os algoritmos, no caso da IA, lidam com esses dados do ponto de vista legislativo? O que se considera dados pessoais em instituições de ensino, que tipicamente incluem nome, CPF e renda?

Patrícia Peck Pinheiro: Primeiro, é importante destacar que hoje existem diversas aplicações para a IA. Dependendo da solução, pode-se trabalhar com dados pessoais associados à base de dados ou até mesmo a históricos acadêmicos. Além disso, o uso de IA para análise de imagens, rostos, vídeos e vozes também é enquadrado como dado pessoal. O primeiro pilar para implementar uma IA conforme a LGPD começa com a transparência.

Houve recentemente um posicionamento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) questionando mídias sociais que utilizam algoritmos para aprender com postagens dos usuários, sobre até que ponto estava claro para os usuários que os dados pessoais seriam utilizados para instruir ou treinar o algoritmo. Nesse sentido, as entidades devem ter cuidado com a transparência estabelecida no artigo 6º da LGPD, para evitar tratamentos discriminatórios e respeitar as obrigações de aviso e transparência. A inteligência artificial deve ser treinada com dados que representem a realidade brasileira para evitar qualquer viés.

A inteligência artificial não existe sozinha. Como você disse, é necessário um grande volume de dados para que ela funcione e faça essas conexões. Do ponto de vista do direito do titular, como fica essa questão do processo em si, que envolve IA e, ao mesmo tempo, uma questão ética para a instituição de ensino? Como podemos, então, assegurar a transparência e garantir o direito desse titular de que suas informações estão realmente protegidas?

Patricia Peck Pinheiro: Hoje, no trabalho de governança e conformidade, o que se busca é que toda entidade de ensino possua um encarregado de dados pessoais, o DPO, que apoie justamente essa interface para atender requisições e cumprir com os direitos dos titulares. Assim, ao observarmos o desenvolvimento da sociedade da inteligência artificial, vemos que ela busca eficiência e também maior capacidade de inteligência a partir de todos os dados que possuímos. Para o titular, é importante estar muito claro que o uso daquele dado também se aplica ao treinamento do algoritmo ou, então, explicar de que maneira, caso necessário, ele poderia exercer o direito de exclusão dos seus dados.

Ressalto que hoje há bases legais previstas na LGPD que permitem certos tratamentos de dados pessoais, mesmo sem o consentimento do titular. Vou dar um exemplo: digamos que precisamos melhorar o ambiente de segurança do campus e que as câmeras de videovigilância também possam fazer uso de inteligência artificial para analisar rapidamente as imagens e identificar, de forma ágil, algum risco à vida ou à segurança no ambiente. Para que isso seja possível, é necessário que o uso esteja devidamente sinalizado, como por meio de placas que alertem sobre a videovigilância, além de atualizações nas políticas de privacidade que incluam a finalidade de segurança, informando que a inteligência artificial está sendo utilizada. Esse é um exemplo específico de como podemos proporcionar segurança sem comprometer o desejo de proteção de todos, respeitando os procedimentos adequados para implementação. Em muitos casos, o sistema de vigilância já conta com a presença de um operador monitorando, e agora avançamos para uma nova etapa evolutiva, ou seja, um aprimoramento da própria ferramenta para que a solução possa incluir essas funcionalidades.

Assim, também surgem aspectos contratuais em relação ao operador de dados terceirizado, pois ao estruturarmos o sistema para um novo uso, não podemos permitir desvios de finalidade. É fundamental garantir a proteção da informação de maneira cuidadosa. Em casos que envolvem autenticação biométrica e reconhecimento facial, também é importante documentar o processo e, se necessário, obter consentimento para evitar problemas futuros.

Vou dar outro exemplo: já sabemos que soluções como essa são aplicadas em outros países, onde, em um ambiente de aula, é possível, dependendo do objetivo, identificar pelas expressões faciais quanto um aluno está atento, retendo conhecimento, e, com isso, realizar um trabalho adicional. Nesse estudo de emoções faciais, é possível também identificar sinais de alerta relacionados à saúde, como excesso de sonolência, tristeza ou choro. Esse uso, no entanto, requer consentimento específico, principalmente em ambientes com públicos variados, como menores e maiores de idade, que demandam abordagens distintas. A inteligência artificial já traz grandes benefícios, e imaginar uma ferramenta que possa avaliar a atenção de um aluno, seja presencialmente ou em educação a distância, é um grande avanço. Para isso, é necessário transparência sobre o monitoramento.

É surpreendente que ainda existam salas de aula sem câmeras, onde o professor depende apenas de sua percepção.

Bruno, no caso de captação de imagem e áudio de uma pessoa em vigilância, como ocorre a responsabilização em casos de uso indevido dessa imagem ou som?

Bruno Coimbra: Assim como a professora Patrícia mencionou, o nosso sistema jurídico tende a criar barreiras e proibições, e não apenas recomendações. A legislação atual sobre o uso de inteligência artificial no Brasil continua em discussão no Congresso Nacional, com foco em responsabilidade civil e proteção de dados. A regulamentação está, por ora, amparada pela LGPD, que define claramente as dosimetrias e punições para uso inadequado.

Assim, a responsabilidade por qualquer uso inadequado ou vazamento de dados, como em gravações de salas de aula, recai sobre a instituição de ensino que gerencia e armazena esses dados, então se a utilização for para fins de inteligência artificial, essa será uma questão a ser tratada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Aliás, o CNE criou uma comissão multiprofissional para desenvolver diretrizes e recomendações no uso de inteligência artificial na educação, incluindo médicos, advogados e engenheiros, dada a importância e as especificidades de cada área.

Patricia Peck Pinheiro: Complementando o que Bruno disse, embora ainda não tenhamos um marco legal para a inteligência artificial no Brasil, temos como referência as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para o uso ético da IA, já que as instituições de ensino desempenham um papel protagonista na implementação de inovações e precisam dar exemplo, pois se imagina que a formação do profissional também deve incluir o uso da inteligência artificial. Gostaria de trazer essa abordagem, pois o que está sendo feito hoje é, de certo modo, 'um olho no peixe, outro no gato'. Temos o que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) já determina, então um controlador de dados, ao estabelecer uma relação de confiança, constitui um data lake para o tratamento de dados pessoais.

Esses data lakes podem ser utilizados e trabalhados em parceria com empresas de tecnologia, como ocorre frequentemente com soluções de big techs. Dessa forma, é essencial gerenciar os riscos e a responsabilidade, com a premissa de que a responsabilidade está no controlador, sendo necessário estabelecer políticas de uso claras,

delimitar os limites e definir para quais finalidades a inteligência artificial pode ser utilizada, integrando essas diretrizes nos contratos. Uma prática recomendada é a elaboração de políticas de uso e governança da inteligência artificial nas instituições de ensino superior, o que habilita o professor a trazer experimentações para a aula e permite que o aluno saiba como e quando utilizar a inteligência artificial de forma ética e adequada. Além disso, o uso de inteligência artificial também traz questões de propriedade intelectual, como a discussão sobre direitos autorais, e exige cuidados com a cibersegurança, especialmente devido aos ataques que já utilizam IA.

Bruno Coimbra: Considero importante que fique registrado aqui uma referência da UNESCO, publicada em julho de 2024, que traz orientações que visam abrir a mente a partir de pressupostos éticos e morais. Essas são, enfim, recomendações para oferecer um panorama sobre o tema.

Eu fiz recentemente um teste disponibilizado pelo jornal New York Times. Nele, era preciso analisar 10 imagens e vídeos para identificar o que era real ou não, e eu acertei apenas 4, mesmo sendo da área de comunicação e trabalhando com inovação e identificação de fake news. Isso mostra o quão perigoso é acreditar que a inteligência artificial pode simplesmente usar um dado pessoal para algo potencialmente grave. Pensando nisso, como a instituição pode proteger seus alunos? No que diz respeito à cibersegurança, quais avanços estão sendo feitos? Como está essa evolução no sistema educacional?

Bruno Coimbra: A depender da dimensão da violação e do que é feito com os dados e informações, como questões de plágio e outras violações que podem ser abordadas por outras legislações, podemos falar não apenas da LGPD, mas também do direito penal. Isso precisa ser evidente, pois a ausência de uma lei específica para IA não significa que não haja regulamentação. Há, na verdade, um vácuo total no que se refere especificamente ao uso de IA, mas não quer dizer que não existem leis disponíveis para atacar eventuais violações de vários campos do nosso ordenamento jurídico.

Então hoje, a depender da dimensão dessa violação, existe a lei civil, a lei criminal, a lei trabalhista, o sistema regulatório, por isso, caso uma instituição esteja utilizando informações de alunos de forma inadequada, capturando e não utilizando esses dados dentro do que é permitido, violando a LGPD e desrespeitando outros

campos da legislação, temos leis para coibir e combater isso. Parece-me, ao ler o projeto de lei e provocando um pouco a professora Patricia, que os conceitos de discriminação e alguns refinamentos que estão na regulamentação da IA são muito desafiadores para nossa sociedade.

A própria percepção de como isso funciona é difícil. Como você mencionou, Carol, mesmo trabalhando com comunicação, acostumada a lidar com informações e fontes seguras na internet, você errou diante do que pode ser manipulado pelas redes com o uso de inteligência artificial e dados. É um pouco do que já experimentamos com as big techs, com o marketing direcionado, como quando você pensa em fazer uma viagem para um país e logo sua rede social começa a exibir anúncios de malas e promoções de passagens aéreas, então parece que nossos desejos foram sequestrados e nossos quereres e percepções são moldados sem que nos demos conta. Às vezes, fica difícil emergir do mundo digital, respirar e perceber como podemos coibir essas violações. Acredito que será um grande desafio construir e amadurecer essa lei, talvez até mais desafiadora do que a própria LGPD. A LGPD é mais técnica, enquanto a IA parece ser algo mais orgânico, mais enraizado em nossa sociedade.

Essa deveria ser uma pauta prioritária no Congresso Nacional. A inteligência artificial está avançada em tantos aspectos, mas o marco legal está ficando para trás, e, quando a legislação finalmente chegar, pode já estar obsoleta.

Patricia Peck Pinheiro: Esse é um ponto importante. Legislar sobre inovação e tecnologia sempre corre o risco de se tornar obsoleto devido ao avanço rápido da tecnologia, o que exige a criação de mecanismos que permitam manter a lei atualizada. A lei não pode ser promulgada sem um diálogo contínuo com a sociedade civil, permitindo que se façam ajustes conforme necessário. Um exemplo disso foi o que fizemos com a lei da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a LGPD, para existir uma autoridade fiscalizadora e regulamentadora que acompanha a evolução da sociedade. No Projeto de Lei 2338, sobre IA, estamos discutindo essa mesma configuração para criar o Sistema de Inteligência Artificial (SIA), avançamos com a política da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), mas precisamos ter cuidado para não detalhar demais a legislação, com o risco de torná-la complexa e difícil de se adaptar rapidamente às mudanças. Esse balanceamento é um desafio.

Voltando ao que o Bruno mencionou, uma das preocupações no ambiente de ensino é o combate ao deepfake, seja em brincadeiras de mau gosto ou em fraudes graves, como a criação de nudes falsos. O deepfake, especialmente em casos de nudes, já se conecta com a legislação de 2015, contra bullying e cyberbullying, assim como com a ética digital e a ética algorítmica da IA, pois não é porque a ferramenta lhe permite fazer, que você pode usar. Eu mesma participei de várias iniciativas este ano para capacitar e dialogar sobre a prevenção e o combate ao deepfake, existem projetos de lei em tramitação no Brasil para criminalizar essas práticas e deixar mais claro os crimes decorrentes desta prática. No cenário internacional, o estado da Califórnia, nos Estados Unidos, saiu na frente com uma legislação específica sobre o tema.

Na educação, é importante trabalhar de forma preventiva, mesmo quando não temos uma legislação específica. Para uma entidade de ensino, toda política, contrato, aula, material orientativo ou cartilha será uma proteção para reforçar o uso ético, seguro e sustentável da IA, porque também estamos falando da IA responsável e sustentável. São tópicos para se discutir mais e obter as respostas que o ambiente acadêmico pode oferecer. É uma parceria maior, com um olhar voltado para o futuro.

Bruno, quanto à blindagem citada pela professora, fazemos isso durante a matrícula, com um contrato detalhado no momento da inscrição em uma instituição de ensino? Que conselho você dá para as Instituições de Ensino Superior (IES) em relação a isso?

Bruno Coimbra: Eu tenho uma boa notícia para as instituições que já avançaram conforme a LGPD e uma má notícia para aquelas que ainda ignoram sua importância. Uma boa governança dos dados permite que a instituição utilize estrategicamente essas informações para avançar no setor educacional. Vemos, por exemplo, o WhatsApp e outras ferramentas com a utilização de IA, a própria ABMES utiliza a assistente Sofia, que estamos incentivando a fim de auxiliar nossos associados nas mais diversas tarefas, especialmente no desatamento de nós regulatórios e na compreensão do sistema brasileiro.

A instituição poderá utilizar a IA no campus, como bem apontou a professora

Patrícia, de diversas formas, como no uso para análise de documentos, desenvolvimento de atividades extensionistas, processos de ensino e aprendizagem, questões de inadimplência e percepção do trabalho docente por meio de impressões detectadas por câmeras. Após a definição das políticas e regulamentações necessárias para o uso de dados, conforme a LGPD, cada instituição deve compreender onde acoplar ferramentas de IA.

Um exemplo prático: caso a instituição utilize a IA para detectar evasão, o estudante precisa ter plena ciência de que essa análise envolverá dados pessoais de sua trajetória acadêmica, portanto, no contrato de matrícula e rematrícula, é essencial que essa informação esteja clara. Da mesma forma, em atividades extensionistas, o aluno deve saber como e onde seus dados estão sendo utilizados, para evitar uma sensação de invasão ou manipulação, algo inadequado ao ambiente acadêmico. Instituições que já demonstram maturidade em relação à LGPD terão mais facilidade para definir onde a IA pode auxiliar no desenvolvimento institucional de faculdades e universidades.

Patricia, qual é a sua previsão para o futuro da IA e da regulamentação do uso de informações pessoais?

Patricia Peck Pinheiro: Vejo um desafio à frente, mas acredito que essa tecnologia já demonstra aceitação. Ela veio para ficar e pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal, como temos visto com outras ferramentas. Estamos em um momento crucial para repensar o conceito de privacidade e adotar o ethics by design. Os próprios desenvolvedores de IA devem incorporar elementos de proteção no desenvolvimento de seus sistemas. Citando a obra de Kai-Fu Lee, 2041, acredito que as próximas décadas serão marcadas por grandes impactos no uso da IA. É nossa responsabilidade aprender a tirar proveito disso, ao mesmo tempo que enfrentamos riscos, como a substituição de empregos. Precisaremos investir em abordagens que valorizem a criatividade humana, uma vantagem competitiva em áreas onde a IA encontra limitações, como interpretar malícia ou humor.

No futuro, é possível que as aulas sejam inteiramente conduzidas por IA, com voz e imagem criadas artificialmente. Essa transparência será fundamental: os alunos devem saber quando interagem com IA e quando com um professor humano. Assim, podemos nos preparar para um futuro que utilize a IA de forma ética e eficiente.

Bruno, nós possuímos filhos pequenos. Já imaginou como será a educação deles daqui a uma década?

Bruno Coimbra: Isso se aplica a diversos campos, métodos e áreas. Refletindo sobre a fala da Patricia, percebemos que o mundo da arte, por exemplo, já está sendo impactado. Hoje a inteligência artificial está compondo músicas, pintando quadros e criando poesias. Quem nunca experimentou pedir uma poesia para essas ferramentas gratuitas disponíveis? É algo fantástico. Aliás, quando você menciona filhos pequenos, isso traz uma reflexão importante. Talvez, no futuro, nos reste o que há de essencialmente humano.

Enquanto algumas tarefas possam ser realizadas por máquinas, o que é genuinamente humano se tornará ainda mais valioso. Essa perspectiva é, ao mesmo tempo, desafiadora e fascinante. Sinceramente, não sei o que será de Davi e Rafael nesse mundo tão dinâmico, no entanto, acredito que há muito a aprender com diferentes gerações. Minha avó, que nasceu em 1941, sempre diz: “Nasci em plena Segunda Guerra Mundial. O ferro de passar era à brasa, e a água vinha da cisterna.” Hoje ela continua viva, lidando com um celular e tentando discernir o que é ou não fake news. A aprendizagem é sempre geracional e as tecnologias continuarão a surgir, o que parece diferente agora é a rapidez das mudanças. Quando refletimos sobre isso, percebemos que, em outras épocas, as pessoas também afirmavam: “no meu tempo era melhor”. Assim aconteceu com a injeção eletrônica nos carros, que substituiu o carburador, e da mesma forma, a humanidade continuará a se adaptar e a aprender.

Pedimos aos nossos convidados indicações de livros, artigos, documentários, filmes ou até mesmo podcasts. Enfim, algo que possa instigar a curiosidade dos leitores ao aprofundamento do tema que trazemos nesse episódio.

Indicações:

Livro: Direito Digital Aplicado 4.0 - Patricia Peck Pinheiro

Livro: Desmistificando a inteligência artificial - Dora Kaufman

Livro: 2041: Como a inteligência artificial vai mudar sua vida nas próximas décadas - Kai-Fu Lee

Livro: Inteligência Artificial - Uma Abordagem Moderna - Stuart J. Russell

Livro: Educação Mais Inteligente - Celso Niskier

Livro: Educação em Movimento - Max Damas

UNESCO: Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa -

Link: <https://www.unesco.org/pt/articles/guia-para-ia-generativa-na-educacao-e-na-pesquisa>

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Nathany Vieira



Associação Brasileira de Mantenedoras de
Ensino Superior (ABMES)

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF
CEP: 70.701-060

Telefone: (61) 3961-9832
www.abmes.org.br